



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA COSTA ANDREAN

**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS ASSISTENTES
SOCIAIS EM LONDRINA:
1960-1984**

ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA COSTA ANDREAN

**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS ASSISTENTES
SOCIAIS EM LONDRINA:
1960-1984**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientador: Profa. Dra. Claudia Neves da Silva.

Londrina
2020

ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA COSTA ANDREAN

**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS ASSISTENTES SOCIAIS
EM LONDRINA:**

1960-1984

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Claudia Neves da Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Esther Luiza de Souza Lemos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
UNIOESTE

Profa. Dra. Olegna de Souza Guedes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 29 de abril de 2020.

Dedico esta dissertação:

Ao meu esposo e companheiro de caminhada. Por sua paciência e contribuição durante todo o período da pesquisa.

A todas as Assistentes Sociais que contribuíram para a construção da profissão e dos espaços de participação até este momento.

AGRADECIMENTOS

Por onde começar os agradecimentos? Foram tantas as pessoas que participaram deste trabalho acadêmico.

Primeiramente, menciono aquele que cuidou de mim durante todo o processo, **Luciano**, que me incentivou e apoiou-me em todo o período, que foi cheio de crises e dúvidas. E foram várias crises... Ele sempre esteve ao meu lado, ensinando o valor da persistência. Amo você!

A minha família, agradeço ao meu pai **Aparecido**, por ensinar-me que é preciso encarar a vida com coragem e alegria e que se vive um dia de cada vez. Aos meus irmãos: **Rosana**, **Renato**, sempre enfrentamos as adversidades da vida juntos e aprendemos que, unidos, tudo fica mais fácil; com a **Jéssica**, aprendi que sempre há novos desafios; com o **Gabriel**, entendi que a vida pode ser mais leve. Aos meus cunhados, Cláudio e Jeferson e a cunhada Juliana, que vem contribuir com a nossa família, trazendo novos saberes e novos olhares. O significado da palavra amor é expresso pelos novos membros desta família: minhas sobrinhas **Giovanna**, meu primeiro amor, a minha amada chatinha, adolescente e atenta, que nos ensina o tempo todo, como diz a música de Belchior, o “novo sempre vem”; **Beatriz**, que é perspicaz, portadora de uma alegria maravilhosa e de muitos porquês, que seja sempre assim. Meus sobrinhos, **Tobias**, com seus cachinhos e com muita energia, serelepe e cheio de personalidade; **Ivan**, que nos encanta em todos os momentos de seu desenvolvimento e com um sorriso delicioso. E o novo membro em formação, **Maria Júlia (Maju)**, estamos na expectativa de sua chegada! Agradeço a todos vocês, por ajudar-me a ser a pessoa que estou me tornando... ainda em construção. Amo vocês!

A minha família extensa, minha tia/madrinha Cacilda e o tio/padrinho José Luiz, que sempre participaram da minha vida. As minhas primas e primos, Simone, Maria Fernanda, Carlos, Luciana, Bruna, Esther, Fernanda, Alexandre e o meu enfermeirinho Pedro, André, Ana Carolina, José Luiz Junior, Roberta, Inácio e Luiza. A tia Adenilza e Beatriz. E ao tio Duca, o guardião da memória da nossa família.

São pessoas que sempre estiveram ao meu lado e rezam por mim. Sem vocês, nada disso seria possível. Obrigada! O caminho da pós-graduação *stricto sensu* é desafiador, no qual há momentos solitários, mas só é possível

trilhá-lo quando estamos cercados de pessoas que fazem a diferença em nossa vida. Essas pessoas chamamos de Amigas/os.

Quero agradecer aos meus parceiros e parceiras da vida e da luta por um mundo melhor: Roselaine e Marco, Rosana Araújo, Alexsandra, Bruna Viana, Marcelo Nascimento e Mariane Lukavy com a Bia e o Nicolas Marx, Mila e Isa Secon, Meire e Mel Felix, Fabíola Reichel, Luana Garcia, Dione Poncheck, Daniel Soares, Tati com Maria Clara e Giovanni Monteiro, Dulce Galli, Andreliane, Flávio Carneiro, Taty Souza, Juliana e Henrique Prette, Soraya Garcia, Gabriela e Olivia Lupianhe, Sandra Maria Cordeiro, Denise Fank, Kathiuschia, Olegna, Vera Lucia Neves, Maria de Fátima e Madu, Ana Patrícia Nalesco, Fernanda Camargo, Dani Möller, Ilda Witiuk.

Agradeço a minha querida amiga Vanessa Rocha e sua família, Alex, o Lucas e o Miguel, que me acolheram em sua casa com muito carinho durante o período que fiquei em Curitiba para a pesquisa. Muito obrigada!

O caminho sempre traz novas conquistas e novas parcerias, renovando outras, com quem dividimos saberes, exaustão, dúvidas. Aos discentes da pós-graduação: Silvio, Ana Claudia, Ana Cristina, Marc, Patrícia, Tatiane, Thiara, Viviane Peres, Antônio, Claudio, Elisangela, Gilsa com Maria Sofia, Amendô e Krim Souza, Kelly Pesce, Edilene Silva, Fernando, Luciane Maronese, Larissa Diniz, Valdirene Peixoto, Mari Suzi, Dominique. Foi muito bom partilhar conhecimento e a construção de saberes com todos vocês! Também no novo espaço de trabalho com Fernanda Valentin, Ediane Soares, Cris Anjo, Jessica Mandelli, Carol Di Giorgi, Carla Laranjeira, Lay Garcia, Monica Souza, Renata Botelho, Vanessa Carlos, Eliane, David Souza, Liandro

Sempre há pessoas que conquistam nosso coração e que aceitam o desafio de estarem mais próximos, mais presentes. A caminhada proporcionou a conquista de novas amizades: Valdirene, Mari Suzi e Dominique. Obrigada por estarem na minha vida. Com certeza, meu mundo seria mais triste sem vocês.

Agradeço as professoras e professores que dividiram seus saberes e experiências. Agradeço infinitamente: Claudia Neves, Olegna Guedes, Jolinda Alves, Sandra Cordeiro, Nilson Fraga, Sandra Lourenço, Eliane Campos, Cássia Carloto. Obrigada pela partilha!!! Agradeço aos colegas, professores e trabalhadores do curso de Estudos Pós-graduados em Serviço Social e Política Social da UEL.

Agradeço a diretoria do CRESS/PR e a Coordenação da Seccional

de Londrina, por autorizarem a pesquisa e o acesso ao acervo. A todos os seus trabalhadores, que contribuíram para com a pesquisa.

As assistentes sociais entrevistadas, que contribuíram imensamente com suas histórias; foram momentos repletos de reencontro, de saberes, de lembranças e afetividades. Não tenho palavras para agradecer.

Não há pesquisa sem um sistema de arquivo. Agradeço a equipe do SAUEL, NDPH/UEL, Biblioteca Central e Setorial da UEL, a Biblioteca da UEM e a trabalhadora Dirlene de Souza Oliveira, que contribuiu imensamente com a minha pesquisa. E a minha bibliotecária preferida, Rosana Costa.

Quero agradecer a minha orientadora, a Claudinha. Obrigada por dividir comigo um momento tão importante para a minha vida. Quero agradecer o respeito à minha produção, a paciência com a minha lerdeza e com todos os meus questionamentos e dúvidas.

Meus agradecimentos à Professora Olegna e à Professora Esther, por inspirar-me, enquanto assistentes sociais, na luta societária, na defesa da profissão e por aceitarem participar de minha banca de qualificação. Agradeço pelas sugestões que contribuíram para com o direcionamento da pesquisa. A contribuição de vocês foi de valor inestimável para os rumos desse trabalho. Obrigada.

Quero agradecer a Cáritas Londrina, que me acolheu em meio ao turbilhão da pesquisa. Obrigada pela acolhida e paciência de todas/os comigo. E principalmente, a minha parceira Juliana Prette, que me recebeu de braços abertos, com muita paciência e escuta. Muito obrigada!!!

A CAPES, pela bolsa que viabilizou a presente pesquisa. Todas as considerações do presente trabalho são de minha inteira responsabilidade, assim como os erros.

Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão [...]

***Pequena Memória Para Um Tempo Sem
Memória Gonzaguinha***

O dom de despertar no passado as
centelhas da esperança é privilégio exclusivo
do historiador convencido de que também
os mortos não estarão em segurança se o
inimigo vencer. E esse inimigo não tem
cessado de vencer.

Walter Benjamin, 1892-1940

ANDREAN, Rosangela Aparecida de Souza Costa. **A organização das assistentes sociais em Londrina: 1960-1984.** 2020. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

A presente pesquisa busca entender como as assistentes sociais de Londrina organizaram-se para a defesa da profissão, no período compreendido entre 1960-1984. A pesquisa pauta-se pela abordagem qualitativa e descritiva, com o referencial teórico-metodológico baseado na questão da história e memória. Para realizar a pesquisa, foram estabelecidos procedimentos metodológicos, organizados em três momentos: revisão bibliográfica, levantamento documental e confecção de entrevistas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, com roteiro semiestruturado, aplicado às assistentes sociais que vivenciaram a profissão no período estudado. Integra a pesquisa o histórico nacional da organização política da profissão. Também elenca o histórico do surgimento da profissão no Paraná, sua interiorização e a organização política da profissão no estado. Apresenta o surgimento da profissão em Londrina, enquanto resposta às diversas manifestações da questão social na cidade, juntamente com a organização política da categoria local. Explicita os espaços construídos pela categoria local, na defesa da profissão. Analisa as aproximações do serviço social e das assistentes sociais, em Londrina, com a organização política profissional nacional. Os resultados obtidos na pesquisa apontam que a categoria profissional se constituiu, em Londrina, desde a década de 1960, período em que também iniciou a organização política da categoria local. As profissionais, já na década de 1970, passaram a ser reconhecidas, através do Conselho Regional de Assistente Social (CRAS) 10ª Região, o que fortaleceu a categoria e a defesa da profissão, em uma cidade sob o império do assistencialismo. Outras entidades e instituições, a partir daí, seriam criadas, contribuindo para a organização política da profissão. A pesquisa aponta a necessidade do cuidado com a história e com a memória do serviço social.

Palavras-chave: Serviço Social; Organização Política; História e Memória.

ANDREAN, Rosangela Aparecida de Souza Costa. **L'organisation des assistants sociaux à Londrina**: 1960-1984. 2020. 182 f. Mémoire (Master em Service Social e Politique Sociale) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RÉSUMÉ

Ce present recherche vise à comprendre comment les assistants sociaux de Londrina s'organisaient pour défendre la profession dans les années 1960 et 1984. Il s'agit d'une recherche qualitative de nature descriptive, avec un cadre théorique-méthodologique fondé sur l'approche historique et de la mémoire. Pour réaliser cette étude, une procédure méthodologique est organisée en trois étapes: révision bibliographique, enquête documentaire et recherche de terrain. Les données ont été collectées par le biais des entretiens semi-directifs, administrés aux assistants sociaux ayant vécu l'expérience de la profession durant la période retenue pour réalisation de cette étude. Cette recherche analyse l'histoire nationale de l'organisation politique de la profession, en contextualisant l'émergence de la profession au Paraná, ainsi que son organisation politique dans cette région. Cet étude montre l'émergence de la profession à Londrina, comme une réponse aux différentes manifestations de la question sociale de la ville, en collaboration avec l'organisation politique de la catégorie locale. La recherche décrit en même temps les espaces construits par la catégorie locale pour défendre la profession, en analysant les approximations du service social et des assistants sociaux à Londrina, étant qu'organisation politique professionnelle nationale. Les résultats obtenus de cette recherche montrent que la catégorie professionnelle est constituée à Londrina depuis les années 1960, période au cours de laquelle émergait aussi l'organisation politique de la catégorie locale. Nous décelons que les professionnels, déjà dans les années 1970, ont commencé à être reconnus, par le biais du Conseil Régional des Assistants sociaux (CRAS) 10e région, ce qui a renforcé la catégorie et la défense de la profession, dans la ville à travers des activités assistancielles. D'autres entités et institutions seraient alors créées, tout en contribuant davantage à l'organisation politique de la profession. Ainsi, nous soulignons qu'à travers cette recherche la nécessité de prendre en compte l'histoire et la mémoire de la profession du service social.

Mots-clés: Service Social; Organisation Politique; Histoire et Mémoire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartaz do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social 127

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de Instituições em Londrina (1930-1980).....	76
Tabela 02 - Universidades Estaduais do Paraná.....	85
Tabela 03 - Unidade de Formação Acadêmica de Serviço Social no Paraná (UFA).....	86
Tabela 04 - Ensino Superior de Londrina na década de 1960.....	107
Tabela 05 - Primeiras Assistentes Sociais de Londrina e Região.....	111
Tabela 06 - População de Londrina (1950-2000).....	114
Tabela 07 - Campos de Estágio	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASNP	Associação de Assistente Social do Norte do Paraná
ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABAS/PR	Associação Brasileira de Assistentes Sociais Paraná
ABAS/SP	Associação Brasileira de Assistentes Sociais São Paulo
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ALAETS	<i>Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social</i>
ANAS	Associação Nacional de Assistente Social
APAS	Associação Profissional de Assistente Social
APAS/LDA	Associação de Profissional de Assistente Social de Londrina
APASP	Associação Profissional de Assistente Social do Paraná
APASSP	Associação Profissional de Assistente Social São Paulo
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BRATAC	<i>Brazil Tokushoku Kaisha</i>
CA	Centro Acadêmico
CASS	Centro Acadêmico de Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistente Social
CBCISS	Centro Brasileiro e Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CBSS	Congresso Brasileiro de Serviço Social
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEAS	Centro de Estudo de Ação Social
CEB	Círculo de Estudo Bandeirantes
CELATS	<i>Centro Latino Americano de Trabajo Social</i>
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CF/88	Constituição Federal de 1988
CFAS	Conselho Federal de Assistente Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPL	Confederação Nacional de Profissionais Liberais
COHAB/LD	Companhia de Habitação de Londrina

COOPAGRO	Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda.
COOPAVEL	Cooperativa de Cascavel
COSASS	Coordenadoria de Saúde e Assistência Social
CRAS	Conselho Regional de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DASMU	Divisão de Assistência Social do Município
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EaD	Ensino a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EFFSPP	Estrada de Ferro São Paulo-Paraná
ENESS	Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadoras em Serviço Social
FAFILO	Faculdade Estadual de Filosofia e Letras de Londrina
FECECOL	Faculdade Estadual de Ciências Econômica e Contábeis de Londrina
FEDL	Faculdade Estadual de Direito de Londrina
FEOL	Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMNP	Faculdade de Medicina do Norte do Paraná
FUEL	Fundação da Universidade Estadual de Londrina
GEASL	Grupo de Estudo de Assistente Social de Londrina
HU	Hospital Universitário
IAM	Instituto Assistencial Meime
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILES	Instituto Londrinense de Educação Para Surdos
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
ISESPA	Instituto de Serviço Social do Paraná
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NDPH	Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica

PAIS	Programa de Ação Integrada de Serviços
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PGSSPS	Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da UEL
PDC	Partido Democrata Cristão
PEP	Projeto Ético Político
PML	Prefeitura Municipal de Londrina
POLOP	Política Operária
PROMOPAR	Fundação de Promoção Social do Paraná
PT	Partido do Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUC/MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAL	Sociedade Amigos de Londrina
SAUEL	Sistema de Arquivo da Universidade Estadual de Londrina
SBES	Secretaria de Bem-Estar Social
SESB	Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SSVP	Sociedade de São Vicente de Paulo
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCISS	União Católica Internacional de Serviço Social
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade do Norte do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFA	Unidade de Formação Acadêmica
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
	CAPÍTULO I SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: SURGIMENTO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA	27
1.1	Contexto histórico brasileiro à época do serviço social	27
1.2	A Institucionalização e a Organização Política das Assistentes Sociais na Defesa da Profissão (1936-1947)	32
1.3	A Organização Política das Assistentes Sociais na Defesa da Profissão: a luta por uma profissão liberal e sua regulamentação (1949-1963)	39
1.4	A Organização Política das Assistentes Sociais: a defesa da profissão na ditadura civil/militar (1964- 1975)	45
1.5	A Organização Política das Assistentes Sociais: um novo começo (1975-1984)	51
	CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL NO PARANÁ: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA CONSTRUINDO A PROFISSÃO	64
2.1	O norte do Paraná: um breve histórico	64
2.2	Londrina, polo do norte do Paraná: as expressões da questão social	70
2.3	O serviço social no Paraná: história e organização política da categoria	78
	CAPÍTULO III – O SERVIÇO SOCIAL EM LONDRINA NA ÓTICA DAS PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS: SURGIMENTO DA PROFISSÃO E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA	104
3.1	A formação do quadro profissional de Londrina: a construção do espaço sócio-ocupacional	105
3.2	As construções da organização política da categoria local: as profissionais em articulação	117

3.3	Do GEASL à delegacia seccional de Londrina: os vínculos com as discussões nacionais.....	150
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
	REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	167
	REFERÊNCIAS ORAIS.....	169
	APÊNDICES	
	APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista	170
	APÊNDICE B - Nomes das assistentes sociais de Londrina que participaram da organização política, identificado durante a pesquisa	171
	APÊNDICE C - Trabalhadoras e coordenadoras do CRESS Seccional de Londrina	172
	APÊNDICE D - Eventos realizados em Londrina: identificado durante a pesquisa (1975-1989)	174
	ANEXO	
	ANEXO A - Relatório das atividades preliminares da comissão organizadora da formação do órgão de representação de classe dos assistentes sociais do norte do Paraná	179
	ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	181

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho procura apresentar uma reflexão sobre a organização política das assistentes sociais de Londrina e região. Tal temática instigou-nos, desde o primeiro contato com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) Seccional de Londrina.

Nossa aproximação com o CRESS Seccional de Londrina ocorreu durante a graduação, na qual tivemos a oportunidade de efetuar estágio em um equipamento público. Na ocasião, a assistente social Denise Fank participava da coordenação da Seccional de Londrina. A participação nas ações da Seccional de Londrina passou a fazer parte da construção dos nossos saberes para o exercício profissional.

Em 2011, recebemos a indicação, conferida pelo CRESS Seccional de Londrina, para assumir uma cadeira no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso do município. No período 2014-2017, participamos da coordenação da Seccional de Londrina, na chapa “Mostra a sua face: Vem pra rua também!”. Integramos também a atual coordenação da Seccional de Londrina (período 2017-2020), na chapa “CRESS Somos Todos Nós: juntos para avançar!”. Na eleição de 2020, participamos da chapa “Unidade na Resistência, Ousadia na Luta”, concorrendo à diretoria do CRESS/PR. Julgamos relevante mencionar que vivenciamos a construção desse espaço institucional, enquanto militância, bem como defendemos o Projeto Ético Político (PEP), construído pela categoria profissional. Essa experiência trouxe aprendizado e indagações.

A partir do exposto e da experiência com o referido espaço, optamos por participar da seleção do mestrado, no Programa de Pós-graduação de Política Social e Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). A indagação, naquele primeiro momento, foi: como se deu a implantação do CRESS Seccional de Londrina e sua territorialização?

A pesquisa foi composta por uma revisão bibliográfica, realizada em livros, artigos, *sites*. No primeiro momento, observamos que o material utilizado para a pesquisa estava mais destinado para as questões relativas ao conservadorismo na profissão. A banca de qualificação foi essencial para apontar tal desvio na ‘rota’, indicando referências que reordenaram todo o nosso primeiro capítulo. Além disso, a banca dimensionou o nosso objeto de pesquisa, a saber: analisar o processo de

organização política das assistentes sociais em Londrina (e região) para a defesa da profissão, com o recorte temporal compreendido entre 1960-1984.

Ainda sobre a revisão bibliográfica, assinalamos a pouca produção acadêmica sobre o histórico do serviço social de Londrina e do Paraná. O que nos pareceu contraditório, uma vez que é o estado do Sul do país com o maior número de Escolas públicas de serviço social. Destarte, as entrevistas com as profissionais passaram a constituir a base fundamental da pesquisa.

No momento da elaboração do projeto de pesquisa, portanto, a falta de bibliografia específica constituiu um desafio. Naquele momento, integrando a coordenação da Seccional de Londrina, entendemos ser relevante respeitar o procedimento ético. Enviamos, formalmente, a solicitação para realizar a pesquisa nos acervos do CRESS Seccional de Londrina. A coordenação aprovou o pedido, mas a direção, em Curitiba, solicitou o projeto de pesquisa, em fase de construção naquele momento. Somente no início de 2019, após a aprovação no Comitê de Ética da UEL, obtivemos a permissão para trabalhar a pesquisa na Seccional e na sede do CRESS/PR.

A pesquisa também foi efetuada nos locais abaixo, cujas dificuldades seguem assinaladas:

Biblioteca da Universidade Estadual de Londrina: estavam apenas disponíveis, no acervo, as dissertações e teses. Os trabalhos de conclusão de curso mais antigos não estão mais no acervo. Cabe lembrar que a biblioteca estava em reforma no momento da pesquisa. Observamos que a categoria profissional vem sistematizando a construção de saberes sobre as políticas públicas e sociais, em detrimento ao histórico da profissão e ao fazer profissional, conforme já assinalado por Yolanda Guerra¹. Passamos, assim, a refletir sobre a importância (ou a falta dela) que damos aos registros históricos da profissão. A não valorização da memória e da história é algo que atinge não apenas a categoria, mas a sociedade brasileira;

Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH): não encontramos nenhum material sobre o serviço social nesse espaço. Pesquisas nos jornais da cidade nada indicaram sobre a inauguração da Seccional de Londrina; Sistema de Arquivo da Universidade Estadual de Londrina (SAUEL): local no qual estão os livros

¹ Yolanda Guerra esteve em Londrina, no final de 2018, para a defesa da tese de doutorado de Cíntia Fonseca Lopes, efetuando, na oportunidade, uma palestra.

de formatura e os documentos administrativos da implantação do curso de serviço social da UEL. O setor conta com número reduzido de trabalhadores, elemento dificultador para qualquer pesquisa.

A secretaria do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), por nós procurada, informou sobre possíveis materiais referentes à pesquisa, localizados na sala do curso. A secretaria do curso de serviço social indicou-nos uma sala. Recebemos a orientação de solicitar formalmente a autorização para a pesquisa no espaço. Efetuamos o processo, mas não obtivemos a resposta até a presente data.

Em meio ao processo de levantamento de dados, é preciso considerar que o colegiado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social propôs aos discentes bolsistas colaborarem com as atividades, visando o fortalecimento do programa. Nossa contribuição consistiu na organização da biblioteca interna do colegiado. Ali, encontramos uma pasta, contendo material sobre a Associação de Assistente Social do Norte do Paraná (AASNP), referente ao final da década de 1970.

Na pesquisa junto à Seccional de Londrina levantamos as atas. Nelas foram registrados os trabalhos efetuados pela coordenação das assistentes sociais (relatórios, diagnósticos, projetos, dentre outros). Tais documentos não foram localizados pela pesquisa, existindo apenas a sua indicação nas atas. Localizamos também diversos certificados de eventos realizados na cidade. E nada mais.

Na sede do CRESS/PR, em Curitiba, ficamos durante cinco dias. Localizamos e utilizamos as atas e os boletins informativos. Os primeiros boletins informativos do CRAS 11ª Região não foram datados, não seguindo uma padronização específica. Durante muito tempo, os arquivos do CRESS/PR não tiveram um espaço adequado. Importante registrar que a gestão do CRESS/PR 2014-2017 providenciou salas, enquanto a gestão 2017-2020 começou um trabalho de sistematização dos documentos. No entanto, salientamos que muito da história do serviço social paranaense, presente nesses documentos, ainda aguarda uma melhor sistematização nos arquivos do CRESS/PR.

Com as dificuldades para acessarmos o material para a pesquisa, consultamos as profissionais mais experientes. Elas informaram que nada foi produzido, do ponto de vista acadêmico. No entanto, elas apontaram os nomes das profissionais que foram referência para a organização política da categoria local.

Inicialmente, nossa pesquisa teria como objeto a implantação da Seccional de Londrina. Diante de um precário material bibliográfico e documental, começamos a elaborar um roteiro norteador das entrevistas e a identificar nomes de profissionais que participaram do processo de construção da organização política da categoria local. Definimos um roteiro de entrevista amplo, no qual as entrevistadas pudessem lembrar da organização política, entre as décadas de 1960-1980.

No processo de escolha das entrevistadas, convidamos 02 profissionais que não participaram dos movimentos de organização política da categoria. Quatro (04) profissionais foram escolhidas por seu histórico de participação nas atividades da categoria. Quatro (04) profissionais escolhidas participaram efetivamente da Associação Profissional de Assistente Social de Londrina. E três assistentes sociais que participaram da primeira coordenação da Delegacia Seccional de Londrina.

As entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade e local indicados pelas profissionais. Foram efetuadas entrevistas individuais e coletivas. Em geral, a pesquisa foi bem aceita pelas profissionais e as entrevistas em grupo constituíram-se em momentos de reencontro e afetividades. Apenas uma profissional não participou no dia agendado, e a entrevista não foi efetivada. Fechamos com um total de doze profissionais entrevistadas.

Destacamos que, no presente trabalho, valorizaremos os termos no feminino (“as assistentes sociais; “as profissionais”; “a presidenta”), pois entendemos que a categoria ainda é majoritariamente composta por mulheres. A pesquisa indicou que a organização política das profissionais, em Londrina, foi efetuada, exclusivamente, por mulheres. Todas as nossas profissionais entrevistadas são mulheres. A elas, registramos nossa homenagem.

Organizamos o material para submeter à banca de qualificação, composto por uma revisão bibliográfica, pesquisa documental e de campo e confecção das entrevistas, utilizando a técnica de História Oral Temática. A banca, conforme já mencionamos, propôs alterações no objeto da pesquisa e no referencial teórico-metodológico a ser utilizado. Em avaliação com a orientadora do trabalho, definiu-se acatar as propostas feitas pela banca. Grande foi o desafio: refazer a bibliografia com uma nova perspectiva de direção e uma nova perspectiva teórica, o que foi efetuado entre outubro de 2019 a março de 2020.

Todo esforço aqui dedicado nos direcionou do questionamento inicial à delimitação do seguinte problema de pesquisa: “Como se deu a organização política

das assistentes sociais de Londrina para a defesa da profissão?” E o objetivo geral: “Analisar o processo de organização política das assistentes sociais em Londrina (e região) para a defesa da profissão: 1960-1984”. Como objetivos específicos, levantamos os seguintes tópicos:

- Apontar fatores determinantes em que emergiu o serviço social em Londrina e região;
- Identificar os sujeitos históricos que impulsionaram a organização da categoria profissional de assistente social de Londrina e região;
- Analisar a organização política das assistentes sociais de Londrina e região.

O recorte temporal apresenta como marco inicial a década de 1960, uma vez que foi o período no qual as primeiras profissionais chegaram em Londrina, dando início à organização política da categoria local. O ano de 1984 encerra a pesquisa, data da implantação da Delegacia Seccional de Londrina.

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e descritiva, uma vez que busca explicar e analisar fatores que causaram um fenômeno, utilizando como referencial teórico-metodológico a questão da memória e da história

Antes de mais nada, entendemos que a organização política de uma categoria profissional se trata de uma questão coletiva. Adotaremos, no presente trabalho, as considerações de Sâmya Rodrigues Ramos:

A organização política de uma categoria profissional é uma das condições históricas primordiais para viabilizar a capacidade de projetar coletivamente caminhos estratégicos para a profissão. Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que a categoria não se constitui um todo homogêneo, mas ao contrário, expressa uma heterogeneidade social, intelectual, cultural, política e econômica. Tal configuração comporta uma multiplicidade de projetos individuais e societários no seu interior, constituindo-se em espaço plural do qual podem emergir diferentes projetos profissionais (RAMOS, 2005, p. 22).

A categoria não é um bloco homogêneo e não se dirige unicamente para uma posição política. Ramos entendeu que a organização política é o “motor” da profissão, o que faz com que a categoria se organize coletivamente e construa projetos. A autora apontou que sobre esse “[...] aspecto é importante ressaltar que a categoria profissional não se constitui como um todo homogêneo, mas ao contrário é marcada por uma diversidade social, intelectual, cultural, política e econômica” (Ramos, 2005, p. 79).

Ramos assinalou a relevância do desempenho das entidades da categoria profissional (Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO), as quais “[...] imprimem uma dinâmica de debates coletivos e democráticos, bem como posicionamentos em torno das diversas dimensões da profissão” (RAMOS, 2005, p. 21).

É nesta perspectiva que vamos desenvolver nossa pesquisa, buscando entender como a categoria profissional se organizou politicamente em Londrina, demonstrando suas lutas para defesa da profissão.

O desafio de desenvolver uma pesquisa utilizando como metodologia história e memória é grande, uma vez que são conceitos amplos, que se entrelaçam. Procuraremos apresentar algumas balizas. Félix (1998, p. 22) explicitou o sentido da palavra “história”, *historien* (do grego, “procurar, saber, informar-se”). Heródoto, “o pai da história”, logo no início de sua obra, assinalou:

Ao escrever a sua História, Heródoto de Halicarnasso teve em mira evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explorações dos Gregos, assim como as dos bárbaros, permanecessem ignoradas [...] (HERÓDOTO, p. 31).

Entendemos a história como “procura, investigação”. As falas das profissionais entrevistadas situam-se no tempo, são passíveis de interpretação. Situações históricas por elas relatadas foram permeadas por escolhas, no interior do sistema capitalista:

Isto significa que nos momentos históricos abra-se um amplo leque de opções a serem trilhadas. Os homens que gestam suas vidas, realizam suas escolhas segundo forças dos interesses dominantes (sociais, econômicos e políticos) naquele momento e lugar. Por isso o novo é uma potencialidade presente no cerne da História (ALMEIDA, 1996, p. 9).

Fazemos uso da “potência libertadora e rebelde da história” (ALMEIDA, 1996, p. 13). Procuraremos adotar a concepção benjaminiana: consideraremos “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1993, p. 225). Significa efetuar a leitura dos documentos e das falas, buscando superar as aparências, verificar os discursos, entender sentidos ocultos, interpretar os silêncios da história. Em suma, uma análise na contramão do oficial e do estabelecido.

Na linha do medievalista Marc Bloch, fuzilado pelos nazistas em 1944, consideraremos, no presente trabalho, o humano e as experiências de mulheres que construíram uma profissão. Neste sentido, seremos o “ogro da lenda” de Bloch

(2012, p. 54): “[...] já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”.

Bloch (2012, p. 55) considerava a história como “a ciência dos homens no tempo”. Para ele, era absurda a ideia de que o passado fosse o objeto da história, uma vez que “[...] Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador. [...]” (BLOCH, 2012, p. 65-66). O passado não se modifica, mas o conhecimento do passado muda de forma ininterrupta, transforma-se. Apreenderemos as questões históricas envolvida neste trabalho, considerando um belíssimo provérbio árabe citado por Bloch: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais” (BLOCH, 2012, p. 60). Nessa perspectiva, as profissionais entrevistadas estiveram e estão no tempo, algo que procuraremos considerar nas análises.

Buscaremos entender os relatos das profissionais entrevistadas, enquanto discurso. Michel Foucault advertiu-nos: discurso é desejo e poder:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2009, p. 8-9).

A sociedade produz vários discursos. Procurar interpretá-los, ultrapassar as aparências da “caverna platônica”, eis os desafios do pesquisador.

Na mitologia clássica, as musas, deusas da música, das letras, das artes e do conhecimento, eram filhas de Júpiter e Mnemósine (Memória). Eram nove, a saber: Calíope (poesia épica); Clio (história); Euterpe (poesia lírica); Melpômene (tragédia); Terpsícore (dança e canto); Érato (poesia amorosa); Polímnia (poesia sacra); Urânia (astronomia); Talia (comédia) (BULFINCH, 2009, p. 24). Existe uma íntima relação entre história e memória. Para Le Goff (1990, p. 477), a memória é o local no qual a história é desenvolvida, que alimenta, por sua vez, a memória. No campo histórico, Le Goff apresentou uma série de vertentes interpretativas para o fenômeno da memória. No presente trabalho, consideraremos o problema da memória, utilizada enquanto instrumento de dominação.

Hering (2005, 147-158) analisou os usos do passado e da memória para a construção do racismo nazista, a partir do surgimento da arqueologia, no século XIX. Na mesma linha, Silva considerou a instrumentalização e o uso do passado/memória na construção do mito gaulês, analisando a questão das extremas direitas francesas

e sua relação com o racismo e a xenofobia, nas décadas de 1980-1990 (SILVA, 2007, p. 98-118). O que deve ser lembrado ou esquecido é poder, conforme assinalou Le Goff:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426).

Para Le Goff, a memória constitui o remédio para o esquecimento. Buscaremos entender a necessidade da preservação da memória do serviço social:

Mnemosine, revelando ao poeta os segredos do passado, o introduz nos mistérios do além. A memória aparece então como um dom para iniciados e a *anamnesis*, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística. Também a memória joga um papel de primeiro plano nas doutrinas órficas e pitagóricas. Ela é o antídoto do Esquecimento. No inferno órfico, o morto deve evitar a fonte do esquecimento, não deve beber no Letes, mas, pelo contrário, nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade (LE GOFF, 1990, p. 438).

Orwell (2012, p. 47) alertou sobre os perigos de uma memória dominada: “[...] quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado [...]”. Benjamim (1993, p. 224-225) também nos deixou uma perturbadora expressão: “[...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. Esses dois avisos norteiam a presente pesquisa.

Sobre a estrutura do trabalho, no primeiro capítulo, trataremos, brevemente, do contexto histórico do surgimento do serviço social no Brasil, enfatizando a organização política da categoria. Situaremos seu surgimento na conjuntura histórica brasileira, além de abordar alguns aspectos sobre a criação da profissão, sua institucionalização e a organização política da categoria através do surgimento da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) e da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). A ABAS e a ABESS, nas fases iniciais desse processo histórico, foram entidades que fomentaram a luta pelo reconhecimento do serviço social como uma profissão liberal e possibilitaram, posteriormente, a regulamentação desse campo profissional. Apresentaremos ainda o histórico nacional da organização política da profissão, a luta para o reconhecimento, a aproximação com a teoria crítica, com as lutas societárias, a identificação da

assistente social como integrante da classe trabalhadora e a defesa da profissão. Elencaremos o período de 1936-1984, buscando identificar os principais eventos da organização política da categoria nacional.

No segundo capítulo, apresentaremos um histórico da região norte do Paraná, destacando a questão social em Londrina, nosso foco na pesquisa. O surgimento do serviço social no Paraná e a organização política da categoria no estado serão abordados. Julgamos relevante assinalar como a profissão institucionalizou-se na capital paranaense, de que forma ocorreu a sua “interiorização” e o desenvolvimento das articulações políticas da categoria a nível estadual.

E, finalmente, o terceiro capítulo, no qual refletiremos, através das profissionais entrevistadas, o surgimento do serviço social e a organização política da categoria em Londrina. Os relatos das entrevistadas revelam aspectos do surgimento da profissão na cidade, as formas de organização política, as entidades, os grupos, as instituições, o campo de trabalho, a academia. Procuraremos estabelecer uma ligação entre os movimentos do serviço social brasileiro com a organização política local, ao longo do tempo, além da relação das assistentes sociais locais com a representação da categoria na capital paranaense.

CAPÍTULO I – SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: SURGIMENTO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA.

Este capítulo apresenta um breve resgate histórico sobre o surgimento do serviço social, enfocando a organização política da profissão. Apresentaremos ainda a luta para seu reconhecimento, a aproximação com a teoria crítica, com as lutas societárias, a identificação da assistente social como integrante da classe trabalhadora e a defesa da profissão. Elencaremos o período de 1936-1984, buscando identificar os principais eventos da organização política da categoria nacional.

1.1 Contexto Histórico Brasileiro à Época do Serviço Social.

No final do século XIX e início do século XX, a sociedade e brasileira passou por grandes transformações, tanto no modo de produção, como no modelo de governo. Tais mudanças impactaram profundamente o país.

Durante a Primeira República (1889-1930), o país passou a vivenciar um novo modo de produção, que substituiu o sistema escravista pelo trabalhador assalariado, ou seja, o trabalhador passou a vender a sua força de trabalho em troca de salário.

Em linhas gerais, a transição do Segundo Império para o regime republicano ocasionou profundas transformações na sociedade brasileira.

Primeiramente, o que a historiografia oficial chama de “Proclamação”, nada mais foi que um golpe orquestrado e executado por oficiais do exército. Logo nos primeiros momentos de nossa vida republicana, uma frase pronunciada por Aristides Lobo (1838-1896) se tornaria famosa. Para este propagandista republicano, “o povo assistiu bestializado” os acontecimentos, clara indicação da falta de participação popular no processo. Desde o advento republicano, a população sempre esteve divorciada das questões relativas à cidadania e participação.

Pode-se perceber os profundos impactos econômicos e sociais que a capital, Rio de Janeiro, passava neste momento de transição. Para Carvalho, a cidade do Rio de Janeiro teve o seu contingente populacional significativamente aumentado. Uma população heterogênea, do ponto de vista social e étnico. As “classes perigosas” preocupavam as elites da *Belle Époque*: ladrões, prostitutas, malandros,

desertores das forças armadas, capoeiras, carroceiros, engraxates, bicheiros, jogadores (CARVALHO, 1991, p. 18).

O início da República foi extremamente catastrófico: o massacre de Canudos em 1897, os problemas de saneamento e higiene, as epidemias violentas que assolaram a cidade do Rio de Janeiro, os problemas econômicos, advindos da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a febre especulativa, dentre outros, são apenas alguns exemplos do caos republicano (CARVALHO, 1991, p. 19-20).

Para Carvalho, a febre especulativa do início do período republicano, que culminou com uma grave crise econômica, representou

[...] uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante. Desabrochou o espírito aquisitivo solto de qualquer peia de valores éticos, ou mesmo de cálculo racional que garantisse a sustentação do lucro a médio prazo. Era um capitalismo predatório [...] O que antes era feito com discrição, ou mesmo, às escondidas, para fugir à vigilância dos olhos imperiais, agora podia ser gritado das janelas ou dos coches, era quase motivo de orgulho pessoal e de prestígio público. Os heróis do dia eram os grandes especuladores da bolsa (CARVALHO, 1991, p. 26-27).

Foi o período do chamado “Encilhamento”, que levou o país a uma violenta crise financeira, entre 1889-1894. O então ministro da fazenda, Rui Barbosa (1849-1923), a “Águia Jurídica”, promoveu uma emissão de moeda, sem lastro, facilitando créditos, o que gerou uma imensa especulação financeira. O termo encilhar vem do hipismo: preparar o animal para a corrida, no caso, a corrida do capital. O resultado foi a criação do que diríamos hoje “bolha financeira”, que culminou com a quebra da praça do Rio de Janeiro, causando colapso em bancos, empresas, falências e crise econômica geral. O “grande baiano” também se notabilizou por ter, em 1890, ordenado a queima dos arquivos relativos à escravidão no Brasil. Atitude brilhante desse espírito aquilino, uma vez que impediria os escravizados e seus descendentes de processar o Estado brasileiro, além de ser um crime de lesa memória nacional. O Visconde de Taunay (1843-1899) lançou, em 1894, no calor da hora, a obra “O Encilhamento”, peça literária que permite compreender o que foram aqueles dias de absoluta falta de escrúpulos, revelando uma das faces da sociedade brasileira (TAUNAY, 1923). É bom lembrar que, no governo Campos Sales (1898-1902), foram efetuados vultuosos empréstimos financeiros juntos aos banqueiros ingleses,

operação conhecida como *funding loan*, o que acarretou um aumento significativo da dívida externa brasileira².

É necessário também assinalar que o período de transição em questão, apesar do discurso republicano, significou a marginalização da população afrodescendente. A tão propalada “abolição” de 1888 jogou parcelas significativas da nossa população na miséria absoluta. Carvalho assinalou a preocupação do governo republicano contra os pobres, manifestada pela perseguição contra capoeiras, bicheiros, fechamento de cortiços e na vacinação obrigatória (CARVALHO, 1991, p. 30-31).

Significativo também foi o fato de que, até o fim da Primeira República, a cidade do Rio de Janeiro foi governada por prefeitos “nomeados” pelo presidente da república, verdadeiros ditadores de barão e cutelo, como foi o caso de Francisco Pereira Passos, prefeito “escalado” para reinar na cidade do Rio de Janeiro entre 1902-1906. Passos promoveu uma “reforma” na cidade, no início do século XX, higienizando socialmente o centro e removendo massivo contingente populacional para regiões insalubres e desprovidas de infraestrutura urbana.

Para Carvalho, a República não propiciou a participação. Houve limitação do direito ao voto em relação ao regime anterior. Não se cultivou o exercício da cidadania e nem se pensou políticas para o atendimento à população. Uma cidade sem cidadãos, na qual república e cidadania foram dissociadas:

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação. A República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe [trapaça]. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra [espertalhão, gozador] (CARVALHO, 1991, p. 160).

Outro aspecto importante para se entender o período foi a questão do coronelismo. Para Janotti (1981), as raízes do coronelismo estão localizadas no período do Império brasileiro. Para ela, o poder do coronel tinha heranças coloniais, baseadas em uma economia agroexportadora. Criada pelo Ato Adicional de 1834, a Guarda Nacional, da qual é oriunda a patente de coronel, tinha funções repressivas.

² Esse processo está ligado à exploração capitalista do Norte do Paraná por banqueiros ingleses. Ver: JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Janotti considerou que a centralização política monárquica prosseguiu na era republicana. A chamada “política dos governadores”, encampada pelo governo Campos Sales (1898-1902), objetivava harmonizar os interesses dos estados mais ricos e fortalecer uma rede de poder sem oposição, na qual a decisão do presidente da república não fosse contestada, fosse no congresso nacional, fosse nos governos estaduais, fosse nos poderes locais (municípios). Uma “cadeia de compromissos” entre o governo federal e os estados, o que garantiria a eleição de representantes dóceis ao presidente da república. O presidente não interferiria nas eleições estaduais, os governadores escolheriam os representantes das assembleias estaduais e os coronéis governariam nas esferas locais. Tempos de eleitorado de cabresto, currais eleitorais e eleições a bico de pena (JANOTTI, 1981, p. 33-37).

Outro ponto a assinalar foi à imigração de trabalhadores europeus, com duas funções: substituição do trabalhador negro e a defesa de teorias racistas³. A mudança do modo de produção sem um planejamento trouxe sequelas sociais e, com isso, a visibilidade da questão social⁴, na qual o trabalhador não ganha o suficiente para manter a reprodução do sistema.

O novo modo de produção gerou um alto índice de trabalhadores no exército de reserva. Com isso, o trabalhador acabou vivenciando a miserabilidade, que foi percebida pelas elites como falta de moral, de ordem pública e promiscuidade.

Tanto a classe trabalhadora, quanto a burguesia, criaram meios para o enfrentamento da questão social. Os trabalhadores organizaram-se em sindicatos, visando a luta por melhores condições de trabalho, bem como a luta por cidadania social⁵. As elites utilizaram a igreja católica para criar mecanismos de enfrentamento aos pontos que “incomodavam”. Já o Estado brasileiro teve que pensar novas formas de atendimento a essa população, para além da repressão policial.

A Primeira República aprovou uma nova constituição, em 1891, a qual estabeleceu a divisão entre a igreja católica e o Estado. Estabeleceu os municípios como instituição administrativa do Estado, no lugar das paróquias. A emissão de

³ Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴ “A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política” (YAZBEK, 2018, p. 183).

⁵ Termo utilizado por Iamamoto e Carvalho. Ver IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17.ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2005. p. 126.

certidões de casamento, nascimento, entre outros, passaram para a esfera de responsabilidade do Estado, representado pelos municípios. Também houve a defesa do Estado laico, com a separação do Estado e da igreja, o que incluiu a educação. A igreja católica entendeu tal processo como perda de poder, procurando alternativas para demonstrar a sua importância política ao novo sistema de governo. Organizou-se o Movimento Católico Leigo, que apresentou duas formas de intervenção: mobilizar uma intelectualidade cristã e a Ação Católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2005), uma elite intelectual católica foi mobilizada através da revista “A Ordem” (criada em 1921) e do Centro Dom Vital (criado em 1922). O objetivo era enfrentar as correntes de pensamento que a igreja considerava nefastas, a saber: o anticlericalismo, o positivismo e a laicidade das instituições republicanas. A revista e o Centro, ambos de caráter conservador, também objetivavam estabelecer uma ponte entre a hierarquia da igreja e os católicos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 144).

A segunda forma de intervenção foi a Ação Cristã, construída a partir da “Doutrina Social da Igreja”, que durante a Primeira República ficou apenas no questionamento das condições de trabalho das mulheres e crianças, da moral, da desagregação familiar e da promiscuidade da classe trabalhadora, sem, no entanto, interferir nestas condições. A Ação Cristã foi desenvolvida a partir daquilo que a historiografia convencionou chamar “Revolução de 1930” (golpe). A Ação Cristã foi considerada um novo momento na organização católica, no qual se passaram a desenvolver ações na comunidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 147).

No interior desta sociedade, a classe trabalhadora lutou por acesso à proteção social, mas enfrentou uma realidade extremamente excludente. As elites nacionais contaram com o apoio da igreja, como sempre, para a manutenção da moral e da ordem social, uma vez que se entendeu ser necessário o enquadramento da população. O Estado surgiu como mediador: ele fez concessões, visando manter a ordem social, ao mesmo tempo em que aplicou uma legislação excludente, usando, não raras vezes, a repressão como instrumento de controle e coerção.

Foi em tal conjuntura política e social que o serviço social surgiu na cena nacional. A primeira turma de assistentes sociais iniciou-se nos anos 1930 e graduou-se em 1940. Desde o início da profissão, constatou-se a organização da categoria, a fim de responder às demandas apresentadas. Veremos que a

organização das profissionais permeou o processo de construção do conselho profissional.

Abordaremos, a seguir, a institucionalização do serviço social e a organização política da categoria profissional na defesa da profissão

1.2 A Institucionalização e a Trajetória de Organização Política das Assistentes Sociais na Defesa da Profissão (1936-1947)

O surgimento do serviço social enquanto profissão no Brasil pode ser relacionado à chamada “crise dos sistemas democráticos” da década de 1930. Influenciado pelas correntes autoritárias que varriam o mundo no período (em especial, o nazismo alemão e o fascismo italiano), o país, após o golpe de 1930, viu emergir a figura de Getúlio Vargas, ditador que se manteve no poder até ser derrubado em 1945. Os anos 1930 caracterizaram-se, no Brasil, pelo discurso nacionalista (construção de uma “identidade nacional”), pelo fortalecimento do Estado nacional e pelos investimentos na industrialização e urbanização das grandes capitais. No entanto, no seu bojo, o regime suspendeu os já precários direitos, perseguiu opositores políticos, promoveu a tortura e a morte, censurou o pensamento e procurou “enquadrar” a população mais pobre.

Nas três primeiras décadas do século XX, no país, ocorreram disputas pela direção política. É possível também identificar a organização dos trabalhadores urbanos e rurais na apresentação de suas pautas, evidenciando as manifestações da questão social, presentes nas reivindicações da sociedade brasileira.

Em tal contexto, a profissão surgiu na sociedade brasileira, vinculada à “Direção Social da Igreja Católica”, visando dar uma resposta à reprodução das relações sociais do sistema capitalista. Conforme a sociedade foi se organizando, o serviço social, enquanto profissão, também se constituiu.

Assim sendo, o serviço social foi inserido na divisão social e técnica do trabalho do sistema capitalista e esteve presente na reprodução das relações sociais. A profissão avançou, contribuindo para o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana⁶ (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

⁶ Ver: NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido em dois blocos, liderados por Estados Unidos e União Soviética, que disputavam o poder político e ideológico. O Brasil alinhou-se ao bloco capitalista. Segundo Jesus, Mendonça e Kirsten (2017), a disputa política e ideológica da chamada “guerra fria” favoreceu o discurso desenvolvimentista, já presente na ditadura do Estado Novo (1937-1945), na qual a organização do Estado brasileiro contou com órgãos, departamentos e conselhos⁷.

Na ditadura estadonovista, houve a parceria entre o Estado e os setores industriais, com o objetivo de desenvolver a industrialização nacional. Foram aprovadas leis trabalhistas, orientadas mais para atender às necessidades da industrialização e do capital do que para amparar a classe trabalhadora, além da estatização dos sindicatos. Para as autoras, tal período foi um marco da organização estatal e da política econômica (JESUS; MENDONÇA; KIRSTEN, 2017).

Para Yazbek (2009), no mesmo período, ocorreram ações voltadas ao atendimento dos interesses da industrialização (e do capital) no país. Ao mesmo tempo, o Estado buscou se legitimar junto às camadas sociais, incorporando algumas reivindicações dos trabalhadores, como as legislações social e trabalhista. Período do estabelecimento das grandes instituições assistenciais, que abriram o mercado de trabalho para a nova profissão. O serviço social passou a desenvolver suas atividades nos equipamentos estatais, operacionalizando as políticas sociais.

Assim, a institucionalização do serviço social ocorreu por uma demanda da sociedade e do Estado. Este buscou novas maneiras de intervir nas diversas formas de manifestação da questão social, visando garantir a reprodução das relações sociais.

Silva (2003) asseverou que o serviço social sempre se preocupou com uma formação teórica, que oferecesse condições para que o trabalho tivesse um reconhecimento de cunho profissional, a fim de não ser confundido como voluntarismo. Além da formação teórica, identificamos que a categoria também se organizou politicamente na construção e defesa da profissão.

De início, para suprir a formação técnica, o serviço social brasileiro aproximou-se do serviço social estadunidense. Nos Estados Unidos, utilizava-se a

⁷ Para melhor entender sobre a organização e burocratização do Estado brasileiro, ver: SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Estado, burocracia e patrimonialismo no desenvolvimento da administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp019574.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2018.

metodologia de intervenção, com tendências teóricas inspiradas em traços do positivismo-funcionalismo, alinhada com o conservadorismo.

Para a organização da profissão, instituiu-se, em 1946, duas entidades de extrema importância, sendo uma voltada aos profissionais (a Associação Brasileira de Assistente Social (ABAS)) e a outra destinada à formação profissional (a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)).

A implantação das duas instituições ocorreu no período de “retorno” à democracia. No final de 1945, com a deposição do ditador Vargas, eleições diretas levaram ao poder o general Eurico Gaspar Dutra, que tomou posse em 1946, ano em que também foi promulgada uma nova carta magna, que ampliou direitos de cidadania e de participação política. O historiador Jorge Ferreira⁸ considerou que tal período histórico constituiu a primeira experiência liberal democrática brasileira. Porém, apontou que tal processo não foi simples e fácil, mas repleto de contradições, repressões internas, além da influência da guerra fria. Ocorreu o fechamento do Partido Comunista Brasileiro e a perseguição, por parte do aparelho repressivo estatal, aos militantes do PCB, do movimento operário e sindical (FERREIRA, 2019).

Nesta conjuntura surgem, em 1946, a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) e a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). A ABESS tinha como finalidade: promover o intercâmbio e a colaboração entre os membros; promover a adoção de um padrão mínimo de ensino; representar os interesses coletivos das Escolas. O desenvolvimento da profissão, ao longo do tempo, acarretou mudanças também nas citadas entidades.

Destacamos que a trajetória da ABESS foi apresentada no documentário “70 anos ABEPSS”, de 2018. Nele, é possível observar que a ABESS nasceu centralizadora, característica que foi alterada graças à organização de docentes e discentes, que lutaram para democratizá-la. Para isso, foi necessária articulação e enfrentamentos políticos.

A construção política e as mudanças na grade curricular nos cursos de serviço social foram desenvolvidas ao longo do tempo, resultado de muitos embates.

⁸ Ver: FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. **Historiografias**. Acesso em < <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream> > Acesso em: 17 nov. 2019; FERREIRA, Jorge. *Dossier* 1946-1964: a experiência democrática no Brasil. (Apresentação). 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-770420100001&lng=en&nrm=iso Acesso em: 15 de out. 2019.

Desde 1996, a ABESS passou a ser denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), cujo objetivo é coordenar e articular o projeto de formação profissional na graduação e na pós-graduação, trabalhando o ensino, a pesquisa e a extensão. Conta hoje com vários grupos temáticos de pesquisa e é responsável pela revista “Temporalis”, pelo Encontro Nacional de Pesquisadoras em Serviço Social (ENPESS) e, em conjunto com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), organizam o Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS).

Sobre a criação da ABESS e da ABAS, Yazbek no documentário “ABEPSS 70 anos”, assinalou a importância de se estudar o processo de formação das instituições citadas. Para a autora, Odila Cintra Ferreira⁹ esteve envolvida na criação da ABESS e da ABAS, sendo figura de destaque nesse processo. O I Congresso Brasileiro de Serviço Social, de 1947, segundo Yazbek, foi organizado pelos estudantes de serviço social e pela ABESS e ABAS. A estrutura atual da categoria profissional segue a mesma lógica criada no período: CFESS, ABEPSS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). De acordo com Yazbek, “[...] há uma hipótese, é que elas, as fundadoras, tenham entendido a importância de difundir para o país a proposta que elas estavam criando aqui”. (ABEPSS, 2019). Essa difusão deveria seguir um parâmetro, o que fez com que tais instituições fossem tão relevantes na história da organização política da profissão.

Os apontamentos da professora Yazbek justificam-se, já que a paraninfa da primeira turma de graduadas em serviço social, em 1940, dona Odila Cintra Ferreira, destacou, em seu discurso, o orgulho de ser a primeira Escola de serviço social do país e a perspectiva de articulação para as Escolas e para os profissionais que viriam depois.

Para as Escolas de serviço social, dona Odila Cintra Ferreira deixou, em seu discurso, um alerta: o primeiro desígnio é formar um profissional que contribua para a solução dos problemas sociais. Para as profissionais, ela destacou que o desenvolvimento de cada formanda em seu espaço sócio-ocupacional repercutiria para o desenvolvimento da nova profissão, e por isso “[...] tereis grandes partes de responsabilidade na orientação do serviço social [...]” (FERREIRA, 1941, p. 27-28).

⁹ Foi presidente do Centro de Estudo de Ação Social (CEAS) e a primeira diretora da Escola de Serviço Social de São Paulo.

Assinalou a importância de se desenvolver um trabalho, que ela denominou “trabalho técnico-científico-profissional”. No entanto, chamou a atenção para que a técnica não vire “tecnicismo”, a ciência não passe a ser “cientificismo”, e que a profissão não se torne “profissionalismo”. O risco e o alerta de dona Odila ainda são atuais: “[...] toda a vossa atividade disso se ressentirá e o vosso trabalho, insensivelmente, se irá tornar rígido, mecanizado sem vida”. A técnica é importante, mas deve ter objetivos maiores para que não seja meramente burocrática. Assinalou também a relevância de capacitação continuada para as assistentes sociais (FERREIRA, 1940, p. 27-28).

Odila Ferreira deixou claro às primeiras profissionais que:

O serviço social não pode, pois, ser considerado exclusivamente como uma técnica ou um método científico. Esse desvirtuamento trai a sua materialização e o esquecimento de que ele é, antes de tudo, trabalho baseado no ideal de fazer o bem, trabalho de dedicação, de desprendimento, e de profundamente humano pelo seu objeto mesmo. Erro, ainda seria, considerar a atividade do serviço social exclusivamente como uma profissão (FERREIRA, 1940, p. 28).

O discurso de dona Odila, a despeito da problemática questão de “fazer o bem” (típica de um período em que profissão era fortemente influenciada pela ideologia da igreja católica), deixou claro que a técnica e o método deveriam estar ligados a uma direção mais ampliada, visando à defesa do humano¹⁰. A profissão nasceu com um projeto, não sendo apenas uma técnica mecânica e vazia de sentido. Ela deveria ultrapassar o tecnicismo e fundamentar-se em uma dimensão humana. Palavras ainda atuais, mesmo após oito décadas. Um discurso de apenas três páginas, mas de uma densidade profunda.

A ABAS tinha por objetivo:

[...] promover o aperfeiçoamento e a garantia do nível da profissão de Assistente Social, bem como o estudo e a defesa de seus interesses, segundo se lê o art. 1º dos estatutos sociais, sendo seu fim imediato obter o reconhecimento do exercício profissional (FERREIRA, 1948, p. 74).

¹⁰ Guedes (2005, p. 13, **grifo da autora**) considera “[...] o *humanismo cristão* como uma a via que aponta os erros do mundo moderno e sedimenta o novo modelo de sociedade: o capitalismo cristianizado. O Serviço Social nasce no bojo deste humanismo e deste questionamento da modernidade preconizada pela Igreja Católica”. Não trabalharemos, na presente dissertação, a problemática relativa à questão. Para um maior aprofundamento, ver: GUEDES, Olegna de Souza. **Interpretações do Humanismo no Serviço Social Brasileiro**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social), 360 p. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo.

Observamos que a finalidade da ABAS proporcionou a formação continuada das profissionais, a fim de garantir um bom serviço prestado, ao mesmo tempo em que também efetivou o reconhecimento e defesa da profissão, papel que seria depois desempenhado pelos conselhos de fiscalização e pelos sindicatos.

Francisco de Paula Ferreira, em 1948, apresentou nove objetivos da ABAS, com destaque para os seguintes itens:

- A) colaborar com o Estado no estudo e solução dos problemas;
- B) elaborar um código de ética profissional e organizar o conselho de ética profissional, com a colaboração de pessoas e instituições idôneas que se interessam pela matéria;
- C) promover o aperfeiçoamento técnico de seus membros através de cursos, conferências, etc.;
- D) obter bolsas de estudo no país e no estrangeiro;
- I) manter ou subvencionar boletins e revistas sobre assuntos de interesse para os associados;
- H) fundar e manter agência de colocação e garantir justos contratos de trabalho.

No tocante aos itens A e B, destacamos a aprovação do primeiro Código de Ética profissional, durante o “I Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBSS)”, realizado em 1947. Sobre a atenção voltada aos assistentes sociais, os itens C, D e I versam sobre a capacitação continuada. O item H trata do mercado de trabalho. Três itens não relacionados acima assinalam a prestação de assistência aos associados nas áreas jurídica, médica, odontológica, monetária e organização de espaços para férias e lazer (FERREIRA, 1948, p. 75).

A primeira diretoria da ABAS foi assim composta: presidente: Luiz Carlos Mancini; vice-presidenta: Aylida Faria da Silva; 1ª secretária: Cecília L. Alves Câmara; 2ª secretária: Maria Augusta L. Albano; conselho fiscal: Maria Silva Albano Ribeiro e Zilah Villela Teixeira. Comissões: cultura, estudos, defesa profissional, intercâmbio e propaganda, representação, recreação e assistência (FERREIRA, 1948, p. 75).

O autor apontou que a ABAS realizou diversas atividades, divididas em dois grupos: temas mais amplos na sociedade e o círculo de estudo e debates vinculados diretamente ao trabalho do assistente social.

O círculo de estudo discutiu os seguintes assuntos: serviço social de grupo; filosofia do serviço social e ética profissional; serviço social na indústria e comércio;

organização e recurso da comunidade e administração das obras sociais. Promoveu as seguintes conferências, com as temáticas: “distributismo”; valor do estímulo e do intercâmbio entre assistentes sociais; problemas do trabalho de mulheres e de menores nos Estado Unidos da América; educação sexual; serviço social do menor; cooperativismo e democracia; aspecto social da imigração; problemas de higiene do trabalho; dentre outras (FERREIRA, 1948, p. 76).

Paula Ferreira destacou duas ações da ABAS: a “[...] colaboração prestada no trabalho de elaboração do ante-projeto de lei que regulamenta a profissão de Assistente Social, apresentada à Câmara Federal pelo deputado Jarbas Maranhão [...]”; e a filiação da ABAS junto à União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) (FERREIRA, 1948, p. 76).

O autor assinalou que a ABAS tinha seção nos estados. A seção São Paulo criou o conselho de ética profissional, através da Resolução nº 01, de 01 de setembro de 1947. Além da defesa da profissão, a ABAS/SP participou: da constituinte paulistana, em 1947; regulamentou a ABAS/SP junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; promoveu informativo impresso para a categoria; disponibilizou assessoria jurídica e odontológica; colaborou para a organização do “II Congresso Pan Americano de Serviço Social”, no Rio de Janeiro; e promoveu atividades de lazer (FERREIRA, 1948, p. 78).

Em fevereiro de 1947, realizou-se, na cidade de São Paulo, o “I Congresso Brasileiro de Serviço Social”, organizado pelo CEAS, no qual houve a preparação para o “II Congresso Pan Americano de Serviço Social” realizado na cidade do Rio de Janeiro. Os temas discutidos nas oficinas foram: O Serviço Social e a Família; Serviço Social de Menores, Educação Popular e Lazer; Serviço Social Médico; O Serviço Social na Indústria, Comércio e Agricultura; Os Agentes do Serviço Social. Entre as propostas construídas neste evento, destacamos: “[...] as entidades interessadas que, com a possível brevidade, promovam junto aos poderes competentes a regulamentação da profissão de assistentes social, como uma profissão Liberal [...]” (FERREIRA *et al*, 1948).

Na segunda metade da década de 1940, as profissionais buscavam construir seus espaços de trabalho, suas teorias e metodologias. No entanto, a criação da ABAS e da ABESS colocou a organização política da categoria em destaque e proporcionou um espaço de construção coletiva, no qual as profissionais podiam debater, deliberar e criar estratégias de luta. Uma das lutas do período foi pela

obtenção de uma profissão liberal e regulamentada, questão que será abordada a seguir.

1.3 A Organização Política das Assistentes Sociais na Defesa da Profissão: a luta por uma profissão liberal e sua regulamentação (1949-1963).

Conforme mencionado, o serviço social surgiu de uma demanda da sociedade, respondida pela igreja católica (“Direção Social da Igreja”). Ao apresentar respostas para aquele momento histórico, as profissionais de serviço social conquistaram espaço no mercado de trabalho, seja nas instituições caritativas, seja no Estado. Assim sendo, houve uma ampliação de Escolas e de profissionais. A ABAS e a ABESS favoreceram a construção de uma direção política para a categoria, nas esferas teórica, metodológica e no campo da organização.

A ABAS e a ABESS elaboraram o “I Congresso Brasileiro de Serviço Social”, em 1947, no qual foram debatidos os temas teóricos e metodológicos para o exercício da profissão nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Também foi discutida a construção coletiva do “II Congresso Pan Americano de Serviço Social”, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Ainda houve a aprovação do primeiro Código de Ética da profissão e a identificação de uma pauta comum: a luta pelo reconhecimento da profissão como liberal, o que fez com que a ação política da profissão colocasse em movimento as direções política e ética.

Entendemos que a regulamentação da profissão foi um processo. Abreu (2012) assinalou que uma das primeiras conquistas legais foi o reconhecimento do serviço social, enquanto profissão liberal, através da Portaria n° 35, de 19 de abril de 1949, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um dos projetos da ABAS, conforme vimos. A seguir, foi aprovada a Lei n° 1.889/1953¹¹, na qual “[...] agregou-se ainda a esse arcabouço normativo, o reconhecimento legal do ensino, sua estruturação e prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais [...]” (ABREU, 2012, p. 59).

¹¹ Segundo Lazzaroni e Costa (1990, p. 14), “A primeira lei que diz respeito à profissão e ao ensino de Serviço Social é a de número 1.889, promulgada por João Café Filho, em 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos de ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e agentes sociais. Foi regulamentada pelo Decreto 35.311, de 02 de abril de 1954, que disciplinou o ensino de serviço social e o processo de habilitação para o exercício de Assistente Social. CFAS, 1º Relatório de Atividades. Rio de Janeiro, 1963”.

Qual o significado de “profissão liberal”? A Confederação Nacional de Profissionais Liberais (CNPL) assinalou que o termo refere-se

[...] àqueles profissionais, trabalhadores, que podem exercer com liberdade e autonomia a sua profissão, decorrente de formação técnica ou superior específica, legalmente reconhecida, formação essa advinda de estudos e de conhecimentos técnicos e científicos. O exercício de sua profissão pode ser dado com ou sem vínculo empregatício específico, mas sempre regulamentado por organismos fiscalizadores do exercício profissional (CNPL, 2019).

Observamos que a formação profissional desses trabalhadores se fundamenta por um conjunto de saberes técnicos e/ou científicos, podendo ter ou não vínculo de trabalho formal, mas afirmando a necessidade de acompanhamento por um conselho de fiscalização.

Sobre o reconhecimento de ser uma profissão liberal, Santos (2018) destacou que o serviço social tem a maioria dos espaços ocupacionais vinculados às instituições públicas e/ou privadas, nas quais a profissional tem um vínculo empregatício, ou seja, é uma trabalhadora assalariada, o que não descaracteriza a regulamentação liberal da profissão.

Essa regulamentação nos proporciona escolher, dentro das atribuições profissionais, o tipo de atividade a ser desenvolvida, o método, os instrumentos e a técnica a serem utilizados, e que os “[...] resultados deste trabalho derivem exclusivamente da atuação do profissional”. A autonomia relativa¹², que podemos entender como os limites existentes para o desenvolvimento do trabalho profissional, é observada, uma vez que o empregador limita e oferece condições para a execução das atividades laborais, ao mesmo tempo em que também estabelece limites para a intervenção profissional (SANTOS, 2018, p. 524).

A condição de profissão liberal também proporciona uma “autonomia associada ao estatuto”, ou seja, a existência de uma direção para a profissão. Além disso, o conselho profissional é relevante; suas atividades precípua são a fiscalização do exercício profissional e a organização e manutenção do registro profissional (SANTOS, 2018).

Entender como a categoria se organizou politicamente para conquistar a regulamentação profissional e o reconhecimento de uma profissão liberal é importante para a defesa da profissão. Pensar na regulamentação da profissão permite entender que tal condição foi obtida através da organização política da

¹² Termo trabalhado por Iamamoto e Carvalho, op. cit., p.306-358.

categoria, processo inconcluso e em constante transformação, considerando as vicissitudes da sociedade capitalista.

No final da década de 1940, o serviço social foi reconhecido como profissão liberal. No início dos anos 1950, obteve o *status* de profissão de nível superior. A regulamentação e o reconhecimento da profissão viriam posteriormente, através da Lei nº 3.252/1957.

A Lei de regulamentação da profissão exigiu uma formação adequada às profissionais. Foi necessário criar mecanismos de acompanhamento e fiscalização, implementados através do Decreto nº 994/1962, que instituiu o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

Os conselhos profissionais são considerados, legalmente, como autarquias de natureza pública, sendo que tal caráter público é derivado de sua função precípua: a fiscalização do exercício profissional, uma vez que os conselhos recebem esse “mandato” diretamente do Estado.

Sobre a construção do conselho da categoria, Lazzaroni e Costa (1990) trataram da trajetória da fiscalização do exercício profissional da assistente social, assinalando que a regulamentação da profissão seguiu a tendência daquele momento. A legislação alinhava o ensino profissional e a habilitação profissional, na qual o ensino estava vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e a fiscalização da profissão ao conselho de fiscalização. O serviço social foi a primeira profissão a ser reconhecida na área social.

A regulamentação da profissão revelou as dificuldades e fragilidades do exercício profissional. A aprovação do Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, no Congresso Nacional, possibilitou também muitos questionamentos, que fragilizariam a fiscalização profissional.

Com a criação do CFAS, o governo federal indicou a primeira diretoria, através do Decreto nº 994/1962. A primeira presidenta foi a assistente social Helena Iraci Junqueira, membro da ABAS/SP. As primeiras ações do CFAS foram: a implantação e regulamentação dos dez CRAS no país; a organização para a implantação e eleições para os dez CRAS, através dos sindicatos ou da Associação Profissional de Assistente Social (APAS); organização do registro profissional; elaboração do regimento interno da instituição e dos direitos e deveres da profissão, depois incorporados ao Código de Ética (LAZZARONI; COSTA, 1990).

As autoras destacaram ainda a implantação das Delegacias Seccionais de base estadual, cujo objetivo visava a descentralização da atividade precípua do conselho de profissão, ou seja, a fiscalização profissional. No entanto, as Delegacias eram “[...] instaladas com grandes dificuldades, existindo muitas vezes somente a partir da boa vontade de profissionais, que cediam suas residências ou conseguiam em seu trabalho um local para a instalação da mesma” (LAZZARONI; COSTA, 1990, p. 15).

Para Lemos e Cazela (2013), o Conjunto CFAS/CRAS desenvolveu suas atividades de forma burocrática, com uma fiscalização de cunho policialesco e punitivo.

Sobre a regulamentação da profissão, em uma discussão recente, Felipe considerou que, para uma profissão ser reconhecida pelo Estado, é necessária uma articulação com o poder legislativo, tanto para apresentar o projeto, como para acompanhá-lo e defendê-lo, até a sua aprovação. Tal processo ocorre quando Estado e sociedade identificam a relevância da profissão. Ademais, os serviços prestados precisam da existência do profissional. O autor observa ainda que, considerando o histórico brasileiro de caridade e voluntariado, vinculados à religião, a obtenção da regulamentação da profissão deve ter se constituído em um considerável desafio (FELIPPE, 2018, p. 44).

Para Felipe, a indefinição da lei quanto aos papéis e às funções a serem desenvolvidas pelas profissionais de serviço social abriu um espaço para que os usuários, outras profissões e as assistentes sociais “[...] acreditem na desnecessidade de formação específica para o desempenho das atividades executadas por esse profissional” (FELIPPE, 2018, p. 29-30).

O autor asseverou ainda que as lacunas da legislação acabam interferindo ou mesmo “[...] contribuindo para diversas confusões acerca do papel e das atividades inerentes ao trabalho do assistente social”. Também houve questionamento, tanto das assistentes sociais, como de outras profissões, sobre a necessidade do serviço social ter uma regulamentação (FELIPPE, 2018, p. 35).

Em 1989, foi apresentado, no legislativo federal, um projeto de regulamentação da profissão, que só seria aprovado em 1993, após receber várias mudanças no texto original. Tais alterações afetaram a construção das atribuições e reduziram as funções privativas do serviço social, dificuldades que ainda permanecem na profissão (FELIPPE, 2018).

Assinalamos que a organização política da categoria proporcionou a construção de sua regulamentação, através das instituições de defesa da profissão e da formação profissional. Antes da aprovação da Lei nº 3.252/57 e da criação do Conjunto CFAS/CRAS, foi fundada em São Paulo a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP), em 22 de janeiro de 1955.

Segundo Souza (1981, p. 77), a APASSP foi fundada em 22 de janeiro de 1955, mas seu maior desafio ocorreu no ano de 1957, quando algumas assistentes sociais que trabalhavam na prefeitura de São Paulo, na Divisão de Assistência Social do Município (DASMU), foram afastada de suas funções por sessenta dias. O motivo do afastamento: um grupo de assistentes sociais denunciou, através de um memorando enviado à chefia da DASMU, “[...] o uso indevido dos recursos públicos para fins eleitoreiros”. A APASSP conseguiu fazer a defesa das profissionais e mobilizar a opinião pública (SOUZA, 1981, p. 78).

A APASSP também contribuiu, juntamente com as profissionais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e estados do norte do país, na luta pela regulamentação da profissão (legislação aprovada em 1957), culminando com o Decreto 994 de maio 1962, processo que requereu um imenso esforço e mobilização da categoria para pressionar o Congresso Nacional. Registrou-se a tentativa de transformar a APASSP em sindicato. A maior dificuldade, no entanto, era a baixa participação das assistentes sociais (SOUZA, 1981).

Em 1963, promoveu-se a primeira eleição do CRAS/SP, a qual foi anulada pelo CFAS por “[...] não ter atendido a certos requisitos legais, promovendo uma nova eleição [...]”. A APASSP conseguiu consolidar-se como representante da categoria profissional, contando ainda com o apoio das estudantes de serviço social. As atividades foram realizadas até 1965, quando ocorreu uma ruptura, devido à conjuntura nacional daquele momento. A APASSP teve suas atividades controladas e com baixa participação no começo da ditadura civil/militar em 1964, só retomando suas ações coletivas em 1977 (SOUZA, 1981, p 79).

Podemos observar que, durante a década de 1950 e início da década de 1960, a categoria profissional organizou-se para defender a construção social da profissão, bem como a sua regulamentação. Destarte, passou a ter dois modelos de órgãos de participação coletiva: a associação por escolha e a inscrição no conselho de fiscalização (dever de todo o profissional).

Schütz (s/d), em seu artigo, considerou que as profissões que "[...] envolvam a preservação de valores como a vida, a integridade, a segurança física e social das pessoas [...]", necessitam de regulamentação, a qual vai construir os direitos e deveres das profissionais, juntamente com a fiscalização do exercício da profissão.

Os conselhos de fiscalização são de personalidade jurídica e de direito público, com autonomia administrativa e financeira. Seu papel precípua é a fiscalização, ou seja, constitui sua responsabilidade zelar pela profissão, defendendo dessa forma a sociedade, uma vez que deve combater o exercício ilegal da profissão e a má intenção profissional. O autor definiu que a associação de trabalhadores por segmento é o sindicato, o qual vai representar a categoria junto ao empregador nas ações jurídicas, com o objetivo de fazer a defesa coletiva ou individual dos interesses trabalhistas, políticos e sociais da categoria (SCHÜTZ, s/d).

A associação é um órgão que objetiva agregar profissionais de uma determinada área para promover a atualização e o aprimoramento profissional, através de cursos, eventos, publicações dentre outras ações. Ainda pode disponibilizar um banco de currículos de seus associados e divulgar vagas no mercado de trabalho (CREFITO, 2019).

Há uma diferenciação entre os três órgãos apresentados, relativa à finalidade e forma de atuação. Para as profissionais, a regulamentação de seu segmento acarreta a obrigatoriedade do registro para se desenvolver as atividades laborais. Também há um aspecto compulsório, representado pela anuidade, que se constitui enquanto receita fiscal, visando a manutenção dos conselhos e suas atividades. A vinculação ao sindicato ou à associação profissional é opcional.

As décadas de 1950 e 1960 apresentaram uma nova conjuntura política e social. Foi o período em que vivenciamos o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), momento de reestruturação do capitalismo interno, no qual a temática “desenvolvimentista” dominou no plano ideológico, com alguns setores industriais recebendo atenção “especial”. A construção da nova capital federal e os incentivos ao grande capital (tão bem caracterizados pelo chamado “Plano de Metas”) deixariam ao país uma pesada conta social e econômica.

No campo do serviço social, o final da década de 1950 viu a aprovação da Lei que regulamentou a profissão. Ramos (2005, p. 127) assinalou que o serviço social foi a primeira profissão da área social a ser regulamentada através da Lei nº 3.252/1957.

O período da institucionalização do serviço social também processou a construção da organização política da profissão, no qual é possível entender o esboço de um projeto para a profissão. Nesta direção, Barroco (2006), no clássico “Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos”, assinalou que os projetos societários estão presentes no histórico da profissão, mesmo quando não estão nominados desta forma.

Depreendemos que a categoria profissional se organizou para regulamentar a profissão, criando duas instituições para defender a profissão e sua formação. Como estratégia, realizaram e participaram de congressos nacionais e internacionais, além de diversas atividades realizadas. No entanto, o processo de organização da categoria foi desmobilizado, devido ao golpe civil/militar, de 1º de abril de 1964. A instituição representativa passou a ficar vinculada ao Estado, o que demandou novas estratégias diante daquela conjuntura e marcou uma nova etapa no processo de organização política das assistentes sociais.

1.4 A Organização-Política das Assistentes Sociais: a defesa da profissão na ditadura civil/militar (1964-1975)

Conforme já destacamos, no período de institucionalização da profissão, a categoria também se organizou para efetuar a defesa profissional e da formação, através das ABAS e ABESS. A década de 1950 foi propícia para o surgimento da associação profissional, de cunho pré-sindical, órgãos que lutaram para a aprovação da Lei nº 3.252/1957 e do Decreto nº 994/1962, que instituiu o CRAS, todavia instalados no ano de 1963 (dez unidades).

O Decreto nº 994/1962, que instituiu o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), estabeleceu que cada CRAS teria o seu território definido de acordo com o número de profissionais, ou seja, com a presença de quinhentos profissionais atuando na respectiva área. Naquele período, foram criados dez CRAS no Brasil, perfazendo um total de cinco mil profissionais atuantes, que desenvolveram suas atividades de forma burocrática, com uma fiscalização policialesca e punitiva (LEMOS, 2013).

Lazzaroni e Costa (1990, p. 12) destacaram que a instalação dos CRAS ocorreu em 1963. De acordo com as autoras, eleições diretas foram realizadas, promovidas pelos sindicatos ou APAS, e grupos de assistente sociais do Rio Grande

do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e do norte do país. Lembraram que o período assinalou a construção das primeiras normas para disciplinar o exercício profissional.

Entre 1964 e 1972, o CFAS preocupou-se em oferecer condições mínimas de funcionamento aos CRAS. Para abranger todos os estados, foram implantadas Delegacias estaduais, sob o argumento da descentralização da fiscalização (LAZZARONI; COSTA, 1990).

Segundo Ramos (2005, p. 127), o Conselho Federal de Assistente Social (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistente Social (CRAS) desenvolveram suas atividades de acordo com a diretriz do momento histórico: uma “entidade repressiva, controladora e burocrática”, que apenas executava a fiscalização e a cobrança da anuidade. Tal modo de operação coadunava-se com a linha mais conservadora do serviço social.

Segundo Silva (2006), na década de 1960, a igreja católica, no Brasil, passou por uma nova orientação teológica, na qual defendia a manutenção da ordem vigente e a defesa do governo ditatorial instalado, ao mesmo tempo que, em seu interior, viu surgir lideranças leigas e populares questionadoras do discurso de harmonização entre as classes sociais.

Neste período, a América Latina construiu um novo pensamento sobre a realidade social e os evangelhos¹³. Instituiu-se novas estratégias de intervenção, como o Movimento de Educação de Base, a Juventude Operária e a Juventude Universitária Católica. Ao mesmo tempo, continuaram os grupos tradicionais, tais como os Congregados Marianos, as Filhas de Maria e o Apostolado da Oração. Tal processo gerou uma dicotomia no seio da Igreja (SILVA, 2006).

A conjuntura política, social e econômica em questão foi vivenciada pela sociedade e pela profissão. Um marco relevante, para o campo do serviço social brasileiro, foi a aproximação da profissão com o serviço social da América Latina¹⁴.

¹³ O que depois passou a ser chamado de Teologia da Libertação. Para maior compreensão da Teologia da Libertação, ver: SILVA, Cláudia Neves da. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 15, p. 326-351, jan./jun. 2006.

¹⁴ As expressões da articulação político-profissional continental foram amplamente impulsionadas pelo *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* (Celats) e pela *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social* (Alaets), soldando uma unidade de diversidades nacionais. O primeiro encontro ocorreu em Porto Alegre (Brasil, 1965), seguido pelos de Montevideu (Uruguai, 1966), Concepción (Chile, 1969), Cochabamba (Bolívia, 1970) e novamente Porto Alegre (Brasil, 1972). (BATISTONI, 2019, p. 547).

Netto (2005) assinalou que o final da década de 1960 foi propício para um tensionamento entre o Estado burguês e a classe trabalhadora na América Latina. Houve uma reorganização nos movimentos, em segmentos específicos: mulheres, crianças, dentre outros. Foi um período de apresentação de novas culturas sociais. Tal contexto de efervescência mobilizou as assistentes sociais da América Latina, algo que viria a ser chamado de “Movimento de Reconceituação”. Tratou-se de um movimento marcado pelas primeiras aproximações do serviço social com a tradição marxista. Em síntese, uma crítica ao serviço social tradicional e uma nova proposta de formação profissional.

O Movimento de Reconceituação contou com a participação de uma grande parcela das assistentes sociais, que passaram a questionar não apenas a prática, mas também o método que orientava a profissão. A categoria teve um momento de construção política diferente com o Movimento de Reconceituação, marcando a aproximação com a América Latina e desenvolvendo novas formas de se pensar a intervenção profissional.

Netto (2005) também considerou que o Movimento de Reconceituação teve sua temporalidade (1965-1975) interrompida pelo processo ditatorial que varreu a América Latina no período. Identificou três vertentes, a partir do Movimento de Reconceituação: a de reatualização do conservadorismo; a de perspectiva modernizadora; e a de intenção de ruptura. Essas três vertentes constituíram-se na expressão política e técnica das assistentes sociais.

A partir da aproximação entre as assistentes sociais latino-americanas, começou-se a questionar o trabalho profissional, seu papel na sociedade e sua formação. A construção de novas organizações¹⁵ também foi observada. Os questionamentos que surgiram ajudaram a elaborar novas formas de atuação e a ressignificar o papel da assistente social na sociedade, na tentativa de superar o conservadorismo na profissão. Porém, tal ressignificação não teve, evidentemente, o apoio do capital, o que acabou gerando uma contradição entre a formação crítica e as exigências do mercado de trabalho.

Podemos depreender que, a partir da Reconceituação, verificou-se a criação de uma formação mais crítica no serviço social, com uma nova cultura profissional.

¹⁵ *Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) e Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAEETS)*. Cf. IAMAMOTO; SANTOS, 2016.

Favoreceu também a construção de uma dimensão política mais nítida, já que as organizações conservadoras defendiam instituições “sem partido”.

Na Reconceituação, descaminhos ocorreram. A profissional do serviço social não tinha o hábito de participação em movimentos, o que gerou uma dupla identidade na profissão: de um lado, assistentes sociais que apoiavam uma visão mais crítica e que iriam construir o hábito da participação em movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos; e de outro, profissionais que não seguiam essa linha (SANTOS, 1982).

A categoria teve um momento de construção política diferente com o Movimento de Reconceituação, marcando a aproximação com a América Latina e desenvolvendo novas formas de pensar a intervenção profissional, processo que foi interrompido pela instalação de governos ditatoriais.

Sobre a organização política da categoria no país neste período (1965-1977), identificamos dois grupos com direções políticas diferentes: 1) Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (ESS/BH)¹⁶; 2) Os Seminários de Teorização. É necessário pontuar que esses dois grupos se desenvolveram após a imposição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, quando o Estado ditatorial endureceu ainda mais o regime e passou a utilizar seus equipamentos de coerção de forma mais explícita e violenta, a fim de combater os grupos e/ou pessoas que seguiam uma ideologia diferente ou questionavam as ações do governo. Com o silenciamento da oposição, o capital (nacional e estrangeiro) teve campo livre, em detrimento da classe que vive do trabalho.

A ESS/BH desenvolveu o “Método BH”. Batistoni efetuou o resgate histórico desse processo. Para ela, Belo Horizonte tinha uma base política e cultural contestatória entre 1964 e 1968, considerando que as elites do estado participaram ativamente do golpe de 1964. A autora assinalou que a Escola Belo-horizontina ofereceu condições “[...] relativamente favoráveis pela presença de forças progressistas da hierarquia católica, oferecendo, aos docentes e discentes, espaço de resistência intelectual e política” (BATISTONI, 2019, p. 543).

No início da década de 1960, a ESS/BH buscou atualizar seu corpo docente e o currículo, estabelecendo um contato com as ciências sociais e humanas. O movimento estudantil também contava com discentes participantes da Juventude

¹⁶ Fundada em 1946 e incorporada à Universidade Católica, em 1954 (BATISTONI, 2019, p. 544).

Universitária Católica (JUC), da Ação Popular e da Política Operária (POLOP)¹⁷. Este último grupo proporcionou a “[...] politização dos processos educacionais, trazia a experiência do trabalho de comunidade, educação e cultura popular”. Os novos saberes proporcionaram à Escola desenvolver atividades curriculares vinculadas ao Movimento de Educação de Base (MEB) e ao estudo de Paulo Freire. Iniciou-se, assim, o questionamento do serviço social tradicional, ao mesmo tempo em que a profissão foi conectada ao projeto da classe trabalhadora (BATISTONI, 2019, p. 544).

A ESS/BH desenvolveu o Método BH na contramão do período histórico, no qual, em 1967, aprovou-se as diretrizes curriculares com uma direção reformista, apoiada pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS). As diretrizes diminuíram os campos de estágios em comunidades, ampliando, no entanto, as vagas de estagiários em instituições públicas e nas políticas sociais, principalmente na habitação. A aprovação do Decreto-lei nº 477, de 1969, que versou sobre o controle das docentes, discentes e outros trabalhadores nos estabelecimentos escolares públicos e privados, promoveu a infiltração de agentes do Estado nesses locais. Esses “espiões” (dedos-duros, em termo popular da época), monitoravam os conteúdos ministrados e denunciavam os “subversivos”, o que coagia e silenciava as discussões, reflexões e metodologias críticas ao capital (BATISTONI, 2019, p. 545-546).

Mesmo diante das adversidades, o grupo mineiro¹⁸ buscou superar as metodologias tradicionais, através da formulação de uma alternativa global, conhecido como Método BH. Em linhas gerais, o método destacava-se como “[...] um dos vetores principais das concepções teórico-metodológicas que norteiam nos caminhos de sua interlocução com a tradição marxista, eixo central da investigação” (BATISTONI, 2019, p. 550).

Para a autora, o Método BH proporcionou uma aproximação com a teoria da sociedade de classe e com a classe trabalhadora, além da aproximação dos “marxismos”, por meio da igreja católica brasileira. O processo vivenciado e o

¹⁷ ABREU, Alzira Alves de. Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop). Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/organizacao-revolucionaria-marxista-politica-operaria-polop> > Acesso em: 27 nov. 2019.

¹⁸ “No protagonismo da equipe, identifica-se a liderança de Leila Lima Santos, ex-integrante da JUC e dos quadros da Ação Popular, recém-chegada de uma pós-graduação em Sociologia do Trabalho na Universidade de Paris, onde, além de ter vivido o Maio de 1968 francês, cursou seminários com os marxistas Althusser e Lefebvre” (BATISTONI, 2019, p. 547).

Método foram interrompidos em 1975. Apesar das limitações e avanços, o Método BH possibilitou um momento rico para a produção de conhecimento, com destaque para Leila Lima, Consuelo Quiroga e Marilda Iamamoto (BATISTONI, 2019, p. 550).

Os Seminários de Teorização foram encontros promovidos pelo CBCISS, entidade conservadora fundada em 1946, que podem ser entendidos enquanto contraponto ao grupo mineiro da ESS/BH. “Teorização do Serviço Social: documentos Araxá, Teresópolis e Sumaré”, produzido pelo CBCISS, foi o resultado da sistematização desses encontros de teorização. Na obra, é apresentada a construção da temática e a forma de organização da categoria para as discussões em evidência naquele momento. Batistoni (2019, p. 08) assinalou que os seminários foram apresentados como um marco histórico para a profissão. Durante os anos 1960, de acordo com o pensamento crítico que começou a invadir a cena acadêmica brasileira, o serviço social tradicional passou a ser contestado, enquanto novas perspectivas aproximaram as profissionais da América Latina (Movimento de Reconceitualização). Diante das novas tendências teóricas, o CBCISS propôs discutir a profissão, através de um estudo “aprofundado”, com o objetivo de “[...] esclarecer os conceitos aceitos, os valores de base e os conhecimentos necessários para uma prática eficiente” (BATISTONI, 2019, p. 08).

A construção dos Seminários contou com uma ampla participação da categoria profissional. Foram realizados encontros regionais por todo o país. O Seminário de Araxá teve 741 participantes; Teresópolis, 958 participantes. Ao todo, os seminários estenderam-se por 15 anos: Araxá/MG, em 1967, discutiu a teorização do serviço social; Teresópolis, em 1970, debateu a metodologia do serviço social; Sumaré/SP, em 1978, trabalhou a cientificidade do serviço social (CBCISS, 1986).

Segundo Netto (2015, p. 213), os Seminários de Teorização do serviço social foram compostos pelos encontros de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, vinculados, segundo o autor, à perspectiva modernizadora. Para Netto (2015, p. 214), os seminários foram uma síntese de interpretação da profissão no país, os quais ofereceram “[...] um instrumento profissional de suporte à política de desenvolvimento de onde, a partir deste traço sintético, a justeza de considerá-los exemplares”.

Para o autor supracitado, a construção dos Seminários de Teorização foi complexa e suas discussões são anteriores ao golpe de abril de 1964. Essas

discussões foram retomadas após o golpe, e a corrente em questão alinou-se ao projeto de desenvolvimentismo do governo golpista. Netto considerou que “[...] a categoria profissional, pelos seus segmentos (representativos) que construíram as formulações de Araxá e Teresópolis, mostrou-se muito bem sincronizada à nova ordem” (NETTO, 2015, p. 216).

Sobre a organização sindical da categoria nos anos de 1970-1977, houve uma paralisação das atividades da APASSP e dos movimentos sociais, o que gerou um grande retrocesso (SOUZA, 1981). Lazzaroni e Costa (1990, p. 12-13) apontaram a desarticulação das associações sindicais e/ou pró-sindicais, por conta do aparato repressivo do Estado ditatorial, ficando o Conjunto CFAS/CRAS responsável pelos espaços e documentos dos mesmos

No período da ditadura civil/militar, as atividades vinculadas aos sindicatos foram interrompidas, o que refletiu na profissão. Com isso, o Conjunto CFAS/CRAS ganhou notoriedade junto à categoria.

Dois grupos disputaram a direção política da profissão. Um deles, articulado aos movimentos latino-americanos, com uma perspectiva mais crítica. O outro, defendendo um serviço social tradicional, pautando suas discussões de acordo com o CBCISS.

No final da década de 1970, os movimentos sociais voltaram a se organizar, bem como os sindicatos. Os arcabouços teóricos e críticos permitiriam novos rumos para a profissão, conforme veremos a seguir.

1.5 A Organização Política das Assistentes Sociais: um novo começo (1975 - 1984)

Em meados da década de 1970, os brasileiros sentiram os impactos da dívida externa, que se refletiram nas grandes taxas inflacionárias e na recessão econômica. O quadro econômico descontentou parte da classe média e da pequena burguesia, os quais passaram a participar dos movimentos sociais emergentes e a lutar por políticas públicas, a exemplo do movimento feminino de anistia, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), o movimento estudantil, a luta antimanicomial, a luta por saúde, o Movimento contra a Carestia, dentre outros (SANTOS, 2013).

Monteiro (2015) afirmou que, após o massacre da luta amada e das eleições de 1974 para deputados federais e parte do senado, na qual o Movimento

Democrático Brasileiro (MDB) conseguiu expressiva votação, ocorreu o movimento denominado “ida ao povo¹⁹”. Nele, artistas e intelectuais de esquerda passaram a se comprometer com projetos alternativos para a sociedade. Em meados da década de 1970, começaram a ser identificados, nas periferias das grandes cidades, movimentos populares. Os sindicatos voltaram à cena pública, a partir de 1978. A academia passou a estudar e a assessorar tais movimentos. Em 1982, ocorreu a eleição direta para os governadores estaduais, a primeira após quase vinte anos de ditadura. Em seguida, intensificou-se a luta pela volta da democracia, que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e nas eleições diretas para presidente da república, em 1989.

O cenário político e econômico, a partir da segunda metade da década de 1970, possibilitou a abertura de espaços para a mobilização da sociedade, diante das agruras sociais vivenciadas. Novos atores políticos desejavam participar das ações decisórias da vida nacional. O que começou com as lutas das periferias das grandes cidades, aos poucos foi envolvendo outros setores sociais, como a classe média, os intelectuais e os artistas, que passaram a participar das atividades desenvolvidas pelos movimentos sociais²⁰ e sindicais.

Nessa conjuntura, o serviço social foi se inserindo e vivenciando experiências, buscando aplicá-las junto às instituições profissionais. Também procurou retomar, em 1977, os sindicatos e/ou instituições sindicais da profissão. Em 1979, ocorreu o “III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais”, marco na organização política da profissão e da luta pelas mudanças nas instituições da categoria. O processo pode ser dividido em três momentos: organização sindical, o III CBAS e o Conjunto CFAS/CRAS, que forneceu à profissão uma direção política vinculada a uma teoria crítica.

Sobre o histórico sindical do serviço social, a maior expoente na produção de conhecimento é a assistente social Maria Beatriz Costa Abramides. Alguns de seus textos foram construídos em conjunto com a assistente social Maria do Socorro Cabral. Sobre a organização política da profissão, de forma geral, as autoras assinalaram a existência de uma disputa de projetos profissionais: de um lado, o setor crítico; do outro, os conservadores e os tecnocráticos.

¹⁹ RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

²⁰ Esse trabalho não tratará dos movimentos sociais. Ver: Gohn, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

Para as autoras, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, teve lugar um debate sobre a definição de um novo projeto profissional de ruptura com o tradicionalismo e com o conservadorismo na profissão, o que culminou com o novo currículo de 1982. Esse currículo compreendeu a profissão, enquanto um produto histórico, inscrita também no profissional histórico. Entendeu ainda que as assistentes sociais são trabalhadoras assalariadas, concepção que permaneceu no currículo de 1996 (ABRAMIDES; CABRAL, 2019).

Em 1977, a organização política da categoria promoveu, simultaneamente, dois movimentos: o primeiro foi organizado pelo Conjunto CFAS/CRAS, “II Congresso Brasileiro de Assistente Social”; o segundo movimento consistiu na retomada da organização sindical.

Nesse período, na direção do Conjunto CFAS/CRAS,

As representações dessas instâncias eram ocupadas por profissionais que estavam nas instituições de práticas profissionais tradicionais que se articulavam à tendência modernizadora (documentos Araxá e Teresópolis) e de reatualização do conservadorismo (Encontros de Sumaré e Boa Vista) (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 61).

O Conjunto CFAS/CRAS organizou o “I Congresso Brasileiro de Assistente Social”, realizado no Rio de Janeiro, em 1974. Em 1977, o “II CBAS” ocorreu na cidade de Recife. Ambos os eventos contaram com a “presença da oficialidade da ditadura”. A organização do III CBAS (1979) seguiu o mesmo processo dos anteriores:

[...] em relação à concepção, estrutura, funcionamento e conteúdo plasmados em uma visão formalista, endógena, modernizadora e conservadora da profissão, hegemônica nas entidades de representação do exercício profissional com fortes incidências no trabalho profissional (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 61-62).

Diante desse quadro que favorecia a ordem estabelecida, em 1979, as instituições sindicais do serviço social, mais fortalecidas, conseguiram se organizar com as profissionais e com os movimentos sociais e sindicais, ação que gerou o “Congresso da Virada”.

Em relação à organização da ala crítica da profissão, no ano de 1977, a categoria retomou as atividades sindicais, vinculadas às lutas de classes, contra a ditadura civil/militar, a luta anti-imperialista e a luta anticapitalista. Essas lutas apresentavam uma direção socialista, “[...] a partir da autonomia e independência da classe trabalhadora em relação ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos.” As

instituições sindicais da categoria estavam ligadas ao sindicalismo classista e autônomo e desenvolveram as suas atividades até 1992, seguindo a deliberação da IV Assembleia Sindical Nacional, que ocorreu em 1982 (ABRAMIDES, 2012, p. 52).

De acordo com Abramides, ocorreram diversos debates sobre a aceitação ou não do apoio político e financeiro do Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS) e da Fundação Konrad Adenauer²¹. Muitas das referidas discussões foram motivadas por Leila Lima Santos²², no período em que integrava a coordenação do CELATS. Abramides considerou a relevância da “[...] autonomia política das entidades e o apoio político, não só para as organizações sindicais, mas para todo o plano de resistência e luta na América Latina”. Frisou também a importância da Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS) e os encontros promovidos na América Latina, visando a construção da defesa coletiva da profissão (ABRAMIDES, 2012, p. 53).

Abramides (2009) e Cabral (2019) assinalaram a importância do CELATS (fundado em 1972) e da ALAETS (surgida em 1965). Foram instituições que apoiaram, incentivaram e investiram em pesquisa, além de se constituírem em referência teórico-metodológica. Destacaram-se ainda como locais privilegiados para as práticas profissionais progressistas, favorecendo também a integração da categoria a nível de América Latina. As ações conjuntas entre o serviço social brasileiro e a dupla CELATS/ALAETS tiveram os seguintes resultados e atividades:

- Seminários Latino Americanos de Serviço Social, no ano de 1977, na cidade de Porto Alegre e, em 1979, na cidade de São Paulo;
- Como experiência profissional, sob a influência do Movimento de Reconceituação, temos o trabalho na habitação social do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP); também o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Bem-Estar Social (SBES), da prefeitura de São Paulo, entre 1979-1982; e o trabalho desenvolvido pelo serviço social da Previdência Social;

²¹ Instituição benemerente alemã, associada ao partido da União Democrata-Cristã. Ver: <https://www.kas.de/pt/web/brasilien>. Segundo Abramides (2012), essa instituição apoiou financeiramente o CELATS.

²² SOUZA, Luiza Erundina (2012, p. 41), em seu depoimento no “Seminário Nacional do Congresso da Vidada 30 anos”, destacou a importância da assistente social Leila Lima Santos para a construção do serviço social crítico. Para Erundina, Lima Santos foi a criadora do “Método BH”, “[...] que representou um significativo avanço do Serviço Social do ponto de vista teórico-prático”.

- Como resultado de um investimento em pesquisa, foi publicado, em 1982, o livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica”, de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho.

O investimento no setor sindical ocorreu através de um convênio, em 1977, com o Sindicato de Minas Gerais; entre 1979 e 1983, um convênio foi firmado com a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS).

Destacou-se ainda o protagonismo da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), sob a influência do Movimento de Reconceituação do serviço social na América Latina, na formulação e na experiência do Método BH. A criação do primeiro programa de pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1975, teve uma ligação com as ciências sociais e com a teoria marxista. Registrou-se o início dos debates sobre a formação profissional na ABESS, resultando no novo currículo, em 1982 (ABRAMIDES 2009; CABRAL 2019). O Movimento de Reconceituação, a ESS/BH, o programa de pós-graduação implantado na PUC/SP e a ABESS, identificados como “Intenção de Ruptura”, na consagrada expressão de José Paulo Netto, também envolveram os aspectos do desenvolvimento profissional, intelectual e de formação, no entendimento de que a categoria constitui uma classe trabalhadora, participe de uma construção mais ampliada e de uma luta societária, juntamente com os movimentos sociais e sindicais do país.

Sobre a retomada das atividades da APASSP, Souza pontuou que, após 1978, uma nova diretoria assumiu as ações da entidade, que voltou a contribuir para a organização e mobilização das assistentes sociais. Uma mobilização contra o Decreto Municipal nº 15.086/78, que versou sobre a “[...] guarda e fiscalização dos bens de uso comum do município de São Paulo”, foi registrada. Tal mobilização agregou outras categorias profissionais e seus respectivos órgãos de representação, como: Associação dos Cientistas Sociais; Associação dos Engenheiros Agrônomos; Associação dos Médicos Sanitaristas e Associação dos Geógrafos do Brasil. Participaram ainda advogados e os moradores das favelas. O “I Encontro Paulista de Entidades Profissionais” visou construir formas coletivas de participação (SOUZA, 1981, p. 80).

A APASSP trabalhou na defesa da profissão e denunciou as demissões injustas de assistentes sociais da Secretaria de Promoção Social do município de

Osasco. Participou do “I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais”, ocorrido na cidade de Belo Horizonte/MG (que já possuía um sindicato e três associações profissionais). A finalidade desse encontro foi discutir a questão salarial e conhecer a realidade das associações profissionais no país, em vista da construção da organização profissional (SOUZA, 1981).

Sobre a organização sindical, Luiza Erundina de Souza (2012, p. 42), no depoimento ao “Seminário Nacional Congresso da Virada - 30 anos”, lembrou que a reabertura da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP) foi uma proposta das recém-graduadas Celinha e Chana, que a convidaram como cabeça de chapa para a composição de uma nova diretoria. Erundina expressou uma inquietação ainda muito atual: “[...] será que vale a pena dedicar meu tempo para organizar essa categoria? Tem tanta assistente social que está contra o povo aí na periferia pobre de São Paulo e no país inteiro”. Em seu relato, a dúvida serviu de motivação sobre a necessidade de 30 mil assistentes sociais do país trabalharem em conjunto com a população.

Diante de tal motivação, Erundina aceitou o desafio. Uma das primeiras dificuldades foi conseguir o número mínimo de assistentes sociais filiadas (700) para convocar a eleição, uma vez que o CRAS, utilizando o argumento da defesa ética, não disponibilizou os contatos das profissionais. Para chegar ao número de 700 filiadas, foi necessário mobilizar as profissionais nas cidades do interior do estado de São Paulo. Logo após, abriu-se o processo eleitoral, com chapa única, composta por Luiza Erundina (presidenta), Celinha, Chana, Bia, Socorro e Marília, dentre outras (SOUZA, 2012).

Cumprido o processo eleitoral, outro desafio teve lugar: a definição de um espaço para a APASSP. Por um curto período, a entidade ficou no CRAS. Devido à diferente direção política das duas entidades, a nova diretoria da APASSP decidiu solicitar o antigo material (armários e fichas), que estavam sob a custódia do CRAS. Optaram em levar esse material para a casa dos membros da diretoria, local onde também eram realizadas as reuniões.

Lazzaroni e Costa, ao tratarem da trajetória da fiscalização no Conjunto CFAS/CRAS, na década de 1990, assinalaram que, durante o período coercitivo e repressivo da ditadura civil/militar, “[...] os sindicatos e as associações foram mantidos à sombra dos Conselhos não tendo vida própria [...]”. As autoras ainda relataram que “[...] até mesmo bens patrimoniais dos Sindicatos e Associações

ficaram sob a guarda dos CRAS, em suas sedes, situação que perduraria até fins da década de 1970” (LAZZARONI; COSTA, 1990, p. 12 e 15).

A nova diretoria da APASSP fez contato com os grupos já existentes: o Sindicato de Minas Gerais, cuja representante era Márcia Pinheiro; o Sindicato do Rio de Janeiro, com a assistente social Regina; o grupo pró-entidade, do Maranhão (SOUZA, 2012).

Abramides (2012, p. 53) considerou a importância de compreender o histórico da organização política da categoria, na questão dos sindicatos, entendendo-a enquanto “[...] uma organização autônoma, independente e classista no processo da luta de classes”. Para ela, outro desafio era (e ainda é) a viabilidade financeira: “A autossustentação financeira, para nós, era uma questão política, como ainda é até hoje, no plano da luta pela autonomia e liberdade sindical”.

Abramides e Cabral (2019) destacaram a luta e a articulação de três entidades, em 1977: o Sindicato de Minas Gerais e as APAS de São Paulo e Bahia. Em 1978, em Minas Gerais (ABRAMIDES, 2012, p. 54), ocorreram o I e o II Encontro das Entidades Sindicais. O primeiro contou com quatro entidades, o Sindicato de Minas Gerais e as APAS de Goiás, Bahia e São Paulo. No segundo, estavam presentes oito entidades, no qual definiu-se como estratégia “[...] a realização de uma Pesquisa Nacional sobre Condições de Trabalho, Salário e Carga Horária dos Assistentes Sociais”. Verificou-se também, no segundo Encontro, as primeiras discussões sobre a “[...] luta pela conquista do salário mínimo profissional, com o piso de dez salários mínimos, e pela jornada de trabalho de 30 horas semanais”.

As pautas e demandas levantadas pela reorganização sindical das assistentes sociais foram: exploração do capital; melhores condições de trabalho e de salário; contra o desemprego; o direito de greve; autonomia sindical; fim do imposto sindical; contra os planos econômicos que provocavam o arrocho salarial; luta contra o sindicalismo pelego; o não pagamento da dívida externa; contra o Fundo Monetário Internacional (FMI); a favor da solidariedade internacional e alinhamento com a luta dos trabalhadores no mundo; a luta contra a ditadura no horizonte socialista. As pautas acima estavam interligadas com as lutas coletivas e com os movimentos populares, como: defesa de um sistema de saúde pública, gratuita e de qualidade; defesa da reforma sanitária; luta pelos interesses das mulheres trabalhadoras; as questões relativas à habitação, o Movimento Negro,

Reforma Agrária; luta contra todas as formas de opressão de classe, raça, gênero e etnia (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 38-39).

As pautas específicas da categoria, situadas na linha da Intenção de Ruptura e ligadas ao movimento sindical do serviço social daquele momento, estavam conectadas com os movimentos populares e tinham um campo de abrangência ampliado, conforme podemos constatar a seguir: ampliação de vagas em concursos público; criação de cargos e carreiras; condições para a criação de sindicatos específicos aos trabalhadores públicos; democratização das entidades; luta por melhores salários e carga horária compatível (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 39).

Os encontros e discussões entre as entidades sindicais resultaram na formação das pautas específicas da categoria e na criação da CENEAS e da Associação Nacional de Assistente Social (ANAS). A ANAS apresentou o Projeto de Lei nº 4.645/1984, que versava sobre as condições de trabalho, salário e carga horária das profissionais de serviço social. O Projeto de Lei “[...] foi barrado pelo então Senador Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, vetado pelo então Presidente de plantão, o senhor José Sarney, em 1986 [...]”. A luta pela carga horária de 30 horas semanais foi uma conquista coletiva da categoria, somente aprovada pela Lei nº 12.317/2010 (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 39-40).

Outro resultado da luta sindical foi a transformação do Conjunto CFAS/CRAS em CFESS/CRESS. A ABESS passou a ser denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Tais mudanças não foram apenas uma questão de nomenclatura, mas trouxeram uma renovação para o conceito de coletividade e propiciaram o ressurgimento da organização estudantil do serviço social.

No tocante à organização estudantil, cabe ressaltar que, no final dos anos 1970, mobilizações tiveram lugar. Em 1978, ocorreu o “I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS)”, realizado em Londrina/PR. A partir desse encontro, a articulação das estudantes criou a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)²³.

²³ Para maior aprofundamento sobre o tema, ver: LIMA, Isabelle Cristina Custódio de. 40 anos do Movimento Estudantil de Serviço Social: desafios e perspectivas na atualidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, nº 38, p. 37-51, jul./dez. 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/ROSANG~1/AppData/Local/Temp/24093-Texto%20do%20artigo-83026-1-10-20191219.pdf>> Acesso em: jan. 2020.

O ano de 1979 é considerado um marco para a organização política da categoria. Conforme observamos, a categoria estava disputando uma direção política e um projeto de profissão. É desse ano a organização do Congresso Brasileiro de Assistente Social, o qual proporcionou um espaço de disputa e de construção de uma direção política.

Segundo Abramides e Cabral (2019, p. 42), a organização do III Congresso era conservadora, pois estava a cargo do Conjunto CFAS/CRAS, o que pode ser verificado através das características do evento: o alto custo para a participação, a baixa participação das estudantes, as temáticas impostas e não construídas com a coletividade da categoria e as homenagens prestadas a indivíduos ligados à ditadura.

Erundina assinalou que a comissão organizadora do III CBAS havia dado ao congresso um caráter de oficialismo, defendendo as políticas sociais das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) e colocando nas mesas técnicos dos órgãos públicos. Simultaneamente, as profissionais "[...] estavam sendo perseguidos/as e punidos/as com demissões, como os casos dos assistentes sociais que trabalhavam no INOCOOP; na Prefeitura de Guarulhos e na de São Paulo; e na Faculdade Metropolitana Unidas e Faculdade Paulista de Serviço Social" (SOUZA, 2012, p. 44).

As entidades sindicais, diante do reacionarismo do III CBAS, um dia antes do evento, promoveram o “III Encontro Nacional de Entidades Sindicais”, que contou com 20 entidades, a saber:

- 03 sindicatos: Sindicatos de Assistentes Sociais do estado de Minas Gerais; Sindicatos de Assistentes Sociais do estado do Ceará e Sindicatos de Assistentes Sociais de Porto Alegre/RS;
- 09 APAS: Associação Profissional dos Assistentes Sociais da Bahia; Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Distrito Federal; Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Pará; Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Santa Catarina; Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Goiás; Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Pernambuco; Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná; Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo e o Núcleo de Santos/SP;

- 04 Associações: Associação Jundiense de Assistentes Sociais; Associação Campineira de Assistentes Sociais; Associação Regional dos Assistentes Sociais de Ribeirão Preto; Associação Brasileira de Assistentes Sociais – Seção Sergipe;
- 03 grupos Pré-sindicais: Grupo Pré-associação do Maranhão; Grupo Pré-associação da Paraíba; Grupo Pré-associação de Araraquara;
- 01 Comissão: Comissão de Reivindicação Salarial de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro.

Essas entidades criaram a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais (CENEAS) e um manifesto para ser apresentado no III CBAS. Abramides considerou

[...] a virada no III CBAS, como uma somatória de ações de lideranças, em um movimento espontâneo. O 'Congresso da Virada' foi fruto de uma organização articulada com uma direção política. Chegamos para o III Congresso com o Manifesto das entidades sindicais, sob a direção da CENEAS, e também nos dividimos para uma intervenção nos grupos (ABRAMIDES, 2012, p 55).

A participação das atividades em grupo permitiu mapear a insatisfação geral da categoria profissional, o que proporcionou a participação crítica das assistentes sociais sindicalistas. As congressistas passaram a aderir às propostas do CENEAS. As deliberações da assembleia das entidades, reunidas um dia antes do III CBAS, influenciaram as atividades do Congresso.

Aprovou-se o manifesto, lido diversas vezes no Congresso, com as seguintes direções para a categoria: declarava que a organização do III CBAS teve um caráter antidemocrático; proposta para que o próximo Congresso fosse realizado pelas associações de classe da categoria profissional; o entendimento de que a política social é fruto do modo de produção capitalista; proposta de discussão a ser realizada com uma visão global; entendimento de que as profissionais e as estudantes têm os mesmos objetivos de luta; não aceitar a limitação para a participação estudantil; questionou a utilização de recursos do evento para “atividades sociais” destinadas às congressistas; propôs a destinação da verba para o Fundo de Greve dos trabalhadores brasileiros. Eis um trecho do documento:

Considerando que o assistente social é um trabalhador assalariado, propomos que a discussão de seus salários e a das condições de trabalho se realize durante o congresso, com vistas a estimular sua participação na luta de todos os trabalhadores brasileiros; Considerando a relação da prática dos assistentes sociais, com a luta mais geral da população, propomos a participação de representantes das comunidades e das

lideranças sindicais em todas as mesas e painéis do congresso (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 67).

Apesar da direção conservadora e ditatorial, o congresso contou com a participação de entidades democráticas, de movimentos sociais, de trabalhadoras e de sindicatos. Na última mesa, foi desfraldada a célebre e emblemática faixa: **TODOS OS TRABALHADORES QUE LUTARAM E MORRERAM PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS.**

Faleiros, no depoimento de comemoração dos 30 anos da Virada, retomou o conteúdo histórico do sofrimento da população brasileira. Para o autor, são eles que nos deram o exemplo de não se curvar e de lutar sempre. Isso possibilitou às assistentes sociais uma aprendizagem coletiva, “pela organização e pelo movimento, pela transformação do mundo e a transformação de nós mesmos”. O serviço social pode vivenciar e

[...] transformar as relações de poder, aprendemos a ver nosso próprio poder para exercê-lo. Essa perspectiva foi a tocha do movimento de reconceituação que incendiou academias, depois que as ditaduras haviam queimado livros, na ilusão de eliminar ideias. Se a chama cresceu, foi porque a mantivemos acesa em muitas frentes, juntando a organização com a crítica, pois a crítica é vã sem força; juntando a ética com a pressão, pois a ética é símbolo abstrato sem a pressão concreta. Companheiras e companheiros, não alcançamos o sonho, mas sem ele não teríamos rumo. Nossas mãos estão calejadas, às vezes separadas, mas temos o jeito de juntá-las [...] (FALEIROS, 2012, p. 50).

No III CBAS, a organização política da categoria foi nitidamente percebida. Assistentes sociais, insatisfeitas com a direção política, buscaram, juntamente com a população atendida, construir pautas e propostas para mudanças concretas. Para Abramides e Cabral (2019), o III CBAS deixou um legado: a direção social, que se fortaleceu, a partir do Congresso, com as entidades sindicais e a ANAS. Como resultado direto do “Congresso da Virada”: a aprovação do currículo de 1982; o Código de Ética, de 1986; a luta pela democratização das entidades representativas (CFAS/CRAS) e a direção sociopolítica do projeto profissional.

Segundo Maria Ozanira, o processo de construção de uma postura profissional crítica demandou ações coletivas. No serviço social, tais posturas estiveram presentes, desde o final da década de 1970 até meados da década de 1980. Como estratégia fundamental para uma prática de ruptura, foi instituído o questionamento das entidades da categoria profissional (SILVA, 2011).

A participação nas lutas coletivas e o reconhecimento como classe trabalhadora “contaminou” a categoria profissional nos anos 1980. Uma postura crítica passou a orientar a categoria, ocorrendo também a aproximação com os movimentos populares (SILVA, 2011). Segundo a autora, na década de 1980, três instituições disputavam o domínio da direção política: o Conjunto CFAS/CRAS, ABESS e a ANAS.

Silva (2011) asseverou que, no início dos anos 1980, o Conjunto CFAS/CRAS ainda estava sob uma direção política centralizadora e conservadora. Pressionada pela conjuntura do país e pelas demandas apresentadas pelo serviço social crítico, a entidade abriu o debate sobre o fazer profissional, a fiscalização da profissão e a discussão do Código de Ética (um novo Código foi aprovado em 1986, reconhecendo que a profissão é participante da classe trabalhadora). A ABESS, que desde 1975 vinha discutindo a formação das profissionais, aprovou um novo currículo em 1982, com algumas diretrizes críticas. Silva assinalou também a relevância da ANAS no processo de organização política da categoria e nas lutas societárias.

O CENEAS foi responsável por articular o IV CBAS, em 1982. As profissionais identificaram a necessidade de se ter uma entidade sindical nacional deliberativa, ou seja, uma associação que pudesse ser uma federação para as entidades sindicais do serviço social. Para tanto, realizou-se a “I Assembleia Nacional de Assistentes Sociais”, na qual foi aprovada a criação da Associação Nacional Pró Federação dos Assistentes Sociais, com o objetivo de “[...] unificar as lutas de categoria e fortalecer sua organização, articulada e inserida nas lutas mais gerais dos trabalhadores”. A II Assembleia Nacional de Assistentes Sociais ocorreu em 1985, período de crise econômica e de aprofundamento da questão social. Para Silva (2011, p. 258), o encontro foi fundamental para a organização sindical da profissão e para o fortalecimento da categoria.

Delgado (1981), em artigo publicado na revista “Serviço Social & Sociedade”, apresentou as 43 entidades representativas da categoria: sindicatos, associações profissionais, núcleos pró-associações e um embrião de uma organização nacional da profissão, representada pela CENEAS. Para a autora, houve um momento de organização da categoria, interrompido com o golpe civil/militar de 1964. Na década de 1970, com a reorganização da sociedade na luta pela democracia, as assistentes

sociais compuseram esses espaços, o que contribuiu para a retomada de sua organização.

A autora destacou três motivos para essa organização: 1) a conjuntura política do momento nacional; 2) a retomada das aproximações que ocorreram durante o Movimento de Reconceituação, sobre o fazer profissional e sobre a construção da defesa da classe trabalhadora; 3) a profissão começou a se entender como classe trabalhadora, uma vez que suas profissionais passaram a ser oriundas das classes médias, ou seja, viviam da venda do seu trabalho, estando sujeitas ao “[...] desemprego, os baixos salários, as más condições de trabalho, atitudes arbitrárias do empregador, demissões [...] várias categorias profissionais que sofrem a pauperização pela qual passa toda a classe média [...]” (DELGADO, 1981, p. 42).

Vivenciando o processo da exploração do sistema capitalista, as assistentes sociais tomam consciência de seu lugar no sistema. Um ponto abordado pela autora, e não menos importante, é a questão de ser uma categoria com predominância feminina no universo de uma sociedade machista. No final do artigo, Delgado assinalou que havia, na categoria, uma parcela significativa que não participava do processo de organização. A autora entendia que a organização profissional era irreversível e que “[...] cabe-nos agora trabalhar na continuação desta luta que uma vez iniciada, só pode fazer avançar nossa categoria e nossa prática profissional” (DELGADO, 1981, p. 43).

Podemos identificar na categoria profissional das assistentes sociais, desde o surgimento da profissão, a existência de uma direção política, mesmo que não receba esse nome, conforme já assinalou Barroco (2006). A partir de 1965, através da aproximação com a teoria crítica (e com o serviço social latino-americano) e da organização política da profissão, a categoria passou a construir o conceito de direção política, o que possibilitou a reflexão sobre a formação e a prática profissional. Como consequência, os impactos desses saberes na sociedade foram também objeto de análise por parte da categoria ao longo de várias décadas. Apresentaremos, a seguir, um breve histórico sobre a implantação do serviço social e sua organização política no estado do Paraná, com destaque para a região norte. Buscaremos estabelecer as relações da organização política nacional com as ações no estado em questão.

CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL NO PARANÁ: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA CONSTRUINDO A PROFISSÃO

Neste capítulo, iremos abordar, brevemente, a colonização do Norte do Paraná e a organização política da profissão de serviço social no estado. Eventualmente, identificaremos como se deu a organização política das profissionais em outras regiões do estado, de acordo com os materiais levantados durante a pesquisa. Porém, cabe ressaltar que daremos ênfase para a região norte do estado, em especial, a região de Londrina, uma vez que ela constitui o nosso objeto principal de estudo, do ponto de vista da organização política da categoria.

2.1 O Norte do Paraná: um breve histórico

A região atual do estado do Paraná pertencia à província de São Paulo. Desmembrado, virou província autônoma, em 1853. No seu litoral foi explorado o ouro. Na sua história econômica, tiveram destaque a erva-mate, madeira, café, agropecuária, prestação de serviços, dentre outras atividades. Hoje, o estado é composto por 399 municípios e sua capital é a cidade de Curitiba, localizada na região sul do estado. Trabalharemos a questão da colonização da região norte do Paraná, à qual a pesquisa está vinculada.

É preciso entender como foi o processo de colonização no interior do Paraná, em especial no norte do estado, explorado por um empreendimento capitalista estrangeiro (de capital inglês), a partir da segunda década do século XX, no qual a contradição entre a acumulação financeira e a pobreza ocorreu de forma incisiva.

No início do século XX, o país passou por diversas mudanças políticas e sociais. O golpe de 1930, dentre outros processos, fomentou a estratégia de colonização do interior do país, utilizando o conceito de “terra devoluta”, ou seja, terras não pertencentes a um patrimônio particular. Assim, tais terras foram entendidas como terras públicas, “vazias” de ocupação humana, sem destinação pelo poder público, que ignorava a existência de populações tradicionais, como indígenas e pequenos proprietários.

Tal conceito contribuiu como justificativa para a exploração das terras consideradas “devolutas” no Paraná por companhias estrangeiras ou nacionais de

exploração. O Estado delegava ao capital privado a exploração de consideráveis áreas, legalizadas e cedidas por valores muito baixos. Os moradores já estabelecidos nessas áreas (posseiros, caboclos ou pequenos proprietários) foram considerados inexistentes. O capital, representado pelas grandes companhias, tinha o direito legal para demarcar e revender (PRIORI, *et alii*, 2012, p. 79). O processo de colonização no Paraná não foi pacífico, mas repleto de resistências, tensões e violências. Podemos constatar tal processo ao estudar a Guerra do Contestado²⁴, a Guerrilha de Porecatu²⁵, e os conflitos agrários na região oeste do Paraná²⁶.

A chamada “colonização” do norte do Paraná, iniciada na década de 1920, consolidou-se a partir do golpe de 1930. É preciso assinalar que o termo “colonização” se relaciona com o discurso da “terra devoluta”: colonizou-se uma área na qual nada existia, nem mesmo seres humanos (algo extremamente questionável, uma vez que já se encontravam no território em questão posseiros, caboclos e etnias indígenas). A história oficial enfatiza a “abnegação” da companhia colonizadora inglesa e o seu “desejo de trazer o progresso” para a região. Na análise de Arias Neto, o discurso oficial transforma um projeto imobiliário e capitalista em “plano racional de colonização” (ARIAS NETO, 2008, p. 14ss).

O início da década de 1930 marcou um momento de mudanças sociais, políticas, culturais e de modo de produção no país. A sociedade, diante das mudanças, sentiu-se insegura, passando a defender conceitos conservadores, que ofereciam a sensação de estabilidade, apoiando também a ordem vigente, representada pelo governo repressivo, centralizador e ditatorial de Vargas (ARIAS NETO, 2008).

O país passou a investir nos polos urbano e industrial, mesmo apresentando um forte vínculo agrário, considerando que a maioria da população ainda vivia nas regiões rurais. É neste contexto que o país entrou no que Netto (2011, p. 19) chamou de capitalismo de monopólio, o qual elevou o grau de exploração e de lucro. O autor considerou ainda que a “idade do monopólio” modificou profundamente a

²⁴ Ver: TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História, v. 70); FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da morte**: o Contestado visto e sentido “entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”. 2.ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2015.

²⁵ Ver: SILVA, Joaquim Carvalho da. **Terra roxa de sangue**: a guerra de Porecatu. Londrina: EDUEL, 1996.

²⁶ PRIORI, A, *et alii*. História do Paraná: séculos XIX e XX. In: **A história do Oeste Paranaense**. Maringá: EDUEM, 2012. p. 75-89. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori9788576285878-07.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

sociedade e acentuou as contradições básicas do capitalismo, nas quais também se situaram as expressões da questão social no país. Tal modelo de capitalismo também estabeleceu uma nova função ao Estado, a de garantir a manutenção da classe trabalhadora, do exército de reserva e de proporcionar condições para a ampliação do capital através da exploração dos trabalhadores.

O Estado mediador e centralizador, a partir da ditadura varguista, buscou formas de oferecer condições de desenvolvimento industrial e urbano, instalando a primeira rede de proteção voltada aos trabalhadores fabris formais, ação pontual que excluiu a maior parte dos trabalhadores do país, em uma época em que a população rural era superior à urbana.

Segundo Arrais (2016), o período em questão foi ditatorial e nacionalista, com um discurso de modernização para a administração do Estado e para a construção de um território-nação, buscando, no plano ideológico, construir uma unidade nacional. O autor ainda assinalou que a “Marcha para o Oeste” teve um significado para a população brasileira, afirmando o direito aos territórios e proporcionando empregos. Assim, o ditador-presidente mantinha a imagem de um gestor que “cuida da população”, o “pai dos pobres” (e “mãe dos ricos”), além de estabelecer o “modelo do brasileiro” (ideia da nacionalidade). Não apoiar o Estado gerava perseguições, torturas e mortes. As especificidades regionais não eram bem vistas.

A “Marcha para o Oeste”, termo relacionado à “colonização”, necessitou de um aparato político-ideológico, com centralidade no Estado. Arrais (2016) asseverou que a Marcha para o Oeste recebeu apoio de diversos setores da sociedade brasileira, sobretudo de empresários e intelectuais. Era necessário construir um modelo, uma ideologia, uma representação:

No caso da Marcha Para o Oeste, a ideologia da presidência da República estava refletida na concepção da Marcha. Isso significa, por exemplo, que o modelo de homem lançado pelo presidente seguiria a sua definição, a do trabalhador disciplinado e patriota. Por isso, a Marcha tem um padrão de condução visto em outros projetos do Estado Novo (ARRAIS, 2016, p. 8).

Nesta perspectiva e conjuntura, ocorreu a “colonização” do Norte do Paraná, com a divulgação das imagens bíblicas de uma “Terra de Promissão”, uma “Nova Canaã” (ALVES, 2013, p. 29). Segundo a autora, a região já era conhecida desde o período imperial. Em 1855, foi instalada a Colônia Militar de Jataí, atual cidade de Jataizinho, com o “[...] objetivo de fiscalizar o trânsito de tropas e mercadorias para o Mato Grosso e Paraguai”. A Colônia foi posteriormente utilizada durante a Guerra da

Tríplice Aliança e do Paraguai (1864-1870), servindo para garantir apoio material e bélico (ALVES, 2013, p. 33).

Em 1860, o frei Timóteo e missionários capuchinhos italianos vieram à região com o objetivo de evangelizar os índios das etnias Coroados e Kaingang. Construíram aldeamentos em Jataí, São Pedro de Alcântara e São Jerônimo. Após a morte do frei, a aldeia de São Pedro de Alcântara entrou em decadência. Os Kaingang retornaram para a Serra do Apucarana²⁷, na qual ainda há duas reservas indígenas. Nesses aldeamentos, foram plantados os primeiros cafezais da região, a partir de 1850 (ALVES, 2013, p. 32).

Com o esgotamento do solo em São Paulo e Minas Gerais, abriam-se oportunidades de negociação para as terras “esquecidas” do Norte Velho ou Noroeste, (nos quais hoje situam-se os seguintes municípios: Jacarezinho, Cambará, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro, Andirá, Bandeirantes, Cornélio Procópio), com destaque para Barbosa Ferraz, de Ribeirão Preto, que adquiriu uma grande área na divisa entre São Paulo (Ourinhos) e Paraná, plantando um milhão de pés de café. Thomas Pereira da Silva, mineiro de Itajubá, adquiriu também grande quantidade de terras e influenciou a vinda de vários mineiros para a região, que recebeu o nome de Colônia Mineira (1862), plantando milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar (ALVES, 2013, p. 34).

No início do século XX, o café já estava sendo cultivado na terra roxa, região noroeste do estado. Como estratégia de “ocupação de terras devolutas”, o governo paranaense tinha como meta uma “nova” política agrária e de colonização fundiária, destinada ao Norte Novo.

Colito (1987) fez uma crítica sobre o modelo capitalista de colonização do Norte do Paraná, que ocorreu na década de 1920, quando a Inglaterra se preocupou em fortalecer sua indústria têxtil. Para tanto, voltou seus interesses para os países endividados. O Brasil, cujo principal credor era a Inglaterra, via-se sem saída diante do banco inglês *N.M. Rothschild & Sons* e seus emissários.

Assim, chegou ao Brasil o “[...] Sr. Lord Lovat, homem com virtuosos interesses em terras e plantações de algodão entre outros [...]”. Dirigiu-se ao Norte do Paraná, no qual ficou por quarenta dias, tempo necessário para identificar o “[...]”

²⁷ Atualmente é a cidade de São Jerônimo da Serra.

solo de maravilhosa fertilidade, confirmada pela exuberância da vegetação natural, além da quantidade de madeira-de-lei” (COLITO, 1987, p. 17-19).

Criou-se o *Paraná Plantations Ltd.* e sua subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que adquiriu terras na região junto ao governo do estado, a preços irrisórios. Segundo a autora supracitada, cada hectare custou para os capitalistas ingleses o valor correspondente a cinco quilos de feijão, na época. O objetivo inicial era estabelecer a plantação de algodão, visando atender a indústria têxtil inglesa. Porém, logo o foco do investimento mudou para o loteamento e comercialização de terras, empreendimento que se revelou altamente lucrativo (COLITO, 1987, p. 17-19).

A divulgação de terras excelentes para o plantio do café, com pagamentos facilitados e alguns benefícios, como a abertura de estradas para escoamento dos produtos e a integração entre as regiões, atraiu ao norte do Paraná pessoas provenientes de diversas regiões do país, e até estrangeiros. Lembramos aqui que a legislação ambiental do período não foi respeitada e a região, em pouco tempo, teve a sua cobertura vegetal devastada em nome do “progresso”.

Leme (2005, p. 16) relatou o interesse pelas terras do norte do Paraná, nas primeiras décadas do século XX, após a crise da superprodução do café. Neste período, os estados de maior produção eram Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, signatários do Convênio de Taubaté (1906), que teve por objetivo restringir o aumento da produção e a área de plantio do café em outras regiões, além de obrigar o Estado brasileiro a garantir os lucros dos latifundiários do café. O Paraná tinha baixa produção de café e por isso não entrou no Convênio de Taubaté. As terras do estado, por tal motivo, passaram a ser interessantes aos fazendeiros. Como estratégia de baixo investimento, os fazendeiros valeram-se da derrubada das matas nativas da região, aliados às

[...] empresas colonizadoras, de capital privado, associadas a fazendeiros produtores de café, obtivessem do governo paranaense, a baixo custo grandes quantidades de terras. Dentre elas, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), de capital inglês, subsidiária da *Paraná Plantations Syndicate*, com sede em Londres, transformou-se na maior proprietária de terras da região. Adquirindo, entre 1925 e 1927, 515.000 alqueires de terras, essa Companhia procurou implantar em terras paranaenses um projeto de colonização de caráter imobiliário (LEME, 2005, p. 16-17).

O autor considerou que o modelo de colonização foi idealizado, considerando-se a implantação de cidades, com a venda dos lotes em regiões urbanas e rurais,

priorizando a comercialização com preço acessível de pequenas propriedades. Destarte, projetaram para o território adquirido a “[...] fundação de cidades sedes, distante de 100 km uma das outras, e pequenos núcleos urbanos entre essas cidades, situadas de 15 em 15 km. A função destas seria a de servir como polos de abastecimento para os habitantes da zona rural” (LEME, 2005).

Leme ainda assinalou que esse modelo de projeto foi estudado pelo engenheiro Marcos Barnabé, em 1989, que identificou “[...] diversas semelhanças com a proposta das chamadas cidades-jardins, em voga na Europa no início do século [XX]” (LEME, 2005, p. 17).

Segundo Abbud e Machado (2011, p. 02), na Inglaterra do final do século XIX, com a classe trabalhadora vivendo em regiões insalubres, o arquiteto inglês Ebenezer Howard idealizou as cidades-jardins, que expressavam a “[...] ideia da união dos benefícios do campo e da cidade em um mesmo espaço, controlando seu crescimento, e aliando qualidade de vida a esta população [...]”. Criou-se uma ligação entre o campo e a cidade, além de contar com um “controle sanitário”, destinando lugares para bairros nobres e locais para a classe trabalhadora.

A colonização inglesa refletiu-se no desenho das cidades do Norte do Paraná. O projeto das cidades-jardins serviu como modelo para o empreendimento inglês na região, preconizando a construção de uma rede de cidades, o que facilitaria o controle do crescimento espacial e demográfico, garantindo o abastecimento entre elas através de uma ligação ferroviária. Cidades controladas e planejadas, plenamente “higiênicas”, socialmente falando (LEME, 2005, p. 18).

No Norte do Paraná, a cidade de Londrina destacou-se como um polo de referência. Segundo Colito, dos 8.470 km² adquirido pela CTNP, 2.119km² foram destinados à cidade de Londrina. Sua construção, como polo regional, ocorreu por meio da volumosa produção de café, o que propiciou a contradição entre o acúmulo financeiro e a exploração do trabalhador (COLITO, 1987, p. 21).

O café transformou Londrina em referência regional, fazendo com que a cidade se desenvolvesse espacial e demograficamente, divulgando a ilusão da terra em que qualquer um poderia enriquecer. Porém, com o fim do ciclo do café, a agricultura diversificou-se, com o cultivo da soja, trigo e milho, além do desenvolvimento da pecuária (hoje receberia o nome de “agronegócio”, eufemismo para a exploração capitalista intensiva no meio rural). A terra foi explorada em latifúndios, que empregavam pouca mão-de-obra. Como a industrialização não se

desenvolveu a contento, a cidade passou a ser referência na prestação de serviços no setor terciário, com destaque para a saúde e educação (COLITO, 1987, 24).

O modelo de colonização empregado no Norte do Paraná também defendeu a ideia de uma regulamentação fundiária. Aqui, de acordo com tal ideologia, a reforma agrária ocorreu sem crises, de forma absolutamente destituída de conflitos, o que é falso. Criminalizou-se, desde o início, a luta pela terra. O “planejamento” para a construção das cidades da região apresentou, na sua aplicação, um forte elemento de controle e “higienização”, principalmente para as pessoas em vulnerabilidade social. A pobreza, a miséria, a vulnerabilidade social e todo um cortejo de mazelas geradas pelo capitalismo sempre estiveram presentes na região.

2.2 Londrina, Polo do Norte do Paraná e as Expressões da Questão Social

Londrina foi fundada, enquanto município, no ano de 1934. Em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou, para a cidade, uma estimativa de 563.943 habitantes. É a quarta cidade do sul do país. Atualmente, é considerada Polo Regional de bens e serviços. Em 1998, instituiu-se, por lei²⁸, a Região Metropolitana de Londrina²⁹, interligando vinte e cinco municípios paranaenses³⁰.

Silva (1999, p. 16) destaca que o engenheiro agrônomo *Lord Lovat* veio conhecer o Norte do Paraná, em 1924, a serviço do banco inglês *N. M. Rothschild & Sons*, com o objetivo de verificar “[...] a imensa riqueza a ser explorada. Considerando-se o solo fértil e as madeiras-de-lei. Tal visita também estaria fundamentada no interesse de comprar terras do governo para lastrear os débitos do Brasil para com o banco inglês”.

²⁸ Lei Complementar nº 81, de 17/07/1998, com alteração pela Lei Complementar nº 165, de 14/11/2013, da Assembleia Legislativa do Paraná. A Lei Complementar nº 164/2013 incluiu oito municípios à Região Metropolitana de Londrina.

²⁹ Não trabalharemos esse conceito. Para maior aprofundamento, ver: CUNHA, Fábio César Alves da. A letargia das regiões metropolitanas do interior do Paraná. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 2013. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 01-17. Disponível em: http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT02_fabio.pdf. Acesso em: 30 set. 2015.

³⁰ Alvorada do Sul, Araçongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Mariselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Sabáudia, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana e Uraí.

Ainda no ano de 1924, criou-se a *Brazil Plantations Syndicate*, que depois viria a ser *Paraná Plantations Ltd.* Em 1925, nasceu a subsidiária nacional, Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), com o objetivo de abastecer o mercado inglês com a plantação de algodão. A CTNP adquiriu, junto ao estado, 8.470 km² em terras “devolutas”. Após quatro anos, em 1929, a CTNP, com seus trabalhadores, deixou o município de Cambará para chegar nas terras hoje identificadas como Londrina, “primeiro posto de ocupação, avançado e expandido” no Norte Novo (SILVA, 1999, p. 17).

Em 1931, a CTNP passou a investir no loteamento das terras adquiridas, que foram divididas em lotes rurais de tamanhos pequenos e médios, com o objetivo de venda mais acessível, o que contribuiu para o desenvolvimento econômico e demográfico da nova região (o então Patrimônio Três Bocas – futura cidade de Londrina), projetada para ser uma região urbana³¹ (SILVA, 1999, p. 17-18).

No Norte Novo, as terras foram administradas pela CTNP. No Norte Velho, foram adquiridas por companhias japonesas: a *Brazil Tokushoku Kaisha* (BRATAC) ficou com a região próxima à atual cidade de Cornélio Procópio (plantio de algodão); a companhia *Nambeï Tochi Kabushiri Kaisha* fundaria a cidade de Uraí. As colônias japonesas destacaram-se, pois além das terras de boa qualidade, receberam das colonizadoras assistência médica, agrônômica e financeira para se organizarem (ALVES, 2013, p. 35). Respondendo ao plano da Marcha para o Oeste:

A propaganda da CTNP nos estados do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e nos estados do sul e nordeste acerca das facilidades encontradas para, a partir do trabalho, transformar as riquezas naturais em dinheiro e, ainda as condições favoráveis para o plantio do café e outras culturas, atraíram migrantes de várias partes do país e do exterior: italianos, japoneses, alemães, espanhóis, portugueses que para estes lados se dirigiam em busca de melhores condições de vida (SILVA, 1999, p. 18).

Alves (2013, p. 35) asseverou que, com a circulação de pessoas entre o oeste de São Paulo e o Norte do Paraná, criou-se a necessidade de meios de transportes de cargas e de passageiros. Os fazendeiros iniciaram a construção da Estrada de Ferro São Paulo- Paraná (EFSP)³², com conexão entre Sorocaba e Ourinhos, no estado de São Paulo, e daí até a vila Cambará, no Paraná (1925), com 29 km de via férrea.

³¹ A CTNP negociava terrenos urbanos, denominados “datas” (porção de terra com as dimensões de 20 a 22 metros por 40 a 44 metros (SILVA, 1999).

³² A Estrada de Ferro Noroeste do Paraná (EFSP) foi a companhia que construiu a trajeto ferroviário entre os dois estados.

Em curto espaço de tempo, o patrimônio ampliou-se. Em 1932, passou a ser chamado de Londrina³³. E em 1934, Londrina tornou-se oficialmente cidade. Em 1935, chegaram os trilhos da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná.

Segundo Silva (1999, p. 18), foram realizados novos investimentos para a comercialização das terras, “[...] garantindo um projeto colonizador e o plantio de café, e possibilitando o acesso, a comunicação e o escoamento da produção”. Outro fator importante foi a chegada do trem. O melhor acesso ampliou o número de trabalhadores em Londrina, bem como facilitou o transporte de mercadorias. A autora registrou que, já no final da década de 1930, a cidade era um “[...] polo da região paranaense, cuja base econômica era o café, conquistando sua emancipação política em 1934, ao tornar-se mais um município no Estado do Paraná, com uma população de 1.346 habitantes. Mas em apenas dois anos passou para 20.527 habitantes” (SILVA, 1999, p. 19).

Diante de tal crescimento, as expressões da questão social passaram a ser evidentes. Iamamoto (2001) afirmou que a questão social faz parte das relações sociais capitalistas presentes em nossa sociedade, através da contradição capital/trabalho. O trabalhador, ao vender sua força de trabalho para o capitalista, possibilita a extração da mais valia, o que gera a acumulação de capitais. Esse processo de exploração do capital sobre o trabalho possibilita a pauperização do trabalhador, que recai sobre todos os âmbitos de sua vida social, econômica, intelectual e cultural. Ao Estado, cabe o papel de mediar as expressões da questão social, para garantir a manutenção da exploração capitalista.

O pauperismo, gerado no capitalismo, apresenta uma contradição fundamental: “[...] a pobreza cresce na razão direta em que aumenta a capacidade social de produzir riqueza”. É o período no qual a força do dinheiro e do poder político constrói coisas “boas e belas”, gerando simultaneamente e na mesma proporção e intensidade, a pobreza, a miséria e a exclusão. Da polarização entre a concentração e riqueza para alguns e a pauperização para a imensa classe trabalhadora, ocorreu a organização/mobilização dos trabalhadores, questionando

³³ O advogado Alberto João Zortéa relatou, em livro lançado por ocasião do 40º aniversário da cidade, que o também “causídico” João Sampaio, empregado da CTNP, fiel a melhor tradição nacional de sicofantismo, durante um jantar com os patrões britânicos, propôs “[...] que essa cidade recebesse o nome de LONDRINA, - como as filhas de Londres – em reconhecimento e homenagem ao valoroso grupo dos ingleses, que através do Paraná Plantations Co., financiavam corajosamente, as realizações da Cia. de Terras”. Ver: ZORTÉA, Alberto João. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida**: edição comemorativa ao quadragésimo aniversário – homenagem aos pioneiros. São Paulo: Juriscredi, 1975. p. 95.

tal processo. A classe trabalhadora passou a se organizar e pautar politicamente a sua pauperização e suas demandas. Tal processo passou a ser entendido como questão social (NETTO, 2001, p. 42).

O processo de concentração de riqueza e pauperismo esteve presente em toda a história de Londrina. Conforme já mencionado, a emancipação política da cidade ocorreu em 1934 e, no ano seguinte, a linha ferroviária chegou à cidade. Londrina, desde os seus primórdios, já apresentava as contradições do sistema capitalista. Ao lado do trem, símbolo do “progresso” e da construção humana, um grupo de “senhoras da sociedade” organizou o primeiro “Natal dos Pobres”. Em 1936, a sociedade preocupou-se com a falta de atendimento médico aos que não podiam pagar pelo serviço (ALVES, 2013, p. 183).

A necessidade de pensar o “natal dos pobres” permite-nos identificar a existência de muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social no início da cidade, o que incomodava a elite local. Nas décadas iniciais do século XX, a questão social expressou-se de diversas formas em todo o país. Nas maiores cidades, a igreja católica, através da sua “Doutrina Social Cristã”, mobilizou a sociedade para o atendimento aos pobres. Londrina, cidade recém instalada, contava já com a Igreja Metodista Central, fundada em 1933. A primeira igreja católica foi instalada em 1934. A sociedade começou a desenvolver suas atividades, imbuída de “valores cristãos”. É importante mencionar que, segundo Alves (2013), as primeiras ações das “Damas da Sociedade” foram organizadas por grupos da sociedade civil, com o apoio do município.

Sobre a igreja católica, Silva (1999, p. 31-32) assinalou que a diocese de Jacarezinho, administrada pelo bispo Geraldo Proença Sigaud, era responsável por todas as paróquias do norte do estado e contava com poucos padres. O padre Carlos Dietz, da Congregação Irmãos Palotinos, foi o primeiro padre da cidade de Londrina. Ele coordenou o início da construção da matriz, cujo terreno foi doado pela CTNP, como também cinquenta por cento dos custos para a instalação do templo. As demais despesas foram doadas pela comunidade.

A autora ainda assinalou que, com o crescimento da cidade, chegaram mais cinco padres da mesma congregação, que desenvolveram suas atividades seguindo as perspectivas da “Doutrina Social” no atendimento das expressões da questão social, além da participação em espaços políticos. Assim sendo, fundaram-se associações religiosas para os leigos: em 1936, a Pia União das Filhas de Maria; em

1937, a associação de leigos (Apostolado da Oração, Liga Mariana Eucarística para meninos e Congregados Marianos); em 1939, Irmandade do Santíssimo Sacramento; em 1942, Irmandade de Nossa Senhora do Carmo e a Obra das Vocações (SILVA, 1999, p. 32).

Vale ressaltar que, segundo Alves (2013), a primeira organização local foi da sociedade civil e do poder político, sem vínculo com instituição religiosa. A diocese de Londrina foi instituída em 1957, sendo o primeiro bispo dom Geraldo Fernandes, que se revelaria um grande articulador político da região.

Silva (1999, p. 37) lembrou que Vargas, desde o princípio, estabeleceu “[...] uma cooperação entre Estado e Igreja, possibilitando que ambos os poderes atingissem seus objetivos, [...]” já que através da fé constrói-se um sentimento de “[...] obediência à pátria, que determinaria a subordinação dos interesses econômico, político e cultural ao poder espiritual, a Igreja, e temporal, o Estado”. Um processo que também verificamos na contemporaneidade, em que o governo federal mantém estreito vínculo com igrejas e/ou grupos neopentecostais de cariz fundamentalista cristão.

Na década de 1940, segundo Alves (2013, p. 156), “[...] poucas eram as expressões da pobreza no município de Londrina, fazendo com que a atenção às famílias pobres recaísse sobre a boa vontade da população, que muito se mobilizou para atender às demandas locais da área”. Observamos que a mesma autora, contraditoriamente, assinalou a organização da sociedade civil e do poder político, desde 1935, para a atenção aos pobres, sinal ineludível da presença das famílias “indesejáveis”. Na mesma década, Silva relatou a fundação da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), um grupo fundado por leigos, sob a orientação da igreja católica, que tem como objetivo proporcionar ajuda “material e espiritual” aos mais pobres. A comunidade londrinense, tanto pessoas físicas como jurídicas, contribuía, doando dinheiro e/ou material em espécie (alimentos, roupas etc.). Até a prefeitura da cidade repassava recursos para o grupo, pois havia a preocupação de que os “[...] pobres colocassem em risco a ordem social política estabelecida” (SILVA, 1999, p. 60).

Pensando na manutenção da ordem, é relevante a ligação que Netto (2001, p. 44) teceu entre a questão social e o conservadorismo, uma vez que temos a sociedade dividida em duas classes antagônicas. A classe subalterna passou a questionar a ordem vigente colocada, gerando diversos conflitos e expondo suas

mazelas (desigualdade, desemprego, fome, doenças, desamparo, penúria etc.). O pensamento confessional reconhece a questão social e solicita “medidas sócio-políticas para diminuir seus agravamentos”. Porém, são medidas de controle da classe trabalhadora, de cunho moralizante, e não de questionamento ao capital. É com base em tal ideologia que as atividades desenvolvidas por grupos vinculados à igreja ou à sociedade civil organizada lidam com as expressões da questão social na cidade.

Tal preocupação com a expressão da questão social faz sentido, uma vez que, nas décadas de 1940-1950, Londrina ficou mundialmente conhecida como a “Capital Mundial do Café”. A divulgação do “ouro verde” trouxe também toda a contradição do capitalismo. As primeiras respostas às expressões da questão social presentes no município (pobreza, prostituição, crianças e idosos abandonados) seguiram o que se fazia no resto do país: o atendimento aos pobres via caridade da igreja e a repressão policial (a questão social como “caso de polícia”). Londrina tinha os seus guetos, espaços limite, nos quais a população em vulnerabilidade estava confinada.

Tamanha exclusão social e a preocupação para manter a ordem vigente fez com que a elite londrinense se organizasse para controlar as diversas formas de expressão da questão social. Isso ocorreu através das organizações de diversas instituições caritativas na cidade. Alves (2013) fez o levantamento das instituições que desenvolviam atividades de filantropia e caridade (décadas de 1930-1980), em atendimento nas áreas de saúde e assistência às mulheres, crianças, idosos e população de rua, além de entidades que atendiam pessoas com deficiências e dependentes de substâncias psicoativas:

Tabela 01: Número de Instituições em Londrina (1930–1980)

Década	Quantidade
1930	02
1940	08
1950	16
1960	28
1970	34
1980	55
Total:	143

Fonte: ALVES, 2013.

Alves (2013, p. 204) dividiu essas instituições em três grupos: o primeiro grupo é composto por sessenta e seis entidades que professam algum tipo de fé ou de doutrina, na qual desenvolvem sentimento de solidariedade e caridade, tais como as igrejas católica, evangélica, muçulmana, religiões de matriz africana, o espiritismo, a maçonaria e a rosa cruz. No segundo grupo, estão inseridas sessenta e nove entidades beneficentes, de iniciativa dos clubes de serviços, associações profissionais e associações de moradores. E o terceiro grupo é composto por oito entidades vinculadas ao poder público, nas três esferas governamentais (municipal, estadual e federal).

Alves (2013) elencou apenas as instituições legalizadas junto ao município. Silva (1999) trabalhou exclusivamente com os vicentinos (SSVP), destacando que o número de atendimentos do grupo, fundado em 1944, aumentava a cada ano. Entre 1944-1955, não houve registros disponíveis. Em 1956, existia um conselho com vinte e cinco membros, atendendo trinta e uma famílias, correspondendo a cento e cinquenta e quatro pessoas. Em 1977, após o aumento do êxodo rural, a autora identificou quatro conselhos vicentinos, com trezentos e setenta e seis membros, atendendo cento e noventa e sete famílias, num total de oitocentas e noventa e nove pessoas. O último ano analisado pela autora foi o de 1984, no qual manteve-se os quatro conselhos, com quatrocentos e setenta e dois membros, atendendo duzentas e cinquenta e três famílias, totalizando mil duzentas e quinze pessoas. Tais dados demonstram a situação de pobreza vivenciada pela classe trabalhadora da cidade.

De acordo com Alves (2013), o município sempre contribuiu com as entidades, através de subvenções repassadas. As entidades colocavam, como objetivo institucional, o atendimento referente às questões material, social e espiritual. Desta forma, as entidades tentavam imprimir a “moralidade da ordem social”, ou seja, “[...] as entidades passavam a exercer um papel de controle social da pobreza”. Elas explicitavam as suas condições para o atendimento do público alvo, incluindo aqui as normas e as regras que norteariam o trabalho oferecido, com “critérios para o desligamento”, expressando sua visão de mundo. Para tais entidades, a visão de mundo e as estratégias dos usuários não eram respeitadas (ALVES, 2013, p. 209). Para a autora:

Esses usuários, ao mesmo tempo que têm o reconhecimento da cidadania devolvido na forma de doativo e de condições mínimas de sobrevivência, sofrem o estigma e a segregação, quando os prestadores de serviço assistencial passam a considerá-los incapazes de sobreviver sem o apoio institucional, tornando-se um ônus para a sociedade (ALVES, 2013, p. 209).

A caridade ofertada contribuiu para manter a sobrevivência básica da população atendida. Porém, tal contribuição não ultrapassou a compreensão da demanda posta. Manteve-se a caridade, aplicada de forma pontual, o que acabava culpabilizando o indivíduo, grupo e/ou família e fortalecendo as entidades caritativas. Assim, a necessidade do provedor (grupo, instituição, entidade) foi atendida, não a do usuário. As entidades desenvolveram o “papel de controle social da pobreza”. Nessa perspectiva, o usuário, como dependente da instituição, era incapaz de superar a sua situação social. Não se ultrapassa a aparência da questão social e não se desvenda a sua essência. Cria-se um ciclo de atendimentos sem resultados objetivos, nos quais os indivíduos são culpabilizados (ALVES, 2013, p. 210).

Observamos que, em Londrina, cidade historicamente nova e com muitas contradições, as potencialidades ficaram centralizadas nas mãos de poucos, que tiveram uma ascensão financeira e social à custa de muitos trabalhadores, que ficaram com a miserabilidade e o sofrimento social. À medida em que o café enriquecia e empoderava politicamente poucos indivíduos, trazia em seu bojo a contradição, expressada na vulnerabilidade social de inúmeras famílias da cidade, situação que incomodava a elite local. Daí a organização da caridade e da filantropia, por parte das “senhoras da sociedade” e da igreja, que desenvolveram novas formas de atendimento a essa população. É possível localizar aqui o início da percepção da importância do trabalho do serviço social na cidade de Londrina. Para

melhor acompanhar o processo de estabelecimento do serviço social local, abordaremos, a seguir, a institucionalização do campo das assistentes sociais no Paraná e as diversas formas de organização política da categoria a nível estadual.

2.3 O Serviço Social no Paraná: história e organização política da categoria

O serviço social no Paraná surgiu na década de 1940, na capital do estado, Curitiba, região com maior população e desenvolvimento econômico. A igreja católica, em Curitiba, mobilizou a organização dos leigos para a defesa de sua doutrina, através da formação do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), da Juventude Feminina Católica, da Congregação das Filhas do Coração de Maria e da Ação Social do Paraná. Através desses grupos, ações sociais foram efetuadas, originando, na década de 1940, o curso de serviço social naquela cidade (BATTINI, 2012).

No Paraná, Vargas indicou o interventor Manoel Ribas (1932-1945). Battini elencou as principais ações da interventoria no estado, no período 1932-1945:

Início de políticas industrializantes: Klabin; Cimento Portland; Estatização da Ferrovia São Paulo-Paraná; Modernização burocrática: controle orçamentário e do funcionalismo com demissões massivas de pessoal contratado no regime anterior; Infra-estrutura viária, de comunicação e construção de novas rodovias; Incremento na Saúde; na Agricultura; Departamento de Estatística; Colégio Estadual, Casa do Jornaleiro; Departamento Médico-legal; Instituto de Identificação da Polícia Civil; Ação governamental na área de ciência e tecnologia: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná (bioquímica, agronomia e veterinária); **Colonização com nova política agrária e de colonização fundiária – Política cafeeira (norte) e pecuária (oeste e Campos Gerais)**; Forte repressão política aos esquerdistas, à classe trabalhadora, combate ao comunismo e controle sobre as comunidades de imigrantes; Ascensão ao poder via exército – influência de Vargas e do gauchismo; Criação da LBA – Darcy S. Vargas – Decreto-lei 4.830 de 15 de outubro de 1942 e sua implantação no PR (BATTINI, 2012, **grifo nosso**).

O Estado exercia o papel de mediador, com investimentos no parque industrial, transporte, educação, ciência e tecnologia, juntamente com o processo de colonização da região norte do estado (entregue a um grupo de capital inglês). A igreja desenvolveu os grupos laicos para a defesa da doutrina cristã, visando a manutenção da moral e da ordem social, uma vez que se entendeu ser necessário o enquadramento da população. Eis a conjuntura política e social em que surgiu o serviço social no Paraná.

Silva e Battini (2008) assinalaram que o serviço social chegou ao estado do Paraná, inicialmente por Curitiba. A capital do estado também teve o processo de formação do serviço social vinculado à igreja católica e às jovens leigas da “sociedade”. Entre 1940-1943, Irene Teixeira de Freitas foi capacitada, por correspondência, pelo Instituto Social do Rio de Janeiro:

Em 1942 foi instalado, em Curitiba, o Curso Preparatório para a formação de Assistentes Sociais – curso por correspondência para cinquenta moças (inconcluso); em 1943, como estagiária, Irene de Freitas formulou e realizou o “Projeto do Curso Preliminar à Formação de Assistentes Sociais em Curitiba”, sob a orientação do Instituto Social do Rio de Janeiro. Irene Teixeira de Freitas foi incumbida de implementar o processo de formação de futuras Assistentes Sociais em Curitiba [...] (SILVA; BATTINI, 2008, p. 120-121).

Em 1944, criou-se a Escola de Serviço Social de Curitiba, que apenas em 1954 solicitou o reconhecimento do MEC, homologado através do Decreto nº 39.220, de 1956. Em 1959, foi incluída à Universidade Católica do Paraná e, posteriormente, tornou-se a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). A Escola de Serviço Social de Curitiba foi conquistando seu reconhecimento junto às instituições públicas e privadas e no espaço acadêmico. Passou a participar dos eventos da categoria e filiou-se à ABESS e ao CBCISS, importantes instituições da organização da categoria (BATTINI, 2012).

Silva e Battini (2008) afirmaram que, entre 1947-1961, a Escola de Serviço Social de Curitiba conseguiu colocar estagiárias em diversos locais, que depois se tornaram espaços de trabalho para as assistentes sociais, como o Serviço de Assistência nas Escolas Públicas de Curitiba, o Departamento de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social e a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural.

As autoras ressaltaram que, em 1950, o projeto da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural teve por objetivo a qualificação do trabalhador do campo, uma vez que, naquele período, o produto a ser investido no estado era o café. A indústria da erva-mate e da madeira estavam em baixa e o café começava sua ascensão no estado, o qual solicitava uma mão-de-obra especializada (SILVA; BATTINI, 2008, p. 122).

Gonçalves (1982) escreveu o “Histórico do Serviço Social” para o boletim informativo do CRAS/PR, destacando os nomes de pessoas da “alta sociedade” que contribuíram para o surgimento do serviço social no estado, salientando que, nos

anos 1950, iniciou-se o processo de organização da categoria. O Paraná sediou a Associação Brasileira de Assistente Sociais Seção Paraná (ABAS/PR), com o

[...] objetivo de aprimoramento dos profissionais, congregação da classe e valorização profissional, quer organizando cursos, seminários, semanas de estudos, divulgando trabalhos, conferências, congressos; quer lutando pela defesa dos direitos da classe junto à Câmara Municipal, Prefeitura, Assembleia Legislativa e Governador do Estado [...] (GONÇALVES,1982).

A primeira presidenta da ABAS/PR foi Rachel Mäeder Gonçalves, que depois também presidiu a ABESS. A filiação com a ABESS ocorreu em 1952. No ano seguinte, destacou-se a inserção do “[...] elemento masculino no corpo discente, o que vem contribuir para a afirmação maior da profissão” (GONÇALVES, 1982). Tal afirmativa sobre a inserção do “elemento masculino” no serviço social precisa ser estudada, uma vez que o machismo da sociedade também se observa em nossa profissão, principalmente quando alinhamos o reconhecimento profissional com a figura masculina.

No início dos anos 1960, ocorreu a implantação do Conjunto CFAS/CRAS e a implantação dos CRAS. A região Sul estabeleceu o CRAS 10ª Região, composta pelos três estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Sua criação deu-se em 26 de novembro de 1963, em consonância com a estrutura do Conjunto CFAS/CRAS (uma entidade conservadora, burocrática e corporativa), que “[...] sustentava um posicionamento de neutralidade, de ajustamento dos indivíduos e de manutenção da ordem capitalista” (CRESS/RS, [196-?]).

Segundo Gonçalves (1982), a representante do Paraná no CRAS 10ª Região, neste período, foi a assistente social Rosa Cicuro, que atuou como membro do conselho fiscal. Período histórico complexo para o serviço social, no qual se vivenciou a aproximação com a teoria crítica e a experiência do Movimento de Reconceituação.

Desde a sua origem, Silva e Battini (2008) atestaram o caráter conservador do curso de serviço social no Paraná. Como proposta de renovação, o curso de serviço social da PUC/PR convidou a professora Myrian Veras Baptista para repensar a formação profissional e discutir novas possibilidades teóricas, em sintonia com as correntes que já estavam influenciando o campo no país. Novas

professora foram contratadas³⁴, contribuindo com uma visão mais crítica. No entanto, em 1968, a ala conservadora da escola chegou a propor a expulsão de estudantes que seguiam a linha crítica e a professora Myrian Veras foi dispensada sumariamente, por discordar da proposta de expulsão das discentes (SILVA; BATTINI, 2008 p. 123). Fazendo referência a esse evento na PUC/PR, Gonçalves destacou que a ABAS teve um importante papel no movimento estudantil, no qual houve uma divisão entre as professoras:

Convocada pela Professora Dalva Borges de Macedo, a então presidente da ABAS – Beatriz Bittencourt de Sá, mobilizou todas as Assistentes Sociais e num memorável documento dirigido ao Reitor da UCP, Dom Gerônimo Mazzarotto, os profissionais declaram cerrar fileira em prol da escola e se colocam à disposição da Reitoria para a futura missão. Foi um momento histórico. Aquela atitude corajosa logrou resultado. Foi a vitória da ABAS contra grupos esquerdistas que pretendiam se apoderar da direção da Escola de Serviço Social (GONÇALVES, 1982, p. 5).

Diante de tal relato, concordamos com a interpretação de Silva e Battini sobre o caráter conservador do curso de serviço social na capital paranaense. Para as autoras, até o início dos anos 2000, o curso de serviço social na PUC/PR ainda era hegemonicamente conservador, seguindo as orientações da igreja (SILVA; BATTINI, 2008 p. 123).

Silva e Battini (2008, p. 130) destacaram ainda que, na década de 1960, o serviço social do Paraná, influenciado pelo contexto nacional, vivenciou o Movimento de Reconceituação. Com a apropriação de novos saberes, criou-se o Instituto de Serviço Social do Paraná (ISESPA), que tinha por objetivo assessorar “programas e realizar seminários sobre temáticas emergentes no Serviço Social”. Foi elaborado por Myrian Veras Baptista, com apoio das assistentes sociais Marília Schleder, Irene de Oliveira Souza e da estagiária Odária Semchechen³⁵ (SILVA; BATTINI, 2008, p. 130).

Na mesma década de 1960, o Instituto de Serviço Social do Paraná elaborou o projeto da Central de Voluntário do Paraná, com a parceria do Serviço Social do Comércio (SESC). O ISESPA encaminhou para o governo do estado o projeto do Programa de Ação Integrada de Serviços (PAIS). Tal projeto foi aprovado e passou a fazer parte da política social do governo estadual. O PAIS “[...] desenvolveu uma metodologia de integração de serviços governamentais e não-governamentais, tendo

³⁴ Entre elas, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva, que também saiu com Myrian Veras (E11, ROSÁRIA, 2019).

³⁵ Trata-se da professora Odária Battini.

implantado cinco núcleos sociais nas cidades-polos em microrregiões do estado” (SILVA; BATTINI, 2008, p. 130). Conforme a categoria profissional foi ampliando os espaços sócio-ocupacionais, também se organizou, construindo espaços de luta profissional.

Em Londrina, Baptista (2006) destacou que, na década de 1960, as primeiras assistentes sociais chegaram na cidade. Nesta mesma década, Myrian Veras se estabelecerá em Londrina, acompanhando o esposo engenheiro (na época, uma estrada de rodagem estava sendo construída, ligando o norte do estado com a capital e com o porto de Paranaguá). Segundo ela, na cidade, não havia favelas, apenas assinalando uma área que foi invadida por um grupo de pessoas, na qual o Colégio Mãe de Deus desenvolvia atividades caritativas. Ao identificar que havia chegado na cidade uma assistente social, as irmãs do citado colégio a convidaram para fazer a supervisão dessas atividades³⁶. Foi procurada pelo então arcebispo, Dom Geraldo Fernandes³⁷, e pelo Colégio Londrinense, ligado à igreja protestante, para a formação de um curso de serviço social na cidade. Diante disso, a autora solicitou o apoio da PUC/SP. No entanto, Helena Junqueira e Nadir Kfourri negaram o seu pedido. José Pinheiro Cortez, ao saber da demanda apresentada por Baptista, acreditou que era possível fazer o processo para a instalação do curso, já que ele era secretário geral do Partido Democrata Cristão (PDC), no qual era filiado o então governador do Paraná, Ney Braga. Para Cortez,

[...] a criação de uma escola de Serviço Social só teria sentido como resultado de um movimento maior – que seria um movimento no sentido do desenvolvimento macrorregional do norte do Paraná – que incluía o norte velho, o norte novo e o norte novíssimo – este movimento traria não só mais profissionais, mas também a necessidade de novos profissionais e de criação de um centro de formação de profissionais que movimentassem isso, eram os Assistentes Sociais: cabia então uma escola de Serviço Social para formar pessoas para essa mobilização (BAPTISTA, 2006).

³⁶ As referências apontadas aqui por Myrian Veras Baptista foram extraídas de uma palestra que ela efetuou em 2006, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), por ocasião do aniversário da fundação do curso de serviço social naquela instituição. A fala da professora Baptista foi depois transcrita e publicada no periódico “Serviço Social em Revista”. Destacamos que Baptista recordou eventos, com uma “memória seletiva” (entendida aqui enquanto experiência de vida). A questão social em Londrina, conforme vimos nas linhas acima, sempre foi candente, desde a fundação do município. Inferimos que o não registro da história das assistentes sociais, do fazer profissional e da trajetória da organização política da categoria deixa o serviço social no cediço campo da memória, podendo servir de instrumento para diversas construções ideológicas. Deixamos claro que não se trata de uma crítica direta à professora Myrian Veras, mas ao problema da memória. Ela constituiu figura de importância ímpar para o serviço social do norte do Paraná (e do Brasil), e rendemos aqui o nosso preito do mais absoluto respeito e admiração.

³⁷ Dom Geraldo Fernandes, arcebispo de Londrina, entre 1957 e 1982, tinha uma “importância política” significativa. Vários empreendimentos na cidade contaram com a sua presença e atuação.

Com a perspectiva de território ampliada, envolvendo o desenvolvimento da macrorregião, criou-se o planejamento e começou a articulação “[...] pelo norte do Paraná: falávamos com os prefeitos, com as organizações, os sindicatos, fazíamos reuniões enormes, em cinemas. Juntávamos um monte de gente para fazer o diagnóstico macrorregional, o diagnóstico desta região inteira, com o apoio do governo do Estado”. O documento foi enviado ao MEC para avaliação. Com o golpe militar e civil de 1964, não foi possível implementá-lo, mesmo já tendo sido aprovado (BAPTISTA, 2006). Desse processo, não encontramos nenhum registro ou documento. Apenas identificamos uma referência mínima na “Revista Serviço Social & Sociedade”, número 30, edição comemorativa dos 10 anos da publicação, a qual apresentou a transcrição de uma mesa redonda, com os editores³⁸. José Pinheiro Cortez lembrou, juntamente com Myrian Veras, dos seminários realizados em Londrina. Silva e Battini (2008) também lembraram tal processo, sem maiores detalhes. A falta de registro representa uma lacuna sobre o surgimento do serviço social em Londrina e que, provavelmente, jamais será preenchida.

Sobre a interiorização da profissão, Silva e Battini (2008) consideraram a importância da criação das universidades estaduais. Tal projeto apresentou-se durante o governo estadual do período 1966-1977, que tinha como meta a interiorização do ensino superior no Paraná. Durante as gestões em questão, foram criadas as três primeiras universidades estaduais³⁹: Maringá, Londrina e Ponta Grossa. O ensino superior, na avaliação das autoras, tornou-se uma estratégia do estado se fazer presente no interior.

Na mesma linha, Campos (2018) asseverou que a implantação de universidades, públicas ou privadas, esteve ligada a uma demanda por profissionais técnicos, constituindo uma exigência do mercado de trabalho. O Estado desejava profissionais especializados para o trabalho na burocracia dos órgãos governamentais. Para suprir essa demanda, criam-se as primeiras faculdades, entre as décadas de 1940 e 1950. Para o autor, a estratégia de ter várias faculdades estaduais no interior do estado foi utilizada como uma maneira de o Estado se fazer presente em todas as regiões. Para Campos, o “Estado apresenta-se como um dos principais agentes de ação no mundo social” (CAMPOS, 2018, p. 71).

³⁸ Mesa redonda do Conselho Editorial da Revista Serviço Social & Sociedade. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n° 30, p. 05-28, abr. 1989.

³⁹ Criadas pela Lei n° 6.034, de 6 de novembro de 1969 e Decreto n° 18.111, de 28 de janeiro de 1970.

Outro objetivo para a criação das universidades paranaenses pode ser observado no Anteprojeto de Lei Orgânica da Educação no Paraná, que revelava o público para o qual era destinado essas instituições: os filhos da elite. Os três objetivos para o ensino superior eram: I – Desenvolvimento da alta cultura e da pesquisa científica; II - a especialização filosófica, literária, científica, técnica ou artística; III – a habilitação para o exercício das profissões técnico-científicas e liberais (CAMPOS, 2018).

Na perspectiva do desenvolvimento das regiões sedes das universidades, espaços de construção política no interior do estado foram estabelecidos. As universidades foram destinadas, conforme citado, para a elite estadual, lembrando que a educação de nível fundamental e médio era mais restritiva para as camadas populares, até a década de 1960, apesar da existência de cursos profissionalizantes (CAMPOS, 2018). Historicamente, até bem pouco tempo, o sonho de um curso superior não fazia parte do horizonte da classe trabalhadora, como se aquele espaço não lhe pertencesse. Formação e classe trabalhadora, na visão das elites nacionais, não se coadunam.

Na década de 1960, o interior do estado já contava com diversas faculdades, que seriam transformadas em universidades. Segundo Campos, o então governador sancionou a lei da

[...] criação das três universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa [...] não há dúvida de que a criação de três universidades, juntamente com a fundação da Federação das Escolas Superiores e do Fundo de Amparo à Pesquisa, estabeleciam perspectivas novas à história do ensino superior. [...] houve dificuldades como número de vagas insuficiente, a falta de salas de aulas e de laboratórios (CAMPOS, 2018, p. 78-79).

O processo de investimento no ensino superior, juntamente com o apogeu cafeeiro (1950) e com a organização de grupos e lideranças políticas e acadêmicas de diversas cidades, contribuiria para o “[...] desenvolvimento econômico, social e cultural das regiões”. Assinalou-se, também, a implantação de universidades e/ou faculdades privadas (CAMPOS, 2018, p. 81).

Tabela 02 – Universidades Estaduais do Paraná

ANO	UNIVERSIDADE
1969-1970	UEL – Universidade Estadual de Londrina UEM – Universidade Estadual de Maringá UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
1987-1988	UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
1990	UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
2006	UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná
2013	UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

Fonte: CAMPOS, 2018.

Segundo Silva e Battini, o processo de interiorização das universidades no Paraná facilitou a expansão do serviço social no estado. As autoras destacaram que, da região Sul do país, o Paraná é o estado com o maior número de cursos presenciais gratuitos. A implantação do curso contribuiu para a divulgação da profissão, para a inserção de estagiárias nas instituições, para a participação das professoras na ABESS/ABEPSS, para a participação das discentes na organização estudantil e para a inserção das profissionais em campos de trabalho (SILVA; BATTINI, 2008).

As autoras apresentaram um “inventário” do serviço social ao longo do tempo. Nas décadas de 1970-1980, a profissão contribuiu na luta contra a carestia, a favor da volta do regime democrático, na luta antimanicomial, por um sistema de saúde público e gratuito. Durante a década de 1990, participou ativamente na luta para a implantação das políticas públicas, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), implantação da secretaria de assistência social, dentre outras. Internamente, na mesma década, construiu coletivamente a legislação de nossa profissão, atuando na defesa das diretrizes curriculares, lutando pela Lei que regulamenta a profissão, pelo Código de Ética, pelo Projeto Ético Político (PEP). No final da década de 1990 e início dos anos 2000, houve a implantação dos cursos de mestrado nas universidades do Paraná⁴⁰, o que contribuiu para a construção da categoria e para a luta pela manutenção das políticas públicas (SILVA; BATTINI, 2008, p. 126-127).

⁴⁰ A UEPG implantou, em 1998, o curso de Mestrado interdisciplinar na área de Ciências Sociais, com a coordenação do departamento de Serviço Social. A UEL, em 1999, implantou o curso de Mestrado, vinculado ao departamento de Serviço Social. A PUC/PR, em 2000, em parceria com a PUC/SP, criou o seu curso de Mestrado (SILVA; BATTINI, 2008, p. 127).

A partir de 2006, o serviço social passou a ser ofertado na modalidade Ensino à Distância (EaD), o que ampliou o espaço de formação. O processo pode ser melhor visualizado na tabela a seguir:

Tabela 03: Unidade de Formação Acadêmica de Serviço Social no Paraná (UFA)

Unidade de Formação Acadêmica (UFA), modalidade Presencial			
Período	QTD de UFAs	UFAs Privadas	UFAs Públicas
1944-1970	01	01	00
1970-1979	03	01	02
1980-1989	01	01	01
1990-1999	01	00	01
2000-2010	24	20	04
2011-2019	06	04	02
Unidade de Formação Acadêmica (UFA), modalidade Ensino à Distância			
2006-2010	15	15	00
2011-2019	01	01	00

Fonte: a autora⁴¹

A modalidade EaD, na primeira década dos anos 2000, contava com quinze UFAs, totalizando 182 polos no Paraná. Entre 2017-2019, verificou-se uma ampliação, com a introdução de mais duas UFAs no Paraná. A abrangência dos cursos da modalidade EaD é significativamente maior do que a de um curso presencial, o que demanda reflexões.

No início dos anos 2000, o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o governo federal. Ampliou-se o espaço sócio-ocupacional da profissão e os investimentos na formação para o serviço social no Paraná. Foram implantados cursos da área (todos presenciais) em universidades federais (Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR)). Nas universidades estaduais, a UNIOESTE e a UNESPAR receberam o curso de serviço social. Paradoxalmente, foi o período em que se instaurou e se legalizou a modalidade de Ensino à Distância (EaD) para o curso de serviço social, mercado largamente explorado pela rede privada de ensino.

A entrevistada Simone (E03, 2019) relatou que durante o período de instalação do curso de serviço social na modalidade EaD, esteve presente em uma reunião, intermediada pela assistente social Márcia Lopes (na época, secretária

⁴¹ Tabela elaborada a partir do levantamento realizado pelas assistentes sociais agentes fiscais do CRESS/PR.

executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)), com o secretário executivo do MEC, Paulo Paim, com o CFESS, representado pela presidenta Elisabete Borgianni e pela vice-presidenta Ivanete Salette Boschetti, e ainda com a presença da assistente social Francis Gomes. Reunião difícil, tensa, de

[...] debate duro lá, um debate pesado, de tom alto de voz, para explicar o que significaria o EaD no serviço social. E por outro lado, claro, os representantes do MEC foram explicando as mudanças que eles estavam fazendo e o que eles estavam conseguindo segurar para não ser muito pior. Para o conselho de educação não aprovar coisas inadmissíveis, na época, o Fernando Haddad [então ministro da educação] já havia recebido ameaça de morte de universidades privadas, por conta do EaD, por conta de uma resolução que se tornou muito mais rígida, mais rigorosa (E03, SIMONE, 2019).

Como podemos observar, a disputa por um “mercado” de formação fica claro na fala da profissional entrevistada, no qual o poder financeiro acaba pautando as condições das políticas públicas a seu próprio interesse e benefício.

Tal processo foi combatido por uma forte campanha encetada pelo Conjunto CFESS/CRESS, sob o lema “Educação não é *Fast Food*”. O acesso à formação é uma garantia constitucional e o aprendizado é coletivo. O EaD constituiu uma mercantilização da educação, fragilizando a formação. Silenciado juridicamente, o Conjunto CFESS/CRESS foi obrigado a retirar a campanha pública, sem direito a se pronunciar sobre o tema.

Além da interiorização da profissão, via universidades estaduais, a categoria também se organizou politicamente no estado. Apenas para fins de registro histórico, destacamos que o boletim “CRAS Paraná Informa”⁴² apontou a chegada do primeiro assistente social na cidade de Cascavel, em 1973 (Dervile João Leite), que trabalhava na Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). Salientamos que, no interior do estado, a cidade com o maior número de profissionais na área foi Londrina. Conforme destacamos, o histórico de construção de Londrina possibilita entender que a chegada do serviço social na cidade ocorreu através de uma demanda da sociedade, diante das contradições do capitalismo. As primeiras vagas do campo de trabalho foram direcionadas aos espaços sócio-ocupacionais nas entidades caritativas e/ou públicas. Como vimos também, a instituição do serviço social no Paraná ocorreu em dois momentos: primeiro, na capital, na década de 1940 e, depois, no interior, mais precisamente na cidade de

⁴² ACERVO CRESS/PR, 05, Ano II, n° 8, abr.-jun, 1983, Curitiba.

Londrina, em meados da década de 1960. No final da década de 1970, o país retomou a luta societária e a busca de uma abertura política. As assistentes sociais participaram desse processo no estado do Paraná. Veremos como se deu a organização política da categoria em algumas cidades do estado.

Em Curitiba, as assistentes sociais organizaram-se nas entidades de defesa da profissão. Durante a pesquisa documental, não conseguimos informações detalhadas, mas apenas algumas referências constantes em boletins informativos do CRAS/PR. Nestes, eram citadas a ABAS seção Paraná, a ABESS, a Delegacia Seccional do Paraná e a APASP. O “Boletim Informativo do CRAS” destacou a participação das assistentes sociais Lisette, Betty Paranhos, Norma e Darli (ACERVO CRESS/PR, 05). Em outubro de 1980, a Resolução CFAS nº 137/1980 que instituiu o CRAS/PR, foi assinada pelo então presidente do CFAS, Luiz Henrique Pedreira (ACERVO CRESS/PR, 01). Em março de 1981, foi eleita a primeira diretoria. Nossa pesquisa sobre a organização política das assistentes sociais em Curitiba conseguiu apurar, do ponto de vista documental, apenas as informações assinaladas nos boletins informativos. Levantamos, nos arquivos do CRESS/PR, em Curitiba, atas e boletins informativos relativos à década de 1980, lembrando que o espaço de Curitiba não constitui objeto da nossa pesquisa.

Sobre a organização política da categoria no Norte do Paraná, Silva e Battini (2008, p. 132) pontuaram que a cidade tinha um grupo de estudos desde meados dos anos 1960. Em 1971, o grupo das assistentes sociais de Londrina foi reconhecido formalmente pelo CRAS 10ª Região, através do Ofício nº 79/1971, assinado pelo presidente da instituição, assistente social Jorge Gilberto Krug, e pela delegada representante do Paraná, a assistente social Lizete Iracema Klever, que referendaram a assistente social Lúcia Maria Pereira como representante do CRAS 10ª Região para o Norte do Paraná. As autoras assinalaram esse fato como o embrião da organização sociopolítica da categoria na região em questão.

Abordando esse período, Beatriz (E04, 2019) relatou que o grupo de estudos era composto por “[...] profissionais qualificados, que propuseram a criação do curso de serviço social na Universidade de Londrina” (E04, BEATRIZ, 2019).

Localizamos o certificado da realização da “I Semana de Estudo de Serviço Social”, que ocorreu entre os dias 19 a 24 de maio de 1975, atividade promovida pelo Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Estudo Social Aplicado da

Universidade Estadual de Londrina (UEL) (ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 01).

Em 1977, tentou-se, sem sucesso, a criação da Associação dos Assistentes Sociais do Norte do Paraná (AASNP). Logo após, houve uma articulação entre as assistentes sociais de Curitiba e de Londrina para a criação da Associação Profissional de Assistente Social do Paraná (APASP), de base territorial estadual. Teve na primeira gestão (1977/1978) a presidenta Carmem Lúcia Fornari Diez⁴³, de Curitiba, e a vice-presidenta Rose Mary Souza Serra, representante de Londrina. Os detalhes dessa articulação serão melhor explicitados no próximo capítulo. Sobre os anos iniciais da APASP, não encontramos material para a pesquisa.

De 1978 é o certificado de uma palestra, com o tema “Painel de Previdência e Assistência Social”, promovido pelo Departamento de Serviço Social/CESA/UEL, em conjunto com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), realizado no dia 18 de setembro de 1978 (ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 02).

A organização estudantil do curso de serviço social da UEL promoveu, em 1978, em Londrina/PR, o “I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS)”. A partir desse encontro, ocorreu uma articulação das estudantes, cujo resultado foi a criação da ENESSO (ENESSO).

Uma das entrevistadas da pesquisa, Simone (E03, 2019), relatou que, no período de sua graduação, já no final da ditadura, era possível vivenciar os resquícios de um sistema de controle da organização das discentes, como a presença de “bedéis” (termo usado para estudantes/trabalhadores infiltrados, com o objetivo de monitorar os conteúdos ministrados na universidade). Contudo, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) já haviam retomado suas atividades. A turma da profissional entrevistada tinha também um grupo de estudos. Simone assinalou a presença das então discentes Márcia Lopes e Sandra Perdigão no III CBAS:

A gente foi para o congresso, a gente fazia estágio em várias entidades, mas tínhamos uma militância política, eu era do Centro Acadêmico (CA), eu participei do CASS e depois a universidade sediou o grande ENESS (Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social); eu participei, e neste período, decidimos ir para São Paulo com a cara e coragem, e fomos no Anhembi e participamos de tudo; aí começamos a conhecer nossas referências bibliográficas: Aldaíza, a Carmelita, a Dilcéia, enfim, a Marilda lamamoto (E03, SIMONE, 2019).

⁴³ Também foi a primeira assistente social agente fiscal do Paraná.

O serviço social crítico do Paraná foi construindo seus espaços. Observamos que havia uma distância entre o Norte do Paraná e sua capital. Segundo Simone (E03, 2019), a ligação com o serviço social de São Paulo era maior do que com Curitiba. Colito (1987) considerou que havia um distanciamento entre a região norte do estado e a capital do Paraná, notada em outros âmbitos da vida política e social.

No contexto da vinculação com o estado de São Paulo, a profissional entrevistada Giovanna (E07, 2019) afirmou que, em 1979, um grupo de recém graduadas em serviço social na UEL criou a Associação Profissional de Assistente Social de Londrina (APAS/LDA). Durante a participação em um dos encontros nacionais de entidades sindicais, a APAS/LDA solicitou seu desligamento da região Sul, para se vincular com São Paulo. Tal pedido não foi aceito. Como estratégia de fortalecimento da organização política da profissão na área, o referido encontro deliberou que a APAS/LDA seria articuladora na região Sul, com o apoio da APASSP. A APAS/LDA foi uma referência na organização política da categoria em Londrina e região, tendo encerrado as suas atividades nos anos 1990, conforme a diretriz nacional, que optou pela vinculação aos sindicatos por ramo de atividade.

No início da década de 1980, a Resolução do CFAS n° 137/80 implantou o Conselho Regional de Assistente Social, 11ª Região, o CRAS/PR. Observamos que, desde 1963, momento de instalação dos CRAS, foram necessários dezessete anos para se alterar a estrutura da instituição (ACERVO CRESS/PR, 01).

A presidenta do CRAS/PR, Marilene Castilho Venâncio⁴⁴, integrante da primeira gestão (1981/1984), relatou que o “[...] CFAS ofereceu apoio necessário, a instalação do CRAS 11ª Região, e hoje temos uma representante do Paraná na Diretoria do CFAS, a Assistente Social Edneia Maria Machado [assistente social da região de Londrina e cofundadora da APAS/LDA]” (ACERVO CRESS/PR, 08).

Na cidade de Curitiba, no ano de 1982, identificamos a realização de dois eventos direcionados à categoria:

a) em maio, ocorreu a Semana de Serviço Social, com a realização de um culto ecumênico na Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba e um curso com o tema “A Prática do Serviço Social e a Realidade Social”, ministrado pela professora Marta Silva Campos;

⁴⁴ A primeira presidenta do CRAS, a assistente social Maria Elizabeth Maia da Rocha Paranhos, deixou a vaga por motivo de mudança, assumindo em seu lugar a vice, Marilena Castilho.

b) participação na comemoração do cinquentenário do serviço social, homenageando, em solenidade pública, uma das pioneiras da profissão no Paraná e fundadora da primeira Escola de serviço social, Irene Teixeira de Feitas⁴⁵ (ACERVO CRESS/PR, 04).

O recém formado CRAS/PR estabeleceu, como estratégia de aproximação com a categoria no interior, a implantação de Delegacias Seccionais. O planejamento indicava as primeiras cidades no estado a receberem as novas sucursais: Londrina, Cascavel e Ponta Grossa (ACERVO CRESS/PR, 02).

Entendemos que tal ação constituiu uma forma do CRAS/PR se fazer presente na vida da categoria, garantindo também a defesa da profissão. O modelo de aproximação com a categoria profissional foi baseado no que já vinha sendo construído, desde 1977, nas grandes cidades do país, pela ação de entidades sindicais do serviço social. A estratégia do CRAS/PR de se aproximar das assistentes sociais do interior esteve conectada com os movimentos das profissionais naquele local. A categoria, no interior, organizou-se em Grupos de Estudo de Serviço Social. Tais grupos foram identificados nos informativos do CRAS, após 1982. Inferimos duas razões que podem explicar a preocupação do CRAS/PR em buscar um maior contato com o interior do estado. Primeiro, a presença das profissionais no interior do estado significava uma ampliação do campo de trabalho para a categoria. Consequentemente, isso representava um aumento na arrecadação de anuidades. Em segundo lugar, a categoria, presente no interior do Paraná, começava a se organizar politicamente, reflexo direto do III e IV CBAS, entendendo a relevância do CRAS para a profissão.

Durante o mês de abril de 1983, diversas ações foram verificadas, visando a implantação da Delegacia Seccional de Londrina. A assistente social Elza Maria Campos foi a responsável pela pesquisa sobre o número das profissionais, de Londrina e região, inscritas no CRAS/PR. Houve uma reunião realizada em Londrina, com a presença da então presidenta do CRAS/PR, Marilene Castilho Venâncio, na qual discutiu-se a questão da Delegacia Seccional. A APAS/LDA indicou a assistente social Maria de Fatima G. Pimentel como representante da cidade nas discussões sobre a implantação da Delegacia.

⁴⁵ ACERVO CRESS/PR, 02, Curitiba. O informativo não presta maiores detalhes sobre o “cinquentenário” do serviço social, considerando que a primeira turma do curso no país foi graduada no período de 1936-1940 e, no Paraná, o curso surgiu na década de 1940.

No final do mês de abril de 1983, na reunião do conselho pleno, a assistente social Norma Dickmann salientou que o CRAS/PR tinha duas opções: nomear uma representante do conselho nas cidades que concentrassem determinado número de profissionais, ou ainda, efetivar a instalação de uma Delegacia Seccional. Dickmann assinalou que a manutenção de uma Delegacia representaria custos, considerando que seria necessário também a locação de uma sede física. A deliberação foi favorável à criação da Delegacia Seccional em Londrina. Após a decisão, Norma Dickmann fez as orientações sobre o processo para executar tal ação, pontuando a necessidade de se informar o CFAS (ACERVO CRESS/PR, 12). O material produzido para o processo de fundação da Delegacia Seccional não foi localizado.

As três Delegacias Seccionais foram instaladas nas seguintes datas: Londrina, em 12/12/1984 (operacional até a presente data, há 35 anos); Cascavel, 07/06/1986 (desativada em julho de 1989); na cidade de Ponta Grossa, não identificamos a data de inauguração da Delegacia Seccional, sendo desativada em abril de 1987.

Em 1985, como forma de aproximação com as acadêmicas de serviço social, a diretoria do CRAS 11ª Região atuou nas faculdades, com o objetivo de divulgar e orientar sobre o papel do CRAS e suas finalidades (ACERVO CRESS/PR, 13).

Registramos como atividades ampliadas no Paraná, dirigidas à categoria e promovidas pelo conselho de fiscalização, a realização do “Encontro Paranaense de Serviço Social”, evento promovido pelo CRAS, APASP e Fundação de Promoção Social do Paraná (PROMOPAR), nos dias 15, 16 e 17 de maio de 1985, em Curitiba, no auditório do Serviço Social da Indústria (SESI). Participaram da atividade cerca de 100 pessoas, entre assistentes sociais, acadêmicos, políticos e autoridades. As palestras foram ministradas pelos assistentes sociais Mário da Costa Barbosa, Carlos Alfredo de Souza Queiroz e Seno A. Cornely (ACERVO CRESS/PR, 13).

O Encontro propôs: retomar a discussão do serviço social escolar no Paraná; viabilizar um encontro, a nível estadual, dos movimentos sociais, como troca de experiência e fortalecimento dos mesmos; reunião das Escolas de serviço social da região Sul, para discutir questões curriculares, pedagógicas e de participação das estudantes. Foram frisadas a participação nas associações da categoria e a integração com o conjunto da classe trabalhadora (ACERVO CRESS/PR, 10).

O informativo de 1986 salientou que, em maio, foi realizada a “Semana de Serviço Social”. Uma assembleia estadual teve lugar, sem menção da pauta. O informativo também destacou o novo Código de Ética da profissão. A propósito do Código de 1986, a profissional entrevistada Jéssica (E06, 2019) lembrou sua participação nesta “[...] construção da regulamentação da profissão, da mudança do Código de Ética dentro da Delegacia”. Salientamos a representatividade da Delegacia Seccional de Londrina nas discussões dos grandes temas nacionais da categoria. O mesmo Informativo de 1986 divulgou que o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) havia disponibilizado recursos para investimentos na formação profissional e aprimoramento de recursos humanos. Para a utilização do recurso, o CRAS 11ª Região elaborou o “I Simpósio Paranaense de Serviço Social Des-Encadeando...” (ACERVO CRESS/PR, 14).

A elaboração do “I Simpósio Paranaense de Serviço Social Des-Encadeando...” contou com o assessoramento do diretor da Escola de Saúde Pública, o médico Paulo Roberto Michaliszyn. A diretoria do CRAS/PR e a organização do evento reuniu-se com as três Delegacias Seccionais, a fim de apresentar uma proposta para a realização de quatro Encontros Regionais (Curitiba, Londrina, Cascavel e Ponta Grossa). Ainda foi discutido as temáticas a serem abordadas e definiu-se que cada Encontro elegeria quinze delegadas para participarem do Simpósio, em Curitiba (ACERVO CRESS/PR, 14).

O I Simpósio teve o objetivo de rever o compromisso ético do serviço social, através da avaliação da prática de cada profissional e de propiciar a análise do discurso de participação popular, mediante a reflexão metódica da prática e da fundamentação teórica utilizada. Foi direcionado para a categoria profissional, outras pessoas comprometidas com a prática profissional e para os movimentos sociais (ACERVO CRESS/PR, 09). A metodologia elaborada para o evento apresentou as seguintes questões norteadoras:

- 1) **Descentralização:** a partir de discussões internas na Diretoria do CRAS, propôs-se descentralizar a ideia do evento, provocando os Encontros Regionais;
- 2) **Representatividade:** os Encontros Regionais deviam congregiar pessoas comprometidas;

- 3) **Participação:** a somatória das experiências contribuiu para o enriquecimento do curso da ação;
- 4) **Multiplicação:** reproduzir, aperfeiçoando a atuação e partilhando com a população os resultados do evento.

As questões norteadoras acima orientariam os “Encontros Regionais” para a elaboração das atividades. Grupos Temáticos (GT) foram propostos, com os seguintes temas:

I - Serviço Social e conflito:

- 1) Identidade do Profissional de Serviço Social
Movimentos Sociais: rurais e urbanos;
- 2) Autonomia Profissional do Assistente Social:
 - a) Políticas Institucionais na esfera governamental e na iniciativa privada;
 - b) Ações Assistenciais, a intervenção extraprofissional:
 - na igreja;
 - o voluntariado
- 3) Entidades Assistenciais - a caridade pública;

II - Serviço Social e a Questão do Método:

- a. referências teórico-metodológicas;
- b. formação profissional:
 - currículos
 - ensino

III - Serviço Social e a produção de conhecimento sobre assistência social:

- 1) Registro das práticas profissionais memória da atuação do Serviço Social.

Os Encontros Regionais foram realizados nas seguintes datas e locais: Delegacia Seccional de Ponta Grossa, 19/08/1986, no Serviço Social do Comércio (SESC), 18h:30, com as assistentes sociais de referência Selma Maria Schons, Clair Kapp, Danuta Estrufika e Lúcia M. de Campos; na Delegacia Seccional de Cascavel, 23/08/1986, 8h30, com a profissional de referência Terezinha Marfurte; Delegacia Seccional de Londrina, 23/08/1986, com a referência das profissionais Mara R. A. Nunes, Rosa Y. Okabayashi, Ivanir B. de Assis; em Curitiba, no dia

23/08/1986, no Auditório do Ipê, das 9h:00 às 18h:00, com as assistentes sociais de referência Eny e Gilda (ACERVO CRESS/PR, 14).

Todos os Encontros Regionais foram sistematizados e enviados para a comissão organizadora do I Simpósio, que foi realizado entre os dias 01 e 05 de setembro de 1986, na Casa de Retiro Nossa Senhora do Mussungue, com aproximadamente sessenta pessoas, entre elas, as delegadas eleitas nos Encontros Regionais.

O “I Simpósio Paranaense de Serviço Social” pretendeu repensar o papel histórico da assistente social, refletir as novas conjunturas sócio-políticas e reavaliar o fazer profissional no universo das intervenções sociais (ACERVO CRESS/PR, 09).

Observamos que o objetivo do I Simpósio consistiu em entender as mudanças vivenciadas pela profissão. Tais transformações estavam presentes na nova diretriz curricular de 1982 e na construção do novo Código de Ética da profissão, aprovado em 1986. Não aprofundaremos a temática relativa ao Código de Ética.

Na abertura do I Simpósio Paranaense de Serviço Social, a então presidenta do CRAS 11ª Região, Sandra Maria Zanello de Aguiar, fez uma retrospectiva histórica, explicando o papel do conselho de fiscalização, apontando a perspectiva política que a categoria vinha construindo e assinalando que o CRAS não tinha, nem poderia ter, nenhum compromisso político-partidário. Para ela, o “[...] CRAS tem, isto sim, um compromisso ÉTICO com a ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL” (ACERVO CRESS/PR, 09, **grifo no original**). Afirmou que a história do serviço social demonstrou o comportamento das profissionais em relação ao poder. Para ela, o I Simpósio tinha o objetivo de repensar a profissional como cidadã e analisar a sua ação na sociedade. Aguiar criticou a função dos conselhos profissionais, que pouco orientavam a prática da categoria, exercendo “policialmente” sua ação e o poder concentrado na figura da diretoria ou da presidenta. Ressaltou a importância da orientação política do CRAS, não-partidária, assinalando que a observância da ética constitui uma postura também política. Em resumo,

[...] Estamos falando de Ética; de profissionais; de cidadania. Desencadear um processo de revisão nestas bases, e desencadear um processo de reflexão do conjunto das práticas profissionais de Serviço Social e de cada um dos profissionais a seu tempo. Esse processo deverá ser a somatória das críticas que cada um se faz. Essa é a crítica que a categoria se coloca. Os Assistentes Sociais do Paraná somos nós, eleitos num processo desencadeando (ACERVO CRESS/PR, 09).

Ao final do discurso, Sandra Aguiar convidou as presentes para a repetição de um juramento, cujas palavras iniciais eram: “Prometo exercer dignamente a profissão de Assistente Social orientar, capacitar e [...]”. No documento original, faltam o restante do texto do juramento.

Seguindo a metodologia produzida para o evento (descentralização, representatividade, participação e multiplicação), o I Simpósio discutiu os temas que os GTs desenvolveram durante os Encontros Regionais, a saber:

1. Serviço Social da Saúde
2. Serviço Social e Família
 - A criança
 - O adulto
 - O idoso
3. Serviço Social, “Assistencialismo”,
 - Assistência Pública e a
 - questão do Voluntariado
4. Serviço Social na Educação
5. Serviço Social e a Formação Profissional
6. Serviço Social e a Cidadania
 - Participação Popular
 - Movimentos Sociais rurais e urbanos
 - Igrejas
 - Sindicatos
7. Serviço Social na Empresa (ACERVO CRESS/PR, 14).

Durante o I Simpósio, os grupos reuniram-se diariamente, após as exposições dos seminários, para a discussão de suas práticas nas áreas de trabalho, formulando um relatório com as conclusões e propostas. Os documentos seriam, posteriormente, encaminhados para a publicação na revista “Serviço Social &

Sociedade”. Não conseguimos localizar essa publicação. Um segundo simpósio foi programado para a cidade de Maringá/PR, algo que não ocorreu. Salientamos que as questões aqui assinaladas sobre o I Simpósio ultrapassam o limite temporal estabelecido para a nossa pesquisa. Porém, julgamos necessário apontar o evento, uma vez que foi a primeira iniciativa que articulou as recém inauguradas Delegacias Seccionais, mobilizando a categoria de base, a nível estadual (ACERVO CRESS/PR, 09).

No interior do estado, observamos que a organização política das profissionais ocorreu após o IV CBAS, realizado em 1982, sob a direção da CENEAS. Esse Congresso fomentou a construção de grupos de assistentes sociais, refletindo e disseminando a organização política no país. Alguns informativos do CRAS/PR apresentaram a organização política das assistentes sociais em algumas cidades, conforme já assinalado. Primeiramente, nas três Delegacias Seccionais e, esporadicamente, em outras localidades paranaenses.

A década de 1980 foi marcada por diversas atividades desenvolvidas em Londrina, sob a articulação entre o Centro Acadêmico de Serviço Social e a APAS/LDA. Dos eventos elaborados pelas APAS/LDA, destacamos a construção do “I Congresso Norte Paranaense de Serviço Social de Empresa”. Na época, um dos campos sócio-ocupacionais significativos em Londrina e região era o “organizacional” (termo utilizado no período, significando o trabalho no setor privado). Em novembro de 1982, o Departamento de Serviço Social da UEL, a APAS/LDA e a Associação Norte Paranaense de Administradores de Pessoal (ANPAPE), promoveram o referido Congresso, que foi coordenado pelo Grupo de Estudo de Serviço Social de Empresa (GESSE)⁴⁶. A palestra magna foi realizada no dia 25/11/1982 e versou sobre o tema “O Sistema de Recursos Humanos na Empresa”, ministrada por Maria José Barboza de Souza (ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 03).

Em 26/11/1982, ocorreram diversas mesas teóricas, de uma hora cada, com os seguintes temas: Diagnóstico Social da Empresa, ministrado pela assistente social Marisa S. de Caiado Castro Ribeiro, da UEL; A Participação do Assistente Social nos Processos de Recrutamento e Seleção de Pessoal, pela assistente social Eliane Marngoni, da Transportes Coletivos Grande Londrina (TCGL); O Papel do

⁴⁶ O GESSE foi o primeiro grupo direcionado para a temática do serviço social na empresa, seguido depois pelo Grupo de Estudo de Serviço Social Organizacional de Londrina (GESSOL).

Assistente Social no Treinamento e Acompanhamento, desenvolvido pela assistente social Neusa Geni Ramos (SESI); Programas de Alimentação e Transporte, tema trabalhado pela assistente social Eliana Maria Nardi, da Companhia Cacique de Café Solúvel; Programas de Saúde, tratado pela assistente social Elani Maria Czepack, da Cooperativa Mourãoense; Serviço Social e Segurança no Trabalho, abordado pela assistente social Maria Isabel Carbonieri, do Grupo Jabur; O Serviço Social e o Desenvolvimento da Empresa, desenvolvido pelo empresário Pedro Barbosa Lopes (ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 03).

No dia 27/11/1982, foram realizadas as seguintes mesas de discussão: Programa de Lazer, ministrado pela assistente social Rosa Yoko Okabayashi (Grupo Florença); A Atuação do Assistente Social em Programas Educacionais, desenvolvido pela assistente social Enidelci Merizio Jorge (Usina Central do Paraná, de Porecatu); o tema Serviço Social e o Direito do Trabalho foi desenvolvido pelo advogado Wilson Sokolowski (UEL). Ocorreu ainda uma sessão de temas livres, desenvolvidos pelas acadêmicas do curso de serviço social, que cumpriam estágio nas empresas. A última atividade foi a síntese informativa do IV CBAS, apresentada pela assistente social Maria de Fátima G. Pimentel (Rede Ferroviária) (ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 03).

Apesar do laconismo da única fonte disponível consultada (certificados), depreendemos que, na época, a iniciativa privada constituía um campo de trabalho significativo para as assistentes sociais locais. Contudo, o serviço social, na empresa, servia aos interesses do capital, contribuindo no exercício de controle da classe trabalhadora. A partir do momento em que o serviço social passou a posicionar-se a favor e em defesa da “classe que vive do trabalho”, na expressão consagrada de Maria Carmelita Yasbek, observamos uma significativa diminuição de postos de trabalho na área. Atualmente, em Londrina e região, poucas empresas utilizam, em seu quadro funcional, assistentes sociais.

No Informativo do CRAS, identificamos a preparação de uma atividade alusiva ao Dia do Assistente Social, em Londrina. A APAS/LDA organizou um jantar, com a presença de considerável número de profissionais. Na ocasião, o assunto do momento foi a futura instalação da Delegacia Seccional, cuja implantação se deu no dia 12 de dezembro de 1984 (ACERVO CRESS/PR, 05).

Outro evento destacado sobre a organização política da categoria na região de Londrina foi o “I Encontro de Assistentes Sociais de Prefeituras”, realizado em

30/11/1984, na prefeitura municipal de Ibiporã/PR, através da Divisão de Serviço Social do município, com o apoio da APAS/LDA e da Coordenadoria de Bem-Estar Social da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social (SESB). Participaram as cidades paranaenses de Ibiporã, Londrina, Cambé, Sertanópolis, Astorga, Florestópolis, Assaí, Arapongas e Centenário do Sul. Do encontro elaborou-se a construção de um documento formal, a ser enviado às autoridades competentes, com a seguinte proposta: “[...] a criação de uma Secretaria Estadual, para assunto específico de área social, através da qual será possível a realização de um trabalho mais condizente com a necessidade premente da maior parte da população” (ACERVO CRESS/PR, 10).

O secretário da saúde, Luiz Cordoni Júnior, assinalou: "Promopar, órgão vinculado à SESB, respondeu, concordando com a solicitação, mostra-se favorável à criação de uma Secretaria Específica para o atendimento social, como forma de garantir a definição de políticas” (ACERVO CRESS/PR, 10). O evento abrangeu várias cidades da região, que buscavam construir uma política pública. Manifestações coletivas são um importante mecanismo para atender as demandas sociais. A organização política da categoria, ao observar as necessidades sociais, contribuiu para a construção de uma política pública.

No Encontro Regional, já mencionado, a Delegacia Seccional de Londrina contou com parceria da APAS/LDA e do PROMOPAR, realizando o evento em 23 de agosto de 1986. Dois eixos foram trabalhados. O primeiro, sob o tema “Serviço Social e Conflito”, contou com os palestrantes: padre Alberto Panichella, Maria Clementina Colito, Ana Carolina Santini de Abreo, João Batista Filho e Luiz Antônio da Silva. O segundo eixo versou sobre o “Serviço Social e a Produção de Conhecimento”, com a presença de Odária Battini e Leni Vivian Branco (ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 04).

Durante as décadas de 1970 e 1980, vários eventos ocorreram em Londrina, atraindo profissionais de diversas cidades (E04, BEATRIZ, 2019). Tais eventos eram organizados pelo Departamento de Serviço Social da UEL, pelo Centro Acadêmico de Serviço Social, pela APAS/LDA e pela Delegacia Seccional. Eram voltados para as discussões teórico-metodológicas, prática profissional e organização política da categoria.

A segunda Delegacia Seccional implantada foi a de Cascavel. A organização política da categoria pode ser observada na nota de comemoração do décimo ano

do serviço social na cidade de Cascavel, que no período contava com quatorze profissionais. Em 1983, a cidade possuía as seguintes assistentes sociais: Eva Terezinha de Lima Tonello e Arlene B. F. Muzzolon (SESB); Deisy Maria Napoli Martins, Maria Antonieta A. Barros e Neide Barbosa Lopes (Obras Sociais); Elina Ruriko Adatilhara e Seili de Campos (Cooperativa de Cascavel (COOPAVEL)); Helena Paludo (Instituto Assistencial Meime (IAM)); Zélia Maria Hertel (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)); Princesa dos Campos e Gilda Mioko K. Kuss (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS)); Maria Helena Alves Nunes (SESI); Eliane Maria Grass (Fundação Telepar); Dulcéia Machado (PROMOPAR); Dervile João Leite (COPEL). A Delegacia Seccional de Cascavel, fundada em 07 de junho de 1986, teve a seguinte coordenação: delegada Jussara Walkowicz; tesoureira, Sílvia Lourdes Lemos; secretária, Noemi Esther Britts. A Delegacia esteve localizada na Avenida Souza Naves, 36. No ano seguinte, a Delegacia Seccional de Cascavel estava com a sua coordenação incompleta, devido a desligamentos e mudança de endereço de membros. Uma Assembleia foi convocada para o dia 29 de outubro de 1987, na qual ficou acordado que a Delegacia ficaria a cargo da assistente social Eliana Marcon e um grupo de assistentes sociais se revezariam, durante a semana, para o atendimento da categoria (ACERVO CRESS/PR, 15).

Em julho de 1989, a Delegacia Seccional de Cascavel foi desativada. Em 05 de setembro de 1989, foi realizada uma reunião com um grupo de profissionais, na cidade de Toledo, com o objetivo de verificar a possibilidade de transferir a Delegacia Seccional para a cidade. Na reunião, esteve uma representante do CRAS 11ª Região. Optou-se pelo aprofundamento da questão, junto à categoria, e estabeleceu-se, como referência, as assistentes sociais Roseli Terezinha Boll (Sadia) e Elizabeth Ganacin (Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda. (Coopagro)) (ACERVO CRESS/PR, 16). A Seccional de Cascavel só foi reaberta em 26 de abril de 2019.

A última Delegacia Seccional a ser criada foi a de Ponta Grossa. Poucas referências temos dessa Delegacia, constantes no boletim informativo do CRAS/PR. Identificamos a articulação de atividades realizadas pelo Centro Acadêmico (CA) da UEPG, em 1983, em conjunto com o Departamento de Educação daquela universidade. Na programação constou: Curso: Fenomenologia do Serviço Social, ministrado por Anna Augusta Almeida; Palestras: A Economia Brasileira, por José

Henrique de Farias (Ponta Grossa); A Economia do Ponto de Vista de um Trabalhador Sindicalizado, por José Grossi (São Paulo); A Sexualidade e os Preconceitos Sociais, por Martha Suplicy (São Paulo); O papel da Mulher na Sociedade Brasileira, por Eneida Coler (Ponta Grossa); Paineis: Manipulação Ideológica, coordenado por Zenilda Bruginski (Ponta Grossa) (ACERVO CRESS/PR, 05).

Em Ponta Grossa, do ponto de vista da organização política da categoria, localizamos uma atividade realizada em 1984, desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social da UEPG e pelas estudantes de serviço social, relativa à comemoração do Dia do Assistente Social, com as seguintes palestras: Serviço Social e Família, ministrada pela assistente social Lídia Maria M. R. da Silva; Participação da População no Governo do Estado do Paraná, com Antenor Ribeiro Bonfim, secretário extraordinário de assuntos comunitários; O Assistente Social e o Processo Decisório, tema tratado pela assistente social Odária Battini; Segurança Pública, ministrada por Luiz Felipe Haj Mussi, secretário de segurança pública do estado; Permanente Atualização do Assistente Social, pela assistente social Geralda Gertrudes Dijkstra (ACERVO CRESS/PR, 08).

Não identificamos a data de inauguração da Delegacia Seccional de Ponta Grossa. Em dezembro de 1986, foi eleita a nova diretoria da Delegacia e a posse, em 12/01/1987, contou com a seguinte composição: delegada, Zenilda Batista Bruginski; secretária, Cloris Regina de Freitas; tesoureira, Josiméia Aparecida Ferreira; suplentes, Ângela Ferri, Rosineide Aparecida Martineli, Ana Maria Kondrat e Márcia Valéria Farias (ACERVO CRESS/PR, 17). Em abril de 1987, uma assembleia deliberou pelo fechamento da Delegacia Seccional de Ponta Grossa (ACERVO CRESS/PR, 11).

Os boletins informativos do CRAS/PR, nossa única fonte disponível, também registraram a organização política da categoria nas cidades de Umuarama, Maringá e Rio Negro. Em Umuarama, noroeste do estado, a assistente social Sônia Armstrong Ruaro organizou, em outubro de 1982, um “Encontro de Assistente Social”, com o objetivo de trocar experiências e socializar informações sobre o IV CBAS. No Encontro, estiveram presentes as seguintes assistentes sociais: Marli de Fátima Macedo (IAM); Heloísa Menguel (SESB); Natália Gaudade (PROMOPAR) e Sônia Armstrong Ruaro. A avaliação foi positiva e o grupo se propôs dar continuidade aos encontros (ACERVO CRESS/PR, 04). Em Maringá, no ano de

1983, duas palestras foram realizadas: “O Serviço Social da Secretaria de Saúde”, por Nobuco Shinnai; “Adoção”, ministrada pela assistente social irmã Clarice Loli, do Juizado de Menores. Ainda ocorreu um coquetel de confraternização, registrado pela imprensa local (ACERVO CRESS/PR, 08).

Ainda em 1983, o boletim “CRAS Paraná Informa” divulgou uma nota sobre os espaços sócio-ocupacionais e suas profissionais, existentes em Maringá. A cidade contava com vinte e nove profissionais, em diversas áreas, a saber: Prefeitura Municipal, Vara da Família, Recanto de Menores, Guarda Mirim, Secretaria de Saúde Pública, 15º Distrito Sanitário, APAE, IAM, PROMOPAR, SESI, Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Fundação de Desenvolvimento Social, Fundação Telepar, COPEL e UEM. No mesmo ano, foi implantado o Grupo de Estudo, o qual tratava sobre assuntos de interesse de classe, troca de experiências profissionais e temas de serviço social. Participavam desse Grupo: Dirce Izabel Ramos (Guarda Mirim); irmã Clarice Loli (Vara da Família); Devanir Parra Casagrande (SESI); Eva Izabel da Silveira (COPEL); Lorelai Kellen Araújo (15º Distrito Sanitário); Maria Aparecida de Mello (Fundação de Desenvolvimento Social); Maria de Lourdes Azevedo Ferreira (IAM) (ACERVO CRESS/PR, 06).

Identificamos uma articulação interessante entre as assistentes sociais do estado do Paraná e Santa Catarina, envolvendo duas cidades de fronteira, Rio Negro/PR e Mafra/SC, através do Grupo de Estudos de Assistentes Sociais (GEAS). Promoveram o “I Seminário do Dia do Assistente Social”, no qual debateram os seguintes temas: Participação Social, ministrado pela assistente social Irene Nadrovski, da Rede Ferroviária Federal (RFFSA); Planejamento e Participação Comunitária, tema trabalhado por Norma Dickmann, da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha; Cooperativismo e Associativismo Como Forma de Participação Social, ministrado pelo engenheiro agrônomo Evandro Q. Goulart, da Associação Catarinense de Colonização e Reforma Agrária; Desenvolvimento de Comunidade, ministrado por Paulo Bernardi e a assistente social Ana Bonassa, da Fundação Catarinense de Desenvolvimento Comunitário; O Papel do Homem na Política Pública, pela assistente social Célia Bueno Franco, da APAE (ACERVO CRESS/PR, 04).

O histórico do serviço social e a organização política da categoria no Paraná foram aqui esboçados, com base na pesquisa documental realizada na sede do CRESS/PR, em Curitiba, e na Seccional de Londrina. Salientamos que o material

encontrado apresentou diversas lacunas, uma vez que apenas os boletins informativos, atas e certificados revelaram aspectos de interesse da pesquisa. Foi possível elencar eventos que mobilizaram as profissionais em diversas regiões do estado, como os Encontros Regionais, o I Simpósio Paranaense de Serviço Social Des-Encadeando..., os Grupos de Estudo e os eventos de cunho regional. No entanto, a natureza lacunar desses boletins não permite um melhor detalhamento das informações e das profissionais que fizeram parte da história do serviço social paranaense. É provável que, com a falta de sistematização e de preocupação relativa à memória e ao registro histórico da categoria, muitos documentos importantes se perderam ao longo do tempo. Registramos que, apesar das limitações de tempo e de condições materiais da nossa pesquisa, muitos arquivos e documentos encontram-se no CRESS/PR, aguardando uma sistematização e correto tratamento arquivístico, sob pena de perda da memória histórica da profissão.

Vimos como se deu, ainda que sucintamente, a organização política da categoria, a nível nacional e estadual. Seus impactos fizeram-se sentir em Londrina, cidade na qual, desde sua fundação, a questão social esteve presente de maneira dramática. Como em outros lugares do país, as assistentes sociais londrinenses encetaram uma árdua jornada, visando a construção da organização política e a defesa da profissão. As experiências, vivências, desafios, dificuldades, avanços e retrocessos de algumas dessas profissionais serão o objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO III – O SERVIÇO SOCIAL EM LONDRINA NA ÓTICA DAS PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS: SURGIMENTO DA PROFISSÃO E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA

Pretendemos, nas linhas que seguem, apresentar o surgimento do serviço social em Londrina, considerando a questão da organização política da categoria. As entrevistas aqui elencadas constituem o ponto fulcral da nossa pesquisa. O grupo selecionado das profissionais entrevistadas foi levantado a partir de indicações das assistentes sociais que participaram do processo de organização política da categoria em Londrina. A localização das atas e dos documentos da AASNP proporcionou a identificação dos nomes das profissionais que participaram daquele momento. Além disso, as primeiras profissionais entrevistadas relataram a existência e a relevância da APAS/LDA no processo da organização política da categoria local. A pesquisa junto à Seccional de Londrina identificou documentos que apontaram os nomes constituintes da primeira diretoria da instituição. As atas da Seccional também indicaram outras profissionais. Ao final dessa etapa da pesquisa, estabelecemos o número de doze profissionais para a confecção das entrevistas.

Do levantamento inicialmente planejado, não foi possível localizar o contato de algumas profissionais apontadas nos referidos documentos. Outras profissionais, de forma peremptória, negaram a sua participação na pesquisa. Uma delas, além de recusar seu depoimento, afirmou, literalmente, “você está mexendo em assunto morto e enterrado”. Uma profissional chegou a agendar a entrevista. Contudo, sem maiores explicações, cancelou o depoimento. As entrevistas aqui apresentadas foram referenciadas da seguinte maneira: E01 a E12, com o indicativo de um nome fictício, conforme detalharemos abaixo.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e submetidas à análise. Ao trabalhar com as transcrições, foi possível estabelecer a existência de duas “gerações” de assistentes sociais em Londrina, do ponto de vista da organização política da categoria: a primeira geração foi constituída pelas profissionais que desbravaram o campo e construíram as primeiras organizações profissionais no Norte do Paraná (Grupo de Estudo de Assistente Social de Londrina (GEASL), o curso de serviço social na UEL e a tentativa de implantação da AASNP); a segunda geração constituiu-se com a formação do CASS, da APAS/LDA e da Delegacia Seccional de Londrina. Essas duas gerações apontadas não foram

estanques, mas estabeleceram inter-relações, uma vez que as profissionais partícipes da primeira geração também contribuíram nas ações da segunda.

Optamos por referenciar as profissionais entrevistadas com números e nomes. Os nomes preservam o anonimato das mesmas e foram escolhidos de acordo com uma obra da professora Lídia⁴⁷. Nesse trabalho, a autora homenageou as mulheres que fizeram parte da sua história. Resolvemos “plagiar” tal iniciativa, atribuindo às profissionais entrevistadas os nomes das mulheres de nossa família. Os números indicam a ordem das entrevistas, para fins de sistematização.

As entrevistas serão trabalhadas a partir de três eixos de análise. No primeiro eixo, buscaremos entender a formação do quadro profissional de Londrina, aspectos da luta pela profissão, a importância da regulamentação profissional e as entidades caritativas e sua relação com o serviço social nascente em Londrina. No segundo eixo analítico, a organização política da categoria será apresentada, expressada nas articulações desenvolvidas pelas profissionais. No terceiro eixo, procuramos verificar as relações da organização política da categoria local com os movimentos nacional e estadual, visando entender os reflexos desses movimentos na criação dos grupos e entidades de Londrina, na perspectiva da defesa da profissão.

As entrevistas constituíram nosso documento principal sobre a organização política da categoria local. As falas serão trabalhadas na perspectiva de Antônio Paulo Benatti. Para ele, as fontes orais devem ser problematizadas, pois revelam aspectos não mencionados nos documentos escritos fornecido pelo passado. O autor considerou: “[...] utilizo as fontes orais não apenas para preencher lacunas documentais, mas para ‘iluminar’ pontos obscuros e colocar questões que possam fornecer outros ângulos que não aqueles da negatividade moral, construída pelos discursos, mais diretamente comprometido com o poder. [...]” (BENATTI, 1999, p. 07).

3.1 A Formação do Quadro Profissional de Londrina: a construção do espaço sócio-ocupacional

A construção política e social do Norte do Paraná efetivou Londrina como um polo de referência, o que também ocorreu no serviço social local. A exploração

⁴⁷ SILVA, Lídia Maria Monteiro R. **Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia**. São Paulo: Cortez, 1982.

capitalista acirrou a questão social, conforme já abordamos, em um processo que fomentou o surgimento do serviço social em Londrina.

Um dos melhores exemplos que expressam a questão social e o confinamento das “classes perigosas” é a prostituição. Analisando a história e a memória da prostituição no município de Londrina, entre as décadas de 1940-1970, Leme (2005) assinalou que as profissionais do sexo eram obrigadas pela sociedade e pelo aparelho repressivo policial a obedecer a horários, territórios e espaços. Essas mulheres eram impedidas de frequentar os espaços centrais da cidade de Londrina, sobretudo aqueles destinados às elites locais, tudo em nome da “moral, da família e da defesa dos valores cristãos”. Apesar do discurso moralizante e “cristão”, Londrina foi considerada uma das maiores aventuras prostitucionais do país.

Arias Neto (2008) considerou o zoneamento e o controle dos espaços públicos da cidade, alegando que à elite local estavam reservados os melhores locais. Apontou ainda que, conforme a cidade foi crescendo, outras preocupações também vieram com a chegada de novos moradores. Criou-se um código de posturas moderno, o qual passou a controlar e disciplinar os espaços sociais, do ponto de vista físico e moral. O poder municipal controlava as festas públicas e determinava o que podia ou não ser realizado, valendo-se de um discurso conservador, em defesa da “moralidade”. A prefeitura exigia licença “aos comércios, casas de diversão e similares” e determinava inspeção sanitária e policial nesses espaços. Além disso, controlava os lugares públicos frequentados pela classe trabalhadora, como: “[...] Banho de rio, córregos e lagoas [...] batuques, congadas e divertimentos congêneres [...]” (ARIAS NETO, 2008, p. 109-111).

Para o autor, a elite londrinense utilizou o discurso da modernidade e da cientificidade para manter-se no poder, “[...] produzindo para si, portanto os melhores espaços de habitação, lazer, trabalho e associação pública [...] as vilas continuaram abandonadas à sua própria sorte com problemas infra-estruturais gravíssimos [...]” (ARIAS NETO, 2008, p. 114).

Nos anos 1950, obras públicas de vulto foram realizadas, como a ampliação da rede de abastecimento de água e saneamento e a pavimentação de ruas (na região central, evidentemente). Outras obras foram efetuadas no mesmo período, que viriam a se tornar marcos referenciais da cidade: o Lago Igapó, a Concha Acústica, o aeroporto e as obras assinadas pelos arquitetos Vilanova Artigas e Cascaldi.

Segundo Gallo e Macedo (2017), embora as construções dos casarões da avenida Higienópolis⁴⁸ sejam da década 1940, a década de 1950 foi um período de destaque para a elite local. A arquitetura moderna expressou-se nas obras de João Batista Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, arquitetos trazidos pela Sociedade Amigos de Londrina (SAL), grupo formado pela elite cultural e econômica da cidade. Dentre as obras desses dois ícones do capital local, destacamos os projetos do Cine Ouro Verde, o Edifício Autolon, a Casa da Criança⁴⁹, a ampliação da Santa Casa, os vestiários do “Londrina *Country* Clube” e a residência do então prefeito Milton Menezes. Para os autores, as referidas obras expressaram o “[...] desejo de afirmação de uma elite em ascensão no tempo do ‘milagre’, parece se materializar somente na arquitetura” (GALLO; MACEDO, 2017, p. 13).

Em meados da década de 1950 e início da de 1960, foram criadas, em Londrina, as faculdades, conforme a tabela 04 abaixo destaca:

Tabela 04: Ensino Superior de Londrina – década 1960

Ano de fundação	Instituições
1956	Faculdade Estadual de Direito de Londrina (FEDL)
1956	Faculdade Estadual de Filosofia e Letras (FAFILO)
1962	Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina (FEOL)
1966	Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina (FECECOL)
1967	Faculdade de Medicina do Norte do Paraná (FMNP)

Fonte: CAMPOS, 2018.

Entre as décadas de 1940-1960, a elite londrinense construiu seu poder político e financeiro, efetuando também atendimentos “filantrópicos”, baseados na “caridade cristã”. Construções arquitetônicas “modernas”, ostentação da riqueza,

⁴⁸ Também conhecida como “Lágrimas de Lavrador”, pois abrigava os casarões dos latifundiários locais do café (LEME, 2005, p. 40). Arias Neto destacou que o termo foi citado pelo jornalista Edison Maschio (ARIAS NETO, 2008, p. XIII).

⁴⁹ A Casa da Criança foi o exemplo típico da relação entre o poder público e as associações filantrópicas da cidade. Inaugurada em agosto de 1955 e financiada por verbas da prefeitura e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), seu atendimento destinava-se às crianças e à educação das mães. Ver: SILVA, Bruno Sanches Mariante da. Assistência e materialismo em Londrina: a “Casa da Criança” (1955 – 1969). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA SIMPÓSIO TEMÁTICO 18: Assistência e pobreza: novos desafios historiográficos. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434294882_ARQUIVO_texto_anpuh2015.pdf Acesso: 02 fev. 2020.

presença nas faculdades e o exercício da “filantropia” eram os distintivos dos donos do poder em Londrina.

Em 1963, foi criado, pelo governo federal, o Estatuto do Trabalhador Rural⁵⁰. Mais tarde, a contradição progresso/miséria, que sempre esteve presente em Londrina, ampliou-se no final década de 1960. Colito (1987, p. 22) assinalou que foi o período da erradicação dos cafezais na região, processo que alterou a economia local, sob a justificativa da geada. Seguiu-se um processo de êxodo rural e o consequente aumento populacional na cidade de Londrina, ampliando ainda mais os problemas sociais e econômicos.

Luciana, profissional entrevistada, relatou que, adolescente no período mencionado, trabalhou em uma entidade filantrópica do município. Recordou que, após o Estatuto do Trabalhador Rural, muitos dos empregados das fazendas foram dispensados de seu trabalho, sem nenhuma indenização trabalhista. Essas famílias chegavam à cidade sem perspectivas, permanecendo por três dias no albergue. Após a estadia no albergue, a rua era o destino:

[...] começou o êxodo rural [...] as famílias vieram para Londrina e ficam sem ter para onde ir. Dormiam os três dias no albergue e, assim, muitas famílias tiveram o rompimento de vínculo ali, naquela rodoviária [hoje Museu de Arte de Londrina]. Filhos saíram para longe dos pais, começaram a pedir esmolas. Encontraram outras pessoas que fizeram com que essas crianças conhecessem um outro mundo e começaram a se perder. E as primeiras favelas: já tinha o “Pito Acesso”, e aí só foi crescendo as outras favelas [...] (E02, LUCIANA, 2019).

O Estatuto do Trabalhador Rural legislava e regulamentava as diversas formas de contrato existentes no período, identificando “[...] toda pessoa que presta serviço a empregador rural mediante a salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte em dinheiro e parte *in natura* [...]”. A lei reconheceu o trabalho rural como trabalho assalariado, incluindo o trabalhador na proteção social e exigindo que todo trabalhador rural, maior de 14 anos, fosse registrado, com carga horária de oito horas diárias, com direito a aviso prévio, à estabilidade, repouso semanal, férias remuneradas e com base salarial do salário mínimo regional. Para trabalhadores menores de 16 anos, o valor a ser pago seria metade do salário mínimo (ESTATUTO, 1963). Destacamos que a legislação trabalhista criada no começo dos anos 1940 não contemplava os trabalhadores rurais.

⁵⁰ Lei nº 4.214, de 1963.

O Estatuto (1963) permite considerar que, ao reconhecer o colono ou o meeiro como trabalhadores, foram inclusas na legislação trabalhista pessoas que eram apenas “agregados”, dispensáveis a qualquer momento pelo dono da terra. A forma de exploração do trabalhador rural não se dava apenas sobre o indivíduo, mais também sobre a sua família, que contribuía, sem receber por isso, nas atividades laborais. No entanto, a remuneração era direcionada a um único membro da família. Quando a Lei estabeleceu que todos deveriam ser reconhecidos e remunerados, enquanto trabalhadores, houve uma oposição ferrenha dos latifundiários. Em uma sociedade de tradição escravocrata e de base agroexportadora de produtos primários, reconhecer o trabalhador rural foi e continua sendo um “crime de lesa poder” contra os donos dos campos.

Caio Prado Junior, em 1963, escreveu um artigo sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, assinalando que tal regulamentação apresentava ganhos. Porém, a redação da lei desmobilizaria a luta no campo, uma vez que se verificavam várias classificações de contratos de trabalho. Para ele, não se tratava da reforma agrária e nem versava sobre a concentração de terras. Era uma lei de cunho reformista (PRADO JR., 1963, p. 63).

Em Londrina, o Estatuto do Trabalhador Rural também causou conflitos e contribuiu para o êxodo rural. Além dele, os reflexos da “Guerrilha de Porecatu” e a suposta presença de comunistas na região, desde a década de 1950, incluindo ainda as justificativas climáticas. Todos “belos” pretextos para a reestruturação dos latifúndios do Norte do Paraná, ou seja, um processo de mecanização e de uso de pouca e mal remunerada mão-de-obra.

As diversas formas da expressão da questão social vivenciada em Londrina foram impulsionadas pelo êxodo rural, ocasionado pela aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural. O espetáculo da miserabilidade passou a ser mais explícito, ultrapassando a capacidade de ação de controle social, expressada através da caridade e da repressão policial. Essa conjuntura proporcionou a chegada do serviço social na cidade.

Na década de 1960, conforme registrado por Baptista (2006), as primeiras assistentes sociais chegaram a Londrina. Beatriz assevera que o surgimento do Serviço Social, em Londrina e região, ocorreu de uma demanda:

É essa demanda, na verdade, ela expressava concretamente a questão social, que tinha dominância na conjuntura da época, porque o café [...] tomava significativa força. Logo em seguida, a própria tecnologia foi se desenvolvendo e houve uma imigração muito forte do campo para a cidade. Então, os bolsões de pobreza no entorno da cidade se instalaram, através das favelas, que na época nós chamávamos de sociedade marginalizada; era a população marginalizada, que precisava ser integrada ao sistema vigente (E04, BEATRIZ, 2019).

O depoimento deixou nítida as vulnerabilidades sociais, presentes na cidade, o que intensificou a demanda por profissionais de serviço social. Destacamos também a concepção teórica do período, entendida como “integrar os marginalizados no sistema”. Um serviço social que identifica, no indivíduo, a culpabilidade pela situação de vulnerabilidade social, isentando o sistema capitalista.

Na continuação do relato, Beatriz assinalou que durante a gestão do governo de Paulo Pimentel⁵¹, implementou-se o programa estadual de organização da “Política de Assistente Social”, coordenado pelas assistentes sociais Myrian Veras Baptista e Eva Maria Neia Cheffer. O programa terminaria após a gestão em questão. Em 1969, Beatriz aceitou a coordenação do Núcleo Social de Maringá, tornando-se a primeira assistente social da cidade. A profissional entrevistada relatou que tal pioneirismo trouxe a percepção de solidão profissional: “Eu queria ter contato e discutir e estudar e me organizar com a categoria profissional” (E04, BEATRIZ, 2019).

No mesmo ano, ela descobriu o Grupo de Estudo de Assistentes Sociais em Londrina (GEASL), coordenado pela assistente social Lúcia Maria Pereira, responsável por implantar o serviço social na Secretaria de Bem-Estar Social do município:

[...] grupo de estudo em Londrina, com seis (06) assistentes sociais na época, esse grupo se reunia uma vez ao mês, sobre a coordenação da Lúcia Maria Pereira, [cujo objetivo] era para a gente discutir coisas do serviço social, ver como cada um trabalhava em seu campo específico de trabalho, que era: saúde, empresarial, políticas públicas. Então, a gente participava; sempre uma vez por mês eu vinha para cá [Londrina]. Delícia, eu vinha, a gente lia, discutia, pegava livros e discutia a prática profissional. Aí, eu ia embora para Maringá e ficava lá um mês (E04, BEATRIZ, 2019).

Observamos que o grupo de estudo fez parte da prática das profissionais desde os primórdios do serviço social em Londrina, sendo uma das estratégias utilizadas pela ABAS para ampliar saberes e lutar pelo reconhecimento da profissão.

⁵¹ Governador do Paraná, entre janeiro de 1966 a março de 1971.

Beatriz (E04, 2019) salientou ainda que, em 1971, com o fim do programa estadual aludido, seu contrato foi finalizado e ela retornou para sua cidade natal. No início de 1972, ela foi procurada por Lúcia Maria Pereira para atuar na Prefeitura Municipal de Londrina (PML), que na ocasião estava contratando assistentes sociais (é importante lembrar que, neste período, não havia necessidade de concursos para o ingresso nas instituições públicas). Beatriz (E04, 2019), que já conhecia a região e o trabalho que estava sendo desenvolvido, pôde “[...] contribuir com as políticas públicas e o com o serviço social da cidade”. Apontou a década de 1960 (meados) como marco da instalação do serviço social em Londrina e apresentou a sua gênese:

[...] segunda metade da década de 1960, doze assistentes sociais se instalaram em Londrina, algumas acompanhando seus maridos; eram médicos, eram agrônomos, eram profissionais que vinham de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Norte, da Bahia; vieram para Londrina, porque Londrina era um município que estava em evidência muito importante, o café, a própria fundação da Universidade, que aconteceu em 1971; então, muitos profissionais que vieram para Londrina fizeram os concursos nestas instituições e aqui na UEL, e vieram para cá, com suas famílias. Aí, as assistentes sociais que chegaram se inseriram no mercado de trabalho (E04, BEATRIZ, 2019).

O GEASL, apontado por Beatriz (E04, 2019), era composto pelas profissionais, na sua maioria de Londrina, com duas integrantes, uma de Bandeirantes, outra de Maringá. Na tabela 05, abaixo, sistematizamos, conforme o relato da profissional Beatriz, algumas profissionais e seus respectivos espaços sócio-ocupacionais:

Tabela 05 - Primeiras Assistentes Sociais de Londrina e região

NOME	LOCAL DE TRABALHO
Darci Oliveira Ferreira	Ambulatório de Tuberculose
Elani Dália Matisqueira Luz	Instituto Londrinense de Educação Para Surdos (ILES)
Gabi Pompeu Hipólito Cacuri	Trabalhava na cidade de Bandeirantes
Ingrid Hoestl	Serviço Social de empresa: Cacique
Lúcia Maria Pereira	Prefeitura Municipal de Londrina, primeira assistente social
Luiza Chizui Tomita	Hospital Universitário (HU)
Maria Alexandrina Vargas Scalassara	APAE/Londrina

Maria Dora Rui Evangelista	Hospital Universitário, em 1972. Escritório de Aplicação Jurídica da UEL. Professora do curso de serviço social da UEL
Maria Izabel Silveira	Não exercia a profissão, mas participava do GEASL
Marisa Storani de Caiado Castro Ribeiro	Assistente Social da Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul (SUDESUL). Assistente Social da UEL. Professora do curso de serviço social da UEL
Odária Battini	Assistente Social em Maringá. Assistente Social da PML. Professora do curso de serviço social da UEL e PUC/PR
Rose Mary Souza Serra	Assistente Social da Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul (SUDESUL). Assistente Social do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Professora do curso de serviço social da UEL e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Sônia Maria de Carvalho Fraga	Professora do curso de serviço social da UEL

Fonte: a autora.

Para Beatriz, a organização política das profissionais de serviço social, em Londrina, ocorreu conjuntamente com a criação e implantação do serviço social nas instituições mencionadas na Tabela 05. Antes delas, a cidade desenvolvia apenas ações de “[...] filantropia, assistencialismo, as igrejas e as ‘Senhoras de Sociedade’, enfim, eram capitaneadas pela esposa do prefeito, a primeira dama; então, a assistência social, sob o prisma da filantropia, era atendida assim” (E04, BEATRIZ, 2019).

Pode-se afirmar que Londrina tem a marca da filantropia. O jornalista Edison Maschio escreveu o primeiro romance ambientado em Londrina, no ano de 1959, momento em que a cidade comemorava o seu jubileu de prata. Seus personagens denotaram características da “alta sociedade” londrinense do período, o que ajuda a refletir sobre a filantropia e o *status* social dela advinda:

Walkíria fazia gastos exagerados, o que desapontava o seu pai. Mas nunca discutiam. Como cidadão que fizera fortuna rapidamente em Pequena Londres, o pai engrandecia-se com o prestígio da filha na sociedade. Era bajulada pelas virtudes de jovem bondosa, que jamais negara apoio a uma obra filantrópica, ou deixara de comparecer a um compromisso social. Sociedade custava dinheiro. Portanto, precisava gastar para ficar plantada nos degraus da luminosa galeria (MASCHIO, 2011, p. 41).

“Obra filantrópica” é entendida aqui no sentido de prestígio social, um véu tênue que cobre uma elite hipócrita e hedonista. O livro de Maschio, ao ser lançado,

caiu como uma bomba na cidade e o autor, diante das ameaças que recebeu, buscou o exílio na cidade de São Paulo.

Para Luciana (E02, 2019), em Londrina, as “voluntárias da sociedade reinavam”, quando o assunto era assistencialismo, verdadeiras “oficiais” na hierarquia do exército da caridade:

[...] as próprias assistentes sociais que viveram neste período tiveram muita dificuldade. Por que quem é que reinava? Eram as voluntárias da sociedade [...] então elas tinham uma outra linha [...] Mas era assim [faz gestos com as mãos, mostrando a diferença hierárquica] [...] [voluntários] aqui e você lá embaixo [...] (E02, LUCIANA, 2019).

A profissional Simone lembrou que as “damas de caridade” eram vinculadas à igreja. Destacavam-se duas figuras na cidade, que direcionavam as ações assistencialistas: o bispo e o prefeito. Relatou a entrevistada que

[...] o bispo falava, o grupo da igreja saía buscando fazer. Inclusive o bispo falava com o prefeito e o convencia do apoio necessário do que tinha para fazer. Então, neste sentido, tudo acabava nascendo da igreja católica, evangélica; durante muitos e muitos anos, quem cuidava de pessoas com deficiência, de idoso, de criança, de educação infantil, mendigo, trecheiro, alcoolista, era a igreja, antes da própria prefeitura [...] (E03, SIMONE, 2019).

Simone exemplificou o poder assistencialista da igreja, relatando a criação de uma das creches na cidade, na qual “[...] Dom Geraldo Fernandes chamou as mulheres, as damas de caridade, para implantar, para dizer que tinham que cuidar das crianças pobres, filhas das mães que moravam nas favelas e que tinham que trabalhar (E03, SIMONE, 2019).

Na perspectiva do poder por trás da caridade, Beatriz (E04, 2019) assinalou que a lógica assistencialista instituída em Londrina seguia a nacional, na qual o Estado delegava às famílias abastadas o atendimento das demandas sociais, ação que dava às “damas da sociedade” uma projeção social e política. O assistencialismo praticado pelas damas tocava trombetas e a mão direita sabia sempre o que fazia a “sinistra”⁵²:

[...] contava [as damas da sociedade] com a estrutura institucional de organização da sociedade; ao mesmo tempo que elas atendiam as demandas sociais das famílias, garantiam o voto para os maridos delas. E por outro lado, a segunda perspectiva era que elas recebiam muito recurso do Estado, tanto do governo federal, estadual e municipal; então, elas manipulavam um grande dinheiro público, no sentido do atendimento (E04, BEATRIZ, 2019).

⁵² Cf. Evangelho de Mateus, capítulo 6, 1-4.

A caridade atuava como meio de controle sobre a população vulnerável, uma vez que a elite decidia qual família teria acesso aos benefícios oferecidos. “Famílias beneméritas” tornavam-se conhecidas, o que rendia dividendos para as indicações a cargos públicos em períodos eleitorais. Beatriz (E04, 2019) destacou que o recurso utilizado por tais “ações filantrópicas” era obtido por meio de subvenção pública, na clássica e histórica confusão da relação entre o público privado no Brasil. Não raras vezes, a população usuária não era devidamente atendida. Uma caridade seletiva, que não entendia a população alvo como sujeitos de direitos e que condicionava o atendimento à normas, regras e ao voto.

A falta de planejamento urbano e o grande aumento populacional, na década de 60, provocado expressivamente pelo êxodo rural, agravou a conjuntura social da cidade. Podemos verificar tal processo, através da tabela abaixo:

Tabela 06 – População de Londrina (1950-2000)

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
População. Rural	37.182	57.439	64.573	34.771	23.424	16.432	13.696
População. Urbana	34.230	77.382	163.528	266.940	366.676	396.121	433.396
Total	71.412	163.528	228,101	301.711	390.100	412.553	447.065

Fonte: Silva, 2008.

Como podemos verificar na Tabela 06, houve o aumento da população urbana, ao mesmo tempo em que a rural diminuía significativamente. Processo que desnudou a questão social na cidade e abriu oportunidades para uma categoria profissional. Beatriz (E04, 2019) afirmou que a profissão surgiu em Londrina “[...] a partir de uma necessidade, não foi, tipo assim, ai que lindo, vamos organizar ali um grupo das meninas e vamos montar o Serviço Social! Teve uma demanda”.

Silva e Battini (2008) destacaram que a cidade de Londrina foi o município com o maior número de profissionais, entre 1968-1978, alocadas nas áreas: saúde, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), empresas, Serviço Social da Indústria e do Comércio (SESI e SESC),

Companhia de Habitação de Londrina (COHAB/LD), nos órgãos do estado e do município, além de estarem presentes em algumas entidades filantrópicas.

As profissionais de serviço social que aqui chegaram tiveram que lutar para conseguir seu espaço de trabalho e respeito profissional. Organizaram-se, criando, inicialmente, o GEASL, o qual traçou estratégias para o fortalecimento do grupo em questão e da categoria.

Cabe resgatar que, no começo da década de 1960, a categoria profissional passou a ser reconhecida nacionalmente como profissão, criando o Conjunto CFAS/CRAS. Em 1963, o CRAS 10^a Região foi implantado, integrando os três estados do Sul do país. Nesse mesmo período, em que ocorria o “Movimento de Reconceituação”, no cenário nacional, do ponto de vista da categoria, foi que a cidade de Londrina recebeu as primeiras profissionais. O GEASL foi uma estratégia para enfrentar os desafios daquele momento. Para Beatriz (E04, 2019), “[...] é importante a gente localizar que houve essa organização espontânea dos assistentes sociais em cima destes grupos [...]”.

Através do desenvolvimento da pesquisa, identificamos que a defesa da profissão ocorreu através da organização da categoria na cidade, com destaque para dois pontos: a regulamentação da profissão e a luta para que a cidade contasse com uma representação oficial local. Sobre a regulamentação da profissão, a maioria das profissionais entrevistadas considerou a defesa da profissão o fator primordial. Beatriz (E04, 2019) afirmou a relevância da Lei que regulamentou a profissão:

[...] A legislação garante isonomia, reconhecimento e autoridade de qualquer profissão[...] ela precisa ser reconhecida pelo Estado, ela precisa ser reconhecida por outras categorias profissionais, ela precisa ser reconhecida nas universidades, ela precisa ser reconhecida até para fazer um concurso público, porque se a Escola não está regulamentada, se o curso, o projeto de formação profissional, não está regulamentado, como é que você qualifica e reconhece o seu diploma para você se inserir no mercado de trabalho? Então, ela tem uma série de elementos importantes que são fundamentais [...] (E04, BEATRIZ, 2019).

Para a profissional entrevistada, a regulamentação e o reconhecimento da profissão é uma forma de garantia de formação e de espaço de trabalho, o que constituiu uma etapa importante para o estabelecimento de uma metodologia profissional. Beatriz ainda explicitou o desejo daquelas profissionais em demarcar a especificidade da categoria:

[...] a gente queria manifestar concretamente a diferença entre a filantropia, a assistência social voluntária e caritativa, do exercício profissional do

serviço social e a função; e como se dizia na época, o papel do assistente social no âmbito das políticas públicas (E4, BEATRIZ, 2019).

Em uma cidade na qual a filantropia era enraizada e utilizada pela elite local como instrumento de ascensão social e de prestígio, foi necessário o posicionamento das profissionais, no sentido de buscar desenvolver uma metodologia de trabalho qualificado, bem como conquistar espaço profissional. A disputa por um modelo de política social começou a ser desenhada na cidade. Daí, a relevância do GEASL “[...] éramos um grupo combativo, a gente queria uma organização da classe trabalhadora, enquanto nós a representávamos no contexto de Londrina [...]” (E04, BEATRIZ, 2019).

O GEASL fortificou-se e buscou o reconhecimento junto às instituições de representação profissional existentes, objetivando colocar-se enquanto profissão em um local no qual a filantropia estava enraizada. Significativa é a vinculação do Grupo com a classe trabalhadora, reflexo das novas tendências construídas a partir do Movimento de Reconceituação.

Silva e Battini (2008, p.132) afirmaram que, em 1971, o grupo das assistentes sociais de Londrina foi reconhecido formalmente pelo CRAS 10ª Região, através do Ofício nº 79/1971, assinado pelo presidente da instituição, assistente social Jorge Gilberto Krug, e pela delegada representante do Paraná, Lizete Iracema Klever. O documento também referendou Lúcia Maria Pereira como representante do CRAS 10ª Região para o Norte do Paraná. Beatriz assinalou que tal reconhecimento foi uma conquista direta do GEASL, que presenciou a posse de

[...] Lúcia Maria Pereira como representante da região norte do Paraná junto ao CRAS; isso na verdade foi importante, porque **foi a primeira manifestação formal de reconhecimento da representação da categoria profissional dos assistentes sociais aqui na região norte**, em agosto de 1971 (E04, BEATRIZ, 2019, **grifo nosso**).

Entendemos que, no contexto municipal, a presença de uma representação do CRAS 10ª Região era de fundamental importância, o que colocou em evidência o GEASL no cenário estadual. De acordo com Silva e Battini (2008), esse fato constituiu o embrião da organização política da categoria na região norte do estado. Em um primeiro momento, a organização das profissionais ocorreu apenas por afinidade, visando a capacitação individual. No segundo, o grupo entendeu a importância de se ter um reconhecimento para a profissão, através da representação no conselho de profissão.

O grupo organizou-se e ampliou os espaços de atuação, contribuindo para a implantação do curso de serviço social na Universidade Estadual de Londrina. Outros espaços de luta para a defesa da profissão foram criados na cidade, resultado das ações e discussões do GEASL, como por exemplo a tentativa de construção da AASNP. Até aqui, identificamos a atuação da “primeira geração” de profissionais na cidade. A “segunda geração” vai dar continuidade ao processo de organização política da categoria, efetuando diversas movimentações, que terão como resultado a articulação das estudantes de serviço social, a formação da Associação Profissional de Assistente Social de Londrina (APAS/LDA) e a fundação do CRESS Seccional de Londrina.

3.2 As Construções da Organização Política da Categoria Local: as profissionais em articulação.

Procuramos demonstrar, nas linhas acima, a chegada do serviço social em Londrina, as dificuldades enfrentadas pelas primeiras profissionais e as estratégias de fortalecimento da categoria, através da criação do GEASL. Com a implantação do curso de serviço social, outros grupos surgiriam, o que foi relevante para a construção da organização política da profissão local: o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS), a tentativa de implantação da AASNP, a fundação da APAS/LDA e o estabelecimento do CRESS/Seccional de Londrina. Neste segundo eixo de análise, trataremos do surgimento dos espaços referidos e de suas lutas. A UEL e o CASS serão abordados, privilegiando o enfoque da organização política das assistentes sociais na defesa da profissão.

Conforme o depoimento da profissional Beatriz, o GEASL foi composto pelas fundadoras da profissão em Londrina. Grupo combativo na luta pelo reconhecimento da profissão na cidade, destacou-se também no cenário paranaense, sendo fundamental para a criação do curso de serviço social na UEL. A Universidade Estadual de Londrina foi fruto de uma aproximação sociopolítica do governo do estado do Paraná com o interior. Sua fundação ocorreu a partir da Lei Estadual nº 6.034, de novembro de 1969⁵³, resultado da atuação de diversos grupos sociais e

⁵³ Implantou no interior do Paraná as três universidades estaduais: Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

políticos de Londrina e região. O Decreto nº 18.110, de 28 de janeiro de 1970, definiu a junção das cinco faculdades estaduais (ver Tabela 04) existentes na cidade.

Segundo Silva e Battini (2008, p. 124), a UEL organizou-se de forma inovadora para o período, em centros e departamentos. O curso de serviço social foi o primeiro a ser implantado em uma universidade pública no Paraná. Beatriz (E04, 2019) relatou que a UEL foi uma das “[...] primeiras universidades a serem criadas como *campus* universitário.”, de acordo com a legislação do período. Cabe lembrar que a UEL foi instituída durante a ditadura civil/militar (1964-1985)⁵⁴.

De acordo com Finatti (2007), o primeiro reitor da UEL foi Ascênsio Garcia Lopes. Entre as primeiras ações, solicitou um plano de assistência de saúde e uma estrutura de atendimento direcionados para trabalhadores e estudantes. Instalou-se a Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (COSASS), ligada à reitoria. Em 1972, a COSASS contava com duas divisões (saúde e serviço social).

Beatriz (E04, 2019) assinalou que a primeira assistente social da COSASS foi Marisa Storani de Caiado Castro Ribeiro, que realizava seu atendimento aos estudantes e trabalhadores da UEL, passando também a participar das discussões ligadas à reitoria: “[...] houve então a determinação de criar o curso de serviço social, e como a Marisa já estava dentro da universidade, já se relacionava com a reitoria, enfim, fez a proposta da criação do curso de serviço social aqui na UEL, 1971” (E04, BEATRIZ, 2019).

A assistente social da UEL ficou responsável pela construção do curso. Marisa Storani de Caiado Castro Ribeiro procurou José Pinheiro Cortez, que trabalhava na PUC/SP e coordenava a implantação dos cursos na região Sul:

[...] ele repassou toda aquela discussão com a Myrian Veras, que eles tinham feito o processo, que estavam implantando o curso de serviço social aqui, com a proposta, era o PDC com o governador Ney Braga, que era governador do estado do Paraná e fazia parte deste partido; e o José Pinheiro Cortez também fazia parte do partido; então eles se acertaram lá partidariamente (processo que foi interrompido em 1960) (E04, BEATRIZ, 2019).

⁵⁴ Para a questão da influência da ditadura civil/militar na UEL, ver: REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade de 1964-1984**. Londrina: EDUEL, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/ditadura%20militar.pdf> Acesso em: 29 fev. 2020.

Ao retornar à Londrina, a assistente social Marisa socializou a informação sobre a criação do curso na UEL e pediu a contribuição das demais integrantes do GEASL:

[...] ela voltou para Londrina e ela também participava deste grupo [GEASL] de debate, de discussão, que os assistentes sociais se reuniram; em uma das discussões, ela deu a notícias [sobre a] intenção da gente criar o curso; eu sou [Marisa] a coordenadora desse processo, eu gostaria de ter a contribuição de vocês. Ai então, o grupo começou a trabalhar para a construção do currículo, do projeto pedagógico e do plano institucional do serviço social na época de 1971 (E04, BEATRIZ, 2019).

Segundo Beatriz (E04, 2019), o GEASL dividiu as suas atenções em dois objetivos: a participação de todas, a fim de discutir “as coisas da profissão”; um grupo composto por poucas profissionais discutiriam a implantação do curso de serviço social.

Para as assistentes sociais que se colocaram na construção do curso, o desafio foi significativo, uma vez que não possuíam experiência na área acadêmica:

Eu lembro que quando começamos a discutir, a gente não sabia muito direito das coisas, porque a gente era profissional; eu trabalhava em comunidade, trabalhava com menor na época, FUNABEM, Lar Anália Franco, instituição de atendimento ao menor marginalizado, que chamava assim, a política nacional de bem-estar do menor. Então, a gente trabalhava nesta área, como todos os demais assistentes sociais, mas a gente foi estudar um pouco sobre currículo, fazer ementa, fazer plano de curso, organizar objetivo do curso, campo de estágio, enfim, a gente passou a estudar isso (E04, BEATRIZ, 2019).

Na etapa da elaboração dos documentos necessários para a criação do curso, elas sempre se encontravam nas residências das assistentes sociais:

[...] em nossas casas, porque a gente não era contratada pela UEL, nós tínhamos que fazer o plano pedagógico, disciplinas, bibliografia, o que dava no primeiro ano, no segundo ano, no terceiro ano, tudo nos tínhamos que fazer fora da UEL; eram feitas nas casas (cada dia na casa de uma) [...]. Então, a gente carregava, a reunião vai ser na casa de quem agora, na minha; então, catava todas aquelas coisas e levava, a próxima vai ser aonde, pegava todas as coisas e levava (E04, BEATRIZ, 2019).

Cada profissional baseou-se nos materiais do tempo da graduação, a fim de construir os parâmetros do curso. Para um melhor entendimento, buscaram a orientação com os

[...] materiais de quando era aluna, a gente foi na PUC/SP, conversei com a Miryan. Então, eu fui lá falar com ela, (perguntei) o que é disciplina? O que é grade curricular? A gente não sabia. Montamos o curso, foi ótimo (E04, BEATRIZ, 2019).

Observamos, no processo de criação do curso de serviço social de Londrina, a aproximação com a PUC/SP e a presença da professora Miryan Veras, que contribuíram, mesmo que de forma indireta, com a empreitada em questão. A profissional entrevistada ainda considerou que, com o processo de formação do curso, houve, após, a dispersão do GEASL: “[...] o grupo de assistentes sociais foi se dispersando e ficaram as assistentes sociais mais interessadas no processo de formação profissional” (E04, BEATRIZ, 2019). Identificamos aqui, além da dispersão do GEASL, um distanciamento entre as assistentes sociais que estavam na construção do curso de graduação e as demais que não participaram daquele projeto.

Concluído o projeto de construção do curso de serviço social da UEL, foi apresentado ao reitor o projeto, que seria aprovado:

[...] ele foi apresentado aqui, para a reitoria; foi aprovado. Depois foi levado ao MEC, foi aprovado e tem uma Resolução nº 100/1972, que cria o curso de serviço social na UEL. Tinha que ter uma portaria que criasse vários cursos, não foi só o curso de serviço social que foi criado, vários outros (E04, BEATRIZ, 2019).

Sobre o processo de formação do curso de serviço social, as profissionais entrevistadas informaram que a elaboração do projeto foi construída pelas assistentes sociais de Londrina, integrantes do GEASL. Desenvolviam suas atividades profissionais em áreas específicas das políticas públicas. As assistentes sociais, que se organizaram para aprimorar a formação e promover a defesa da profissão, foram as protagonistas no processo de criação do curso na UEL.

Beatriz (E04, 2019) asseverou que a “[...] implantação do curso estava vinculada a uma demanda colocada pela sociedade em Londrina e região”. O curso, de acordo com a profissional, foi implantado com excelência, cujo planejamento contava com o tripé: ensino, pesquisa e extensão, acrescido de mais um eixo fundante: “[...] nós montamos um curso lindo, nós fomos referência, a gente montou ensino, pesquisa, extensão e administração (E04, BEATRIZ, 2019). Fernanda (E10, 2019), discente de serviço social nas primeiras turmas, corroborando a assertiva de Beatriz, lembrou que o curso da UEL “[...] tinha muita força, porque tinha ensino pesquisa e extensão.”

O programa do curso, encontrado no Sistema de Arquivo da UEL (SAUEL), contava com as seguintes disciplinas específicas: Introdução ao Serviço Social; Teoria do Serviço Social; Ética Profissional; Serviço Social: Caso, Grupo e

Comunidade e Política Social. O curso também contava com professores de outras disciplinas: sociologia, antropologia, psicologia, economia, estatística, probabilidade, direito e legislação social, metodologia e técnica de pesquisa e comunicação (ACERVO DA SAUEL, 01). O corpo docente era composto pelas seguintes assistentes sociais: Marisa Storani de Caiado Castro Ribeiro, Lúcia Maria Pereira, Odária Battini, Sônia Maria Carvalho Fraga, Mara Rejane Alves M. Ribeiro, Nilza Maria Demétrio, Sílvia Elena Arias Cohl de Martinez Vera, Rose Mary Souza Serra, Eryl C. Pareja, Eliane de Souza Mussi e Darcy Oliveira Ferreira (ACERVO DA SAUEL 01). Segundo Beatriz (E04, 2019), o grupo de professoras elegeu, entre as pares, a “[...] primeira chefe de departamento do curso de serviço social foi a professora Sônia Maria de Carvalho Fraga [...]”.

O projeto de extensão, elaborado para o curso de serviço social, segundo Beatriz, foi pioneiro, “[...] o primeiro projeto de extensão foi o nosso, tanto é que nós do curso de serviço social fomos chamadas na reitoria para montar a política de extensão universitária na UEL”. (E04, BEATRIZ, 2019).

Foi desenvolvido um projeto, através do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC⁵⁵), que se realizava nos distritos de Paiquerê, Guairacá e Guaravera. Foi também utilizado como espaço de estágio para as discentes das primeiras turmas, conforme assinalou a profissional Rosana (E05, 2019), que estagiou no distrito de Paiquerê.

Um desafio, apontado por Beatriz (E04, 2019), era o campo de estágio. A filantropia e a caridade, enraizadas na cidade, representavam uma resistência ao serviço social, “[...] na época da constituição do curso [UEL], que tinha uma preocupação exatamente de fazer essa discussão com as dirigentes das instituições assistenciais, qual era a compreensão da profissão, enquanto política pública [...]” (E04, BEATRIZ, 2019).

A fim de sensibilizar as instituições filantrópicas sobre a necessidade das vagas de estágio, Rosana (E05, 2019) lembrou uma atividade realizada no Cine Teatro Ouro Verde:

[...] eu lembro que nós fomos fazer uma fala, no Cine Teatro Ouro Verde, uma das senhoras lá ficou ofendida. Foi tudo sendo explicado, ela achou

⁵⁵ O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) nasceu em 1965 e objetivava um treinamento de estudantes dos cursos de graduação das universidades. Era realizado nas áreas rurais. Disponível em: < fonte.ufsm.br/index.php/centro-rural-universitario-de-treinamento-e-acao-comunitaria

> Acesso em: 19 mar. 2020.

que estavam tirando o espaço dela, ela não entendeu nada, ela pegou a bolsa e foi embora. Quer dizer, então, não foi tudo lindo e maravilhoso não! A profissão sofreu resistência, eu acho que esse movimento de resistência das senhoras de caridade de Londrina, que tinham um nome, muito reconhecido pela sociedade, sentiram-se, no meu ponto de vista, um pouco ameaçadas com essa nova leitura da profissão do serviço social (E05, ROSANA, 2019).

Diante da resistência das diretorias das entidades, lembrando o quanto o assistencialismo estava enraizado na cidade, o colegiado do curso de serviço social aprovou o projeto da professora Sônia Maria de Carvalho Fraga, que, segundo Beatriz (E04, 2019) foi o “[...] primeiro curso [de qualificação para as entidades], e foi importantíssimo, nós fizemos no Fórum, onde hoje é a Biblioteca Municipal [...] depois trouxemos para a UEL”. Tal projeto tinha como objetivo a

[...] qualificação de entidades sociais, eram nove (09) entidades sociais existentes em Londrina, de atendimento à família, à criança e ao adolescente, pessoal da sopa que oferecia (sopa na rua), como até hoje tem, eram entidades que atuavam em Londrina e região e que, então, precisavam de qualificação (E04, BEATRIZ, 2019).

No processo de formação das assistentes sociais, o estágio sempre constituiu um momento importante. O curso da UEL articulou as vagas de estágio com as entidades filantrópicas existentes, que aceitaram a proposta, conforme podemos verificar na Tabela 07:

Tabela 07 – Campos de Estágios

CAMPOS	INSTITUIÇÕES
Comunidade	C.O.M.A.B ⁵⁶ CRUTAC Prefeitura de Cambé
Penitenciário	Projeto de implantação de serviço social junto a albergues
Menor	Lar Anália Franco Creche Santa Rita Creche Matilde Vicente Guarda Mirim
Família	Lar Esperança
Lazer	SESC
Previdenciário	Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
Empresarial	Cervejaria Skol Paraná Equipamentos
Escolar	Instituto de Educação Estadual de Londrina (IEEL)

⁵⁶ Sigla não especificada no documento.

Fonte: ARQUIVO SAUEL.

A abertura de campos de estágios foi, conforme destacado, um processo longo e difícil, no qual utilizou-se muitas estratégias, visando a sensibilização das entidades existentes, incluindo a utilização de um projeto de extensão universitária, algo que era incomum nos primórdios do curso na UEL.

As professoras do recente curso de serviço social da UEL logo perceberam a necessidade de qualificação. Em 1971, a PUC/SP havia inaugurado o primeiro curso de mestrado em serviço social do país, o que chamou a atenção do corpo docente da UEL. Beatriz relatou que a primeira a se inscrever foi a professora

[...] Lúcia [Maria Pereira] fez a inscrição dela no mestrado em 1972, e aí ela falou, então, vamos fazer mestrado, temos que nos qualificar; aí foi Odária, a Sônia Fraga, a Erly Pareja, Dora Evangelista, todas as professoras que estavam contratadas, com exceção da Marisa [Storani de Caiado Castro Ribeiro], todas as professoras que estavam contratadas começaram a participar do mestrado na PUC/SP (E04, BEATRIZ, 2019).

Novos saberes (e desafios) foram trazidos para o curso, a partir do advento da pós-graduação. No período, a maioria das professoras trabalhavam na UEL, com carga horária de 44 horas semanais. Segundo Beatriz (E04, 2019),

[...] na época, não tinha bolsa, nada destas coisas, a gente trabalhava 44 horas aqui, a gente passava um dia inteiro na PUC/SP, a gente ia em uma noite, assistia aula lá e voltava na outra noite. Aí, para a gente não ser descontado do salário, a gente trabalhava dois dias a mais para compensar o período que estava lá; e as aulas começavam às 7h20 da manhã. [...] a gente dormia à noite no ônibus, estudava o dia inteiro e pegava o ônibus à noite e voltava dormindo; e às 07h20, estávamos em sala de aula (BEATRIZ, E04, 2019).

A capacitação das professoras não era entendida, pela universidade, como um investimento na qualidade do ensino. As profissionais, sem nenhum suporte acadêmico, reorganizavam suas disciplinas e não interrompiam o andamento do curso. Desenvolveram uma exaustiva logística, na busca do aperfeiçoamento profissional. Para a profissional Simone, a aproximação com a PUC/SP trouxe outras conquistas:

A PUC/SP sempre teve uma grande base política, até porque ela era a primeira Escola, ela desencadeou muitos processos de debate político, de reflexão, de produção [...] lembro que nós tínhamos: o grupo do Maranhão, o grupo da UNB [Universidade de Brasília], o grupo de Minas Gerais, isso foi um processo muito legal [...] (E03, SIMONE, 2019).

Processo que contribuiu para o aprimoramento teórico, para a organização política e desenvolveu articulações com outros grupos do país, além da aproximação

com a vanguarda do serviço social nacional. Contudo, algumas discentes sentiram-se prejudicadas, quando as professoras passaram a conseguir licença para cursar o mestrado. Segundo Giovanna (E07, 2019), discente da então terceira turma do curso,

[...] todos os nossos bons professores, eles começaram a fazer mestrado, e com licença da UEL; aí o que aconteceu, a gente começou a perceber que pessoas que se formaram na primeira [turma] começaram a dar aula [...] a gente pegava as apostilas, ela pegava a apostila dela, ela reproduzia e dava para nós (E07, GIOVANNA, 2019).

Ela também identificou que suas dúvidas sobre o papel da assistente social não eram elucidadas:

E era assim a profissão, não tinha nenhuma divulgação, nenhuma atuação na época. Então, era assim, muita lacuna que a gente tinha, a gente atua no que? Fazendo o que? Essas perguntas que a gente, assim muitas dúvidas, o que realmente a gente fazia [...] (E07, GIOVANNA, 2019).

Para Giovanna, isso contribuiu para que um grupo de discentes se aproximasse dos movimentos estudantis, entre elas, Maria de Fátima G. Pimentel, Ednéia Machado e Eleonora Gomes Colli, futuras profissionais (Ednéia Machado integraria, anos depois, o corpo docente do curso). Destacamos aqui o vínculo entre o movimento estudantil e a organização política das assistentes sociais de Londrina.

A implantação da UEL, em pleno período ditatorial brasileiro, mesmo distante dos grandes centros do país, esteve sob controle. Conteúdos e estudantes eram vigiados, prática usual nas universidades durante a ditadura brasileira. No curso de serviço social da UEL, todas as profissionais entrevistadas declararam que viveram momentos de insegurança naquele período. Juliana (E01, 2019) relatou que, quando discente do curso, “[...] pegou o final da ditadura [...] era assim, tudo vigiado, a gente se reunia três, quatro [pessoas] para conversar, eles [bedel⁵⁷] já falavam: não pode ficar assim não!”. Rosária (E11, 2019) lembrou que quando “[...] estava ministrando aula, sempre tinha bedel atrás da porta [...]”. Silva e Battini, (2008, p. 131-132) assinalaram que o controle das assistentes sociais ultrapassava “[...] o muro da universidade, impedindo que aqueles tidos como subversivo ascendesse na carreira nos espaços socioinstitucionais”. Tal procedimento influenciava na produção acadêmica, causando vetos aos TCCs que seguiam uma linha crítica. Em 1978, a contratação da docente Lídia Maria fez-se mediante

⁵⁷ Bedel significa, no contexto da ditadura brasileira, censor, disciplinador, dedo-duro, alcaguete.

“atestado de bons antecedentes (políticos e ideológicos)”, emitido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Diante de uma atmosfera de censura, em 1972, ocorreu a primeira eleição do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Nova eleição foi realizada em 1973, vencida por um grupo conservador. Em 1974, o grupo conhecido como “Poeira”⁵⁸ conseguiu, através do voto, assumir a direção do DCE, mantendo-se na direção até o final de 1978 (PACHECO, 1997). Segundo a profissional Dionete (E12, 2019), quando discente do curso de serviço social, “[...] Maria de Fátima G. Pimentel era vice-presidenta do DCE do grupo Poeira [...] [também participava] a Ednéia Maria Machado”.

Simone relatou que, quando iniciou o curso, em 1976, ainda havia resquícios da ditadura. Contudo, vivenciou “[...] toda organização do movimento estudantil, do DCE, da repressão aos estudantes, da retirada da máquina de xerox [...] a luta pela gratuidade da universidade [...]”. Lembrou também os nomes que estavam à frente do DCE naquele momento: “[...] Cheida, Marque Fabiane, o Marcelo Oikawa, o Menoli, a Ednéia Machado, a Maria de Fátima Pimentel”.

Não encontramos produção acadêmica sobre a organização das estudantes de serviço social ou da criação do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) da UEL. Simone (E03, 2019) relatou que sua turma (quarta do curso) mantinha um grupo de estudo: “[...] a gente se reunia a cada 10 dias, a gente marcou a época assim, porque era uma turma muito ativa, questionava”.

A organização das estudantes de serviço social muito contribuiu para a formação e para a própria organização política das profissionais de Londrina, através da formulação de atividades coletivas dirigidas à categoria, com a presença de docentes, discentes e assistentes sociais. Como exemplo, a “I Semana de Estudo de Serviço Social de Londrina”, realizada pelo Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Estudo Social Aplicado da UEL, em maio de 1975. Destacamos ainda a parceria com a APAS/LDA, que objetivou oferecer cursos de formação à categoria e às discentes.

A profissional Dionete registrou:

O movimento estudantil foi uma glória para nós; o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social foi em Londrina. Eu era recém formada e nós levamos a Luiza Erundina. Na construção do evento, teve a contribuição da

⁵⁸ Ver: FELISMINO, Tadeu. **O tempo do Poeira**: História e memória do jornal e do movimento estudantil da UEL nos anos 1970. Londrina: EDUEL, 2018.

APAS do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. E não foi nada fácil a gente levar para lá as pessoas (E12, DIONETE, 2019).

A organização estudantil do serviço social da UEL promoveu o “I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social” (ENESS), realizado em outubro de 1978, em Londrina/PR, com o tema “Serviço Social e a Realidade Brasileira” (segue abaixo o cartaz do evento). A partir desse encontro, ocorreu uma articulação das estudantes, cujo resultado foi a criação da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO⁵⁹).

⁵⁹ Para maior aprofundamento sobre a temática, ver: LIMA, Isabelle Cristina Custódio de. 40 anos do Movimento Estudantil de Serviço Social: desafios e perspectivas na atualidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n° 38, p. 37-51, jul./dez. 2019. Disponível em < <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24093> > Acesso em: jan. 2020.

Figura 01: Cartaz do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social



Fonte: ENESSO⁶⁰

⁶⁰ Histórico do ENESSO. Disponível em:
<<https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2020.

Em 1977, as atividades da Associação Profissional de Assistente Social (APAS) foram retomadas, em São Paulo/SP, conforme já apresentado. A APASSP defendeu a integração das assistentes sociais com a classe trabalhadora, promovendo, a partir daí, o engajamento nas lutas societárias. Vimos que as APAS estaduais, as associações de assistentes sociais e as entidades sindicais da categoria possuíam a mesma linha política. Organizaram-se, assim, para participar do III CBAS, em 1979, com estratégias traçadas e com assistentes sociais que estavam insatisfeitas com o posicionamento do Conjunto CFAS/CRAS. Durante o evento, a última mesa foi tomada, no que ficou conhecido como o “Congresso da Virada”.

O III CBAS, marco histórico da profissão, contou com a participação da então discente da UEL, Simone, que relatou estarem presentes no evento as estudantes

[...] Márcia Lopes e a Sandra Perdigão foram a São Paulo, por custas próprias, e participaram; que foi um congresso que demarcou a história da profissão no Brasil. [...] também conheceram nossas referências bibliográficas, que é a Aldaíza, a Carmelita, a Dilcéia, a Marilda lamamoto [...] (E03, SIMONE, 2019).

Verificamos, no relato da profissional entrevistada, que a participação naquele histórico evento proporcionou às discentes a vivência da luta coletiva, como também a aproximação com as referências teóricas da categoria, evidenciando que a teoria e a prática profissional caminham juntas.

Na década de 1980, a influência do serviço social crítico esteve ainda mais presente em várias atividades voltadas à categoria profissional, em Londrina. Segundo as profissionais entrevistadas Cacilda (E09, 2019), Fernanda (E10, 2019) e Bruna (E08, 2019), discentes no final da década de 1970 e início da de 1980, o período destacou-se pela defesa da profissão e pelas lutas da organização política. As três relataram um conflito entre as determinações das instituições e as diretrizes do serviço social crítico, no desenvolvimento de seus respectivos estágios.

Bruna (E08, 2019) destacou que o seu estágio fazia parte de um projeto de extensão “[...] super importante aqui no município de Londrina, nos distritos de Guaravera e Paiquerê; a UEL foi uma força [...]”. Ela atuou em um programa da UEL, em parceria com as escolas municipais. Bruna estagiou em uma escola da região rural, a qual esperava que a estudante de serviço social desenvolvesse uma “[...] promoção para que as crianças tivessem um chinelo, pois quando chegassem no dia da chuva, que não sujasse o espaço da escola, que colocasse o chinelo [...]”.

A profissional entrevistada considerou os problemas da educação no meio rural daquele momento:

[...] se depara com a realidade de escola, currículo escolar, da questão do período de férias, que não coincide com a questão, ou não respeita o processo da safra, porque isso também interfere na falta das crianças, de toda uma visão que os professores também tinham do espaço escolar e até com visões críticas, mas com a impossibilidade de ter essa discussão. Acho que assim são enfrentamentos que a gente faz até hoje, claro que de outras formas, mas tanto na nossa época de estagiária, mas como na carreira profissional, vamos dizer assim, a gente enfrentou vários momentos mesmo de embates e de enfrentar mesmo determinadas posições e visões equivocadas do papel do serviço social (E08, BRUNA, 2019).

Fernanda (E10, 2019), no seu estágio na igreja católica do “Cinco Conjuntos”, em Londrina, assinalou, “[...] não tinha assistente social, eles [o curso] foram lá, a universidade foi através da professora, apresentaram o projeto ao padre e foi aos poucos abrindo esse universo e trazendo essa discussão para a região [...]” (E10, FERNANDA, 2019).

No período do estágio das profissionais entrevistadas, Colito (1987), destacou a região dos “Cinco Conjuntos”, em Londrina. Situada no norte da cidade, era composta por 14 conjuntos agrupados, 10.585 unidades habitacionais, com aproximadamente 60.000 mil habitantes, entre os quais encontravam-se boias-frias, operários industriais, motoristas, subempregados, comerciários, mecânicos, empregadas domésticas, cobradores, ensacadores, pedreiros, borracheiros, frentistas, e outras tantas profissões, além dos desempregados. A autora assinalou que a administração pública “[...] reconhece a existência de inúmeros problemas em consequência do não atendimento às necessidades daquela região densamente povoada pela classe popular” (COLITO, 1987, p. 32). Destacamos que a região recebeu, ao longo das décadas de 1970 e início da seguinte, a implantação de projetos habitacionais de moradias populares, sem infraestrutura urbana básica. O “Cinco Conjuntos” foi o destino de muitas pessoas expulsas do meio rural, além de migrantes de diversas procedências do país.

Diante da vulnerabilidade social e da fragilidade do atendimento destinado à população por parte do poder público, a igreja católica daquela região, que contava com alguns padres “progressistas”, aceitou a proposta de receber as estagiárias da UEL. Segundo Fernanda, algumas professoras questionaram o projeto, uma vez que não tinha,

[...] a presença do supervisor de campo nos campos de estágio, porque supervisor não ia no campo, supervisor supervisionava na UEL, e no Cinco

Conjuntos, abriu um novo precedente, pois como era uma demanda muito grande e muitas estagiárias, a supervisora ia dar supervisão lá no Cinco Conjuntos; ela também queria participar, queria saber (E10, FERNANDA, 2019).

A falta de campo de estágio propiciou uma nova articulação, o que exigiu da docente uma supervisão e uma negociação *in loco*, o que encontrou resistências por parte do colegiado. Duas estagiárias, que atuavam na igreja, ao final do curso, foram contratadas para dar continuidade ao trabalho. Abriram-se novas vagas para o estágio e o curso pensou uma metodologia para o atendimento de uma considerável demanda:

[...] o Cinco Conjuntos foi uma grande efervescência, a da Teologia da Libertação, ligada à igreja católica; então, a igreja católica tinha assistente social, que era a Cristina Coelho e a Silvana Santos; cada uma chegou na época ter 20 estagiárias [...] nós mapeávamos e trabalhávamos com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), formações nas quadras. Então, o Cinco Conjuntos todos eram mapeados como CEBs e os movimentos sociais se efervesciam assim [...] (E10, FERNANDA, 2019).

O desafio para conseguir campo de estágio ainda está posto em Londrina, mas cabe lembrar que, no período em questão, não haviam as normativas sobre estágio, construídas pelo Conjunto CFESS/CRESS⁶¹, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS⁶² e a lei que regulamenta o estágio⁶³.

Cacilda lembrou sua supervisora, a professora Clem⁶⁴, que na época

[...] fazia mestrado na PUC/SP e ela era aluna do Paulo Freire; gente, até hoje eu tenho o maior sonho de ver, eu lembro que ela levava as cartinhas que ela mandava daqui de Londrina, conforme ela tinha dúvidas das nossas ações no Cinco Conjuntos; ela mandava as indagações para o Paulo Freire e Paulo Freire respondia para ela por carta (E09, CACILDA, 2019).

O processo de estágio nos Cinco Conjuntos fez com que o colegiado do curso buscasse alternativas não convencionais para o período. O projeto de estágio mencionado aproximou as estagiárias e o próprio curso da realidade vivida pela classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Destacou-se também a vinculação de uma professora do curso com um educador de referência mundial, Paulo Freire.

Sobre o movimento estudantil, Cacilda (E09, 2019) lembrou que nos anos de “[...] 1983, 1984, 1985, 1986, na luta pela gratuidade do ensino, na eleição direta para

⁶¹ Resolução CFESS n° 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no serviço social.

⁶² Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf> Acesso em: jan. 2020.

⁶³ Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio.

⁶⁴ Maria Clementina Espiler Colito neste período era professora do curso de serviço social na UEL.

reitor, o restaurante universitário, foi uma grande luta [...] então tudo a gente vivia intensamente [...]” (E09, CACILDA, 2019).

As lutas do movimento estudantil refletiam o momento da sociedade brasileira, que exigia políticas públicas e a volta do regime democrático. Fernanda (E10, 2019) assinalou que havia uma articulação com outros movimentos estudantis (PUC/SP e a Faculdade de Serviço Social de Lins), criando laços e fortalecendo a luta. Nesse sentido, a professora Nobuco Kamayana, de Lins, assessorava as estudantes. Cacilda destacou o papel do CASS da UEL:

[...] não quero puxar a sardinha para o nosso lado, porque o Centro Acadêmico do Serviço Social era maravilhoso; esse contato com Lins começou assim: professores, mais alunos, pois vinham muitos alunos do estado de São Paulo pra cá, então a gente aprendeu muito, porque eles já vinham para o movimento estudantil. Lá já era mais encorpado, e como nós nos relacionávamos com outras cidades pelo movimento estudantil [...] Onde tinha faculdade, eu lembro assim, Marília tinha serviço social, Campinas tinha serviço social [...] e contato com UEPG [...] (E09, CACILDA, 2019).

Avaliamos a importância do contato com os outros movimentos estudantis, o que contribuía para com um direcionamento político. A relação com a UEPG⁶⁵ foi a primeira referência de aproximação a uma instituição do Sul do país. Nenhuma das profissionais entrevistadas relatou algum contato com os cursos de serviço social da capital paranaense, de Santa Catarina e ou do Rio Grande do Sul.

Sobre o período inicial do curso de serviço social na UEL, Beatriz definiu:

[...] gente paria o curso, paria os filhos, convivia com os amigos, foi divertido e muito importante, porque isso trouxe um nível de responsabilidade e organização da categoria aqui bastante significativo. O curso de serviço social em Londrina foi muito reconhecido, especialmente na época da ABESS, do CELATS, que a gente participava diretamente da organização da categoria profissional no Brasil e foi referência (E04, BEATRIZ, 2019).

Outro ponto importante que refletiu na organização política da categoria foi a vinculação do curso de serviço social da UEL, desde o início, com a ABESS, conforme Silva e Battini (2008) pontuaram. Rosária (E11, 2019) entendeu que a [...] articulação se fazia muito pelo lado da ABESS, aí a gente fundou a APAS e depois a Seccional”. E retomou que,

[...] a gente começou a tentar formar a APAS, dentro de uma programação do Brasil; não foi uma coisa separada, não. Depois, nós tivemos o processo de conseguir a Seccional de Londrina. Mas sempre o mote, o que está na minha cabeça era a questão acadêmica, porque [no final da ditadura] você podia falar da questão acadêmica [...] então nós tivemos duas ou três reformulações curriculares, isso dava [força] para discutir (E11, ROSÁRIA, 2019).

⁶⁵ O curso de serviço social da UEPG foi criado em 1973 e iniciado no ano seguinte.

Rosária (E11, 2019) relacionou a organização política da categoria com a formação profissional, através dos debates curriculares que estavam ocorrendo no final dos anos 1970. A ABESS, ao tratar da formação das assistentes sociais, expandia as discussões não só para as docentes nas universidades, mas para discentes e para a categoria. Temáticas eram acrescentadas, a saber, a teoria a ser adotada no serviço social, a vinculação com a classe trabalhadora e com os movimentos sociais, a identidade da assistente social, a prática profissional, dentre outras. Uma discussão que, a princípio, seria apenas circunscrita aos muros acadêmicos, atingiu a categoria e contribuiu para com a organização política da mesma. O novo currículo do curso de serviço social foi aprovado em 1982.

A discussão promovida pela ABESS, conforme assinada pela profissional Rosária, não chegou ao conhecimento de algumas entrevistadas, que eram discentes à época. Alegaram não conhecer a ABESS: “Não, nunca (E01, JULIANA, 2019)”; “Nunca ouvi falar” (E02, LUCIANA, 2019); “Não acompanhei nada da ABESS, mas sabia, porque tinha uma aproximação com a professora Lídia” (E13, DIONETE, 2019); “Não, acho que era só o departamento que tinha” (E06, JÉSSICA, 2019).

Consideramos que a ABESS constituía uma instituição que, naquele momento em Londrina, não tinha visibilidade política entre as discentes. Seus membros, no entanto, faziam parte do cotidiano da organização política da categoria na cidade.

Saindo da UEL, mas ainda sob sua influência, a categoria buscou organizar-se na Associação dos Assistentes Sociais do Norte do Paraná (AASNP). Identificamos, em Londrina, a partir de 1977, grupos com diretrizes discordantes e um distanciamento político de Curitiba.

Silva e Battini (2008)⁶⁶ afirmaram que um grupo de professoras do curso de serviço social da UEL, pensando na organização política da categoria, propôs a criação de uma associação que representasse as profissionais do norte do estado. A tentativa da AASNP, conforme demonstraremos abaixo, colocou Londrina em sintonia com a organização nacional das profissionais de serviço social. Havia uma

⁶⁶ As autoras assinalaram que tal articulação ocorreu no ano de 1971. Porém, as atas apontaram que o processo se deu em 1977, que adotaremos para as referências no texto.

correlação de forças na categoria local, sendo possível localizar as primeiras ligações entre o serviço social de Londrina com a categoria de Curitiba.

Beatriz (E04, 2019), ao tratar dessa tentativa de uma associação profissional em Londrina, considerou que,

Curitiba e Porto Alegre já estavam se desenvolvendo e estava sendo feita uma discussão para desmembramento dos CRAS de Porto Alegre. A gente queria fazer isso, avançar com os nossos projetos [...] fizemos uma proposta de criação de uma associação da categoria (E04, BEATRIZ, 2019).

No relato de Beatriz, as discussões das assistentes sociais locais estavam conectadas com as direções políticas críticas da profissão nos grandes centros do país. A menção da separação do CRAS 10ª Região para a criação da 11ª Região é a única referência, entre as profissionais entrevistadas, do processo que estabeleceu o CRAS/PR, o que demonstra que Londrina estava mais próxima das questões debatidas em São Paulo, ficando à margem das discussões relativas à categoria no Sul do país.

Para a construção da AASNP, foi realizada uma consulta junto às assistentes sociais da região norte do estado. Simultaneamente, um processo similar ocorria em Curitiba, visando a criação de uma associação profissional de abrangência estadual.

Divergências ocorreram:

Os debates sustentavam, de um lado, a criação da associação em Londrina que congregaria os profissionais da região norte para a defesa de seus interesses, articulados aos interesses mais gerais. De outro lado, a criação de uma única associação em Curitiba era defendida por outro segmento de Assistentes Sociais, com o argumento de que o grupo de professores proponente da organização profissional de Londrina detinha fortes laços com representantes da ditadura, no âmbito da Universidade (SILVA; BATTINI, 2008, p. 132).

Ao final, venceu a proposta do grupo de Curitiba. Londrina seria contemplada com a indicação de um nome para assumir a vice-presidência da APASP, que acabou prevalecendo sobre a AASNP⁶⁷, como veremos.

Beatriz (E04, 2019) expressou que houve a intenção de se criar um órgão de representação de classe. Nesse sentido, o mencionado grupo de professoras criou uma comissão, a fim de iniciar a organização do processo jurídico da associação. Convites foram endereçados, reuniões efetuadas, atas confeccionadas. No entanto,

⁶⁷ Todo o material referente a AASNP está no Acervo da Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da UEL (ACERVO PGSSPS).

o resultado final não foi o desejado pelo grupo. Conforme relatou a profissional entrevistada, naquele momento,

[...] existia, como no âmbito do serviço social de um modo geral, aquela seccionada, o entendimento e o reconhecimento político ideológico da profissão. Então, tinha os funcionalistas e os marxistas, então era assim também no nosso grupo; além disso, tinha uma disputa de poder no grupo de assistentes sociais [...] foi [processo] muito bonito (E04, BEATRIZ, 2019).

A comissão que organizou a criação da AASNP documentou todo o processo. Com base nesses documentos, resgataremos os eventos ocorridos, de maio de 1977 a agosto do mesmo ano. Encontramos cinco atas numeradas, relativas ao processo de organização da associação (a ata número dois não foi encontrada). Também um relatório descritivo das atividades desenvolvidas, uma cópia do Regimento Interno proposto durante as assembleias, a cópia do Estatuto proposto para a associação e duas atas da assembleia deliberativa.

A gênese do movimento ocorreu durante a “Semana de Serviço Social”, ocorrida em 13 de maio 1977 (de acordo com dados do relatório descritivo referido). Um grupo mencionou a ideia de um órgão de classe. Para tanto, fizeram uma sondagem de opinião junto às assistentes sociais, através do Ofício nº 001/77. No dia 15 de maio de 1977, realizou-se o almoço de confraternização no *Flag*⁶⁸, quando foi apresentada a proposta. No dia 20 de maio, o grupo recebeu quatro respostas por carta (ACERVO PGSSPS, 01).

As respostas elogiavam a iniciativa como “positiva”. A ideia da construção de um órgão de representação da categoria foi bem recebida, uma vez que elas se sentiam em um isolamento profissional. Assinalavam que, a partir dessa organização, as necessidades da categoria seriam atendidas e solicitavam atividades de capacitação: seminários, cursos, palestras e cursos de reciclagem em serviço social. Colocavam que, fora do departamento de serviço social, o acesso ao material e à formação era difícil. Todas as cartas solicitavam que a reunião deveria ser na região central, propondo o Escritório de Aplicação, que à época localizava-se na Rua Alagoas, 1.990 (ACERVO PGSSPS, 02).

A primeira ata foi a do dia 04 de junho de 1977, com a presença de Mara Rejane Alves Nunes Ribeiro, Sílvia Elena Arias Cohl de Martinez Vera, Odária

⁶⁸ Antônio Albertino Neto foi um importante comprador de café, nos anos 1970-1980, e dono de dois restaurantes em Londrina, o *Flag* e o *Bierhaus*, palcos de grandes movimentos na cidade. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/blogs/blogs/aguardem-o-azeite-de-galvao997222.html>. Acesso em: out. 2019.

Battini, Elizabete Menegazzo Souza, Maria Dora Ruy Evangelista, Nilsa Maria Demétrio e Vera Lúcia Tieko Suguihiro. Criou-se uma Comissão para a Organização⁶⁹ da associação (ACERVO PGSSPS, 03).

Na ata, ficou definido um território para a associação: todo o Norte do Paraná. O objetivo era atender os interesses da classe, oferecer programas de atividades culturais e de lazer, formação de grupo de estudo, intercâmbio cultural, organização de documentação de serviço social, estudo do serviço social com posicionamento na realidade do norte paranaense. Decidiu-se sobre a taxa de contribuição, que seria anual. As reuniões foram realizadas no consultório odontológico de Wilson Battini, que também doou o livro de ata (ACERVO PGSSPS, 03).

Diante das respostas afirmativas das cartas, deu-se início à reunião da Comissão Organizadora, com a decisão de se criar subcomissões: 1) comissão para contato com o Conjunto CFAS/CRAS, com o objetivo de informar sobre o processo, solicitando parecer sobre o tema e o regimento interno dos conselhos e da ABAS; 2) elaboração do Estatuto; 3) cadastro das profissionais da região norte do Paraná; 4) plano preliminar de trabalho (ACERVO PGSSPS, 01).

No dia 20 de junho de 1977, foram enviados dois Ofícios (n° 02/77 e n° 03/77) ao CFAS e ao CRAS. Em 27 de junho 1977, ocorreu a segunda reunião da Comissão Organizadora, na qual deliberou-se: pela criação de uma microcomissão, para elaborar o Estatuto; contato com as assistentes sociais de Maringá, para colocá-las a par do processo de Londrina; definição da data da reunião geral (20 de julho de 1977); contato com as profissionais de Londrina, para debate sobre a criação do órgão (ACERVO PGSSPS, 01).

No dia seguinte, a comissão esteve em reunião na Viação Urbana Londrinense, com os grupos de assistentes sociais de empresa. Outra reunião foi efetuada com o departamento de serviço social, na Fundação da Universidade Estadual de Londrina (FUEL). Ambas as reuniões tiveram como objetivo esclarecer e sensibilizar sobre a importância da criação de um órgão de representação para as assistentes sociais. Ainda no mesmo dia, foram enviados telegramas ao CFAS e ao CRAS, solicitando resposta aos Ofícios n° 02/77 e n° 03/77 (ACERVO PGSSPS, 01).

⁶⁹ A Comissão Organizadora foi composta por: Mara Rejane Alves Nunes Ribeiro; Maria Dora Ruy Evangelista; Nilsa Maria Demétrio; Odária Battini; Shirley S. Kayamori; Sílvia Elena Arias Cohl de Martinez Vera e Vera Lúcia Tieko Suguihiro.

No mês da reunião geral com as assistentes sociais, as atividades intensificaram-se; destacamos⁷⁰ que no dia 07 de julho de 1977, as seguintes atividades foram desenvolvidas: foi realizado contato com a presidenta do CRAS Porto Alegre, solicitando orientação para a criação do órgão; envio de Ofício para a Associação Médica de Londrina⁷¹, solicitando a utilização da sala para o dia 20 de julho de 1977; envio do Ofício nº 005/77 para as assistentes sociais, informando o local e o dia da reunião, com cópia do Estatuto; datilografar o Estatuto e elaboração do edital de convocação da reunião, para publicação no jornal Folha de Londrina (ACERVO PGSSPS, 01).

A ata da reunião do dia 20 de julho de 1977 foi extensa, nove páginas manuscritas. Constatou-se uma tensão na ata, pois é possível perceber disputas não detalhadas ao longo do texto. Descreveu-se, em detalhes, o que seria o Estatuto da instituição e as propostas de alteração no mesmo. A reunião começou às 19h, com a presença⁷² de vinte e quatro assistentes sociais (dado registrado na ata), e seu término deu-se às 23h, com a presença de quatorze profissionais (ACERVO PGSSPS, 04).

A reunião tinha como pauta única instituir um órgão de representação profissional. Entre as pares, elegeu-se a assistente social Mara Rejane Ribeiro, para presidir a reunião, e a assistente social Vera Lúcia Tiekó Suguihiro, para secretariar a mesma. A assistente social Odária Battini propôs que a reunião fosse considerada Assembleia Geral Constituinte, para que as decisões tomadas tivessem caráter legal, o que foi aprovado pelas presentes. Foi realizada a leitura do regimento interno, que norteou a Assembleia. A seguir, a leitura sobre as atividades realizadas pela Comissão Organizadora e, logo após, as discussões (ACERVO PGSSPS, 04).

Durante o debate, a assistente social Rose Mary Souza Serra apresentou-se, na qualidade de porta-voz de um grupo de assistentes sociais de Curitiba. A representatividade de Rose Mary foi questionada, uma vez que a representante de Londrina junto ao CRAS 10ª Região era a assistente social Maria Dora R.

⁷⁰ Demais atividades estão no documento anexo: "Relatório das atividades preliminares da Comissão Organizadora da formação do órgão de representação de classe dos Assistentes Sociais do Norte do Paraná" (ANEXO A).

⁷¹ Praça Primeiro de Maio, 130, sala A.

⁷² Marisa Ribeiro; Sílvia Elena Arias de Martines; Odária Battini; Sônia M. Fraga; Vitória Arabela Sahão; Célia [ilegível]; Ignez Vidotti; Maria Ângela P. Shiki; Eliane V. [ilegível]; Maria Salete M. [ilegível]; Vera [ilegível]; Cleide Torres; Nilce Maria de Oliveira; Elisabete M. Souza; Claudete Galhardo; Vera Lúcia T. Suguihiro; e mais oito nomes ilegíveis.

Evangelista, que não estava presente na reunião, mas fazia parte da Comissão Organizadora. Segundo a ata, Rose Mary esclareceu que

[...] numa das reuniões do CRAS em Londrina, a delegada⁷³ informou que a Assistente Social Maria Dora R. Evangelista responderia pelo Conselho Regional dos Assistentes Sociais no município de Londrina, apenas se dirigindo a delegada em Curitiba. No momento de haver necessidade de a delegada dirigir-se à Londrina, a mesma poderia nomear qualquer profissional para representá-la, mesmo tendo um representante oficial (ACERVO PGSSPS, 04).

Verificamos uma vinculação com a capital do estado complicada, pois não há negociação ou acordo, uma vez que as assistentes sociais, eleitas e reconhecidas pela categoria em Londrina, poderiam ser destituídas, conforme os interesses do grupo de Curitiba. Tal procedimento é de imposição e não respeita a representatividade. Uma ação autoritária, na qual não há possibilidade de uma construção coletiva.

Rose Mary ainda elucidou alguns pontos apresentados durante o primeiro momento da reunião. Ela relatou que “[...] a ideia da formação do órgão de representação de classe partiu de si, numa reunião realizada pelo Conselho Regional dos Assistentes Sociais no departamento de serviço social da Universidade Estadual de Londrina”. Apresentou também a seguinte “proposta” ao grupo:

[...] propôs que não fosse criada uma Associação de classe em Londrina por haver **um grupo de Assistente Social em Curitiba** trabalhando na criação **de uma Associação dos Assistentes Sociais à nível estadual** para posteriormente criar um sindicato, o que será discutido em reunião do dia 29 de julho em Curitiba, conforme edital de convocação no jornal Gazeta do Povo. **Completo a proposição dizendo estar definido por aquele grupo, que os Assistentes Sociais do município de Londrina se fariam representar através da ocupação do cargo da vice-presidência daquela associação**, somando assim esforços em prol da classe. Londrina, portanto, tornar-se-ia uma seção (ACERVO PGSSPS, 04, **grifos nossos**).

Tal “proposta” imposta cindiu ainda mais o grupo de assistentes sociais de Londrina, já que não houve uma negociação com a representatividade local. Rose Mary participou da reunião com poderes para vetar a aprovação da associação, delegados por Maria Lúcia Duarte (que no período era a delegada do Paraná no CRAS 10ª Região) (ACERVO PGSSPS, 04).

Odária Battini, presente na reunião, rebateu:

A Assistente Social Odária defende que uma instituição não impediria a outra. A Assistente Social Ângela Shiki indagou se a Associação de Londrina estaria condicionada à criação da Associação Paranaense.

⁷³ Delegada era o termo da época para identificar a pessoa que estava habilitada a falar em nome do CRAS.

Assistente Social Marisa Ribeiro colocou como terceira proposta, que a Associação dos Assistentes Sociais de Londrina, fundada nesta data, tivesse continuidade até que o grupo de Curitiba definisse a Associação à nível de estado. Ambos os órgãos de representação da classe desenvolveriam suas atividades paralelamente, de forma autônoma. Quando a Associação Paranaense de Assistentes Sociais estivesse em [ilegível] desenvolvimento, a Associação de Londrina agregar-se-ia àquela na qualidade de secção (ACERVO PGSSPS, 04).

A reunião prosseguiu, com a leitura do Estatuto e com os indicativos de mudanças. A assistente social Vera retomou a discussão sobre a necessidade da associação londrinense. Rose Mary esclareceu que “[...] é condição do grupo de Assistente Social de Curitiba não criar outra associação, para evitar dispersão de esforços e burocratização”. Podemos observar aqui a imposição do grupo de Curitiba (ACERVO PGSSPS, 04).

Diante do impasse, decidiu-se que a terceira alternativa, conforme acima mencionada, seria levada para o grupo de Curitiba. Coube a Rose Mary e a Claudete Galhardo tal tarefa. Outros nomes foram indicados, porém não aceitaram tal incumbência. A reunião em Curitiba foi realizada no dia 29 de julho de 1977. A devolutiva de Rose Mary à categoria em Londrina foi agendada para 15 de agosto de 1977, na qual seria feita a eleição para a APASP (ACERVO PGSSPS, 05).

A ata do dia 15 de julho de 1977 foi elaborada em papel sulfite rascunho, totalizando cinco páginas, sem lista de presença. Estava localizada dentro do livro ata, de forma avulsa. No dia agendado, a assembleia reuniu-se na Associação Comercial de Londrina, presidida pela assistente social Odária Battini, que fez a abertura e passou a palavra às assistentes sociais Rose Mary e Claudete Galhardo, que trouxeram um Ofício com os seguintes pontos: a fundação da Associação Paranaense e a garantia de que a indicação de vice-presidente seria conferida a Londrina; o modelo de organização permitiria que a Associação se tornasse um sindicato de Assistentes Sociais do Paraná; reconheceu que a mobilização em Londrina estava mais avançada, propondo a criação de um Núcleo Regional de Assistente Social, abrangendo os municípios de Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Foz do Iguaçu. Porém, não há maiores explicações a respeito. Após a leitura do Ofício, duas propostas foram apresentadas:

[...] **primeira** era da continuidade do processo de criação de um órgão de classe municipal não atrelado à capital, com total autonomia; esse órgão, uma vez efetivado, indicaria uma representante junto à Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná, com sede em Curitiba, o que manter-se-ia nessa condição por um prazo de dois anos. Após esse prazo, trabalhar-se-ia e medir-se-ia o nível de conscientização e

participação da classe quanto a viabilidade ou não desta proposta, a partir de uma avaliação. Tal proposta fundamentou-se pela dificuldade de estruturação da classe em função da abrangência e da grande distância entre a região norte e a capital no sentido do bom encaminhamento dos interesses da categoria Profissional dos Assistentes Sociais. A **segunda** proposta foi atrelar Representação Profissional à de Curitiba, mediante a indicação de um nome para integrar a diretoria daquele organismo, sendo a proposta vencedora (ACERVO PGSSPS, 05, **grifo nosso**).

A assembleia optou pela segunda proposta, com a indicação da assistente social Rose Mary Souza Serra. Apresentou-se a ficha de inscrição e a reunião foi encerrada, sem a discussão do território proposto para a criação do Núcleo Regional de Assistente Social. É interessante verificar que, até a presente data, a discussão sobre território é um problema não resolvido e que muitas vezes se torna um impasse entre a gestão do CRESS/PR e a coordenação da Seccional de Londrina.

Para Beatriz (E04, 2019), o grupo que propôs a AASNP entendia que a vinculação com o a região Sul do país era inviável, uma vez que o debate e os vínculos se davam com o eixo São Paulo-Rio. Historicamente, não havia pontos de contato com a região Sul. Desta forma, entendia que

[...] não podíamos vincular nossa representação para uma representação da categoria profissional que não avançava como a gente, mas enfim, politicamente, venceu o grupo que não queria a associação e acabou sem problema nenhum. Só que foi muito difícil da gente estabelecer essa vinculação. Essa foi uma questão que, de certa forma, desvinculou a gente deste debate grande, porque acabou a associação profissional (E04, BEATRIZ, 2019).

Beatriz (E04, 2019) assinalou o distanciamento e a falta de vínculos entre Curitiba e a região norte do estado. Os laços históricos ligavam Londrina com o estado de São Paulo, do ponto de vista das questões sociopolíticas e econômicas, além das referências ideoculturais. Colito assinalou tal aproximação:

[...] Londrina ganhou intimidade maior com a capital de São Paulo, muito mais do que com a capital do Estado do Paraná. Essa intimidade por força da colonização e da facilidade oferecida através do sistema viário e pelo estreitamento de suas relações com a capital paulista, além dos traços oriundos do colonizador, oportunizou uma certa influência no estilo de vida do homem urbano, como também no traçado da cidade, que se divide em bairros batizados à inglesa e à paulista 'jardins e vilas'. Esses bairros e jardins, centenas deles se espalham pelos 104.027 km² de área que a cidade possui (COLITO, 1987, p. 25).

O norte do estado só passou a interessar a capital paranaense quando rendeu consideráveis impostos (boa parte da arrecadação estadual, nos anos "dourados" do café, eram oriundas do norte do estado, bem como a região destacava-se no tocante às movimentações bancárias).

Sobre a fundação da Associação Profissional de Assistentes Sociais do Paraná (APASP), não encontramos documentos referentes. A história da profissão fica, assim, dependente da memória das envolvidas no processo.

Dionete (E12, 2019) afirmou que a “[...] APASP de Curitiba não era tão atuante”, não sendo reconhecida pelas profissionais de Londrina. Em 1979, a cidade já contava com um grupo das assistentes sociais graduadas pela UEL e com experiência no movimento estudantil, o que contribuiu para uma nova fase na organização política da categoria local:

Nós terminamos o curso em 1977; como viemos do movimento estudantil [...] decidimos continuar o movimento, enquanto profissionais; fizemos um Grupo de Estudo, que se reuniam semanalmente para estudar e discutir as dificuldades da profissão [...] (E12, DIONETE, 2019).

Assinalamos aqui a importância da aproximação das estudantes de serviço social com o movimento estudantil e a luta pela democracia no país, processo interligado com a perspectiva crítica da profissão. Entender o espaço e o fazer profissional foi um desafio apontado pela profissional entrevistada:

[...] principalmente no campo de trabalho, lá existia muita divergência; por exemplo, na área escolar, a referência é a pedagoga, a assistente social não precisa estar na escola; na área de empresa, a referência é o administrador, não tem que ter assistente social, pois tem o chefe/gerente de recursos humanos; e nisso daí, nós começamos a aprofundar as discussões, enquanto prática profissional (E12, DIONETE, 2019).

Giovanna (E07, 2019) pontuou: “[...] a gente se formou, não tinha campo de trabalho, a gente precisava se fortalecer e a gente começou [...]”. Assim, criaram o grupo de estudo, que depois tornou-se a Associação Profissional de Assistente Social de Londrina (APAS/LDA)⁷⁴, cuja primeira presidenta foi a assistente social Maria de Fátima G. Pimentel. Giovanna (E07, 2019) afirmou que, com a criação da APAS/LDA, o Paraná passou a ter duas associações profissionais no mesmo território.

As profissionais entrevistadas não conseguiram lembrar o tamanho do território de abrangência de APAS/LDA. Dionete (E12, 2019) relatou que o estado do Paraná tinha duas associações profissionais, o que causou uma divisão territorial (espaço de intervenção). Bruna (E08, 2019) recordou ter visitado duas cidades: “[...] Apucarana e a Liana me recebeu lá, e aí a gente fez uma reunião lá em Apucarana,

⁷⁴ Registrada no Ministério do Trabalho sob o n° 449, Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) n° 78029428/0001-54.

pela APAS [...] e de Cornélio Procópio”. Já Fernanda (E10, 2019): “[...] eu lembro que as cidades circunvizinhas faziam parte da APAS [...]”.

Giovanna assinalou que, em um dos encontros nacionais das associações profissionais de assistente social, participaram as duas do Paraná. O encontro questionou a presença de duas associações no estado. Como resposta, argumentaram que as duas estavam registradas no MTPS:

[...] a primeira vez que Londrina participou foi em Goiânia, [...] a gente era uma APAS, nós recebemos o convite para participar em Goiás. Ai, o que aconteceu, nós chegamos lá, nós descobrimos: como que Paraná tem duas APAS, não pode. Mas, nós temos registro, e ninguém discutiu mais (E07, GIOVANNA, 2019).

A divisão territorial das entidades sindicais do serviço social nacional seguia o critério do Conjunto CFAS/CRAS. Assim, a APAS/LDA pertencia ao território correspondente ao CRAS 10ª Região, sob a coordenação das assistentes sociais do Rio Grande do Sul. Segundo a profissional, a APAS/LDA expressou a insatisfação com as entidades da região Sul:

[...] Nós chegamos lá e era a região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Londrina. Então, deveria ser um representante de Porto Alegre, Florianópolis e um de Curitiba; Rio Grande do Sul era o coordenador, aí nós falamos que nunca recebemos nada (E07, GIOVANNA, 2019).

A falta de articulação da capital com o interior do estado gerou uma nova demanda, que teve como resultado a criação da APAS/LDA. Para a profissional entrevistada, “[...] a nossa proposta, pela proximidade [com São Paulo], a gente queria sair da região Sul e ir pra região Sudeste [...]” (E07, GIOVANNA, 2019). Ao final do processo, a entrevistada relatou que “[...] saímos como coordenadores da região Sul, com o apoio de São Paulo. Nossa, mais quando eu cheguei aqui e falei para as meninas, elas queriam me matar [risos] [...]” (E07, GIOVANNA, 2019).

Giovanna e Dionete asseveraram que a referência da APASSP era a assistente social Luiza Erundina, profissional que acompanhou o início da APAS/LDA:

[...] Luiza Erundina veio algumas vezes e a gente não tinha sede; nos reunimos no banco da Concha Acústica, na Biblioteca Pública, porque Londrina não tinha [sede], não tinha CRESS, não tinha nada. Nos reunimos na minha casa. Foi assim que ela começou a nos ajudar (E12, DIONETE, 2019).

[...] A Luiza Erundina, veio em duas reuniões aqui em Londrina na época, e a gente sofria barbaridades, porque Londrina tinha uma vanguarda e uma

proximidade com São Paulo [...] eles vieram provisório, eles falaram que ficariam um ano, seria um suporte, para gente ter uma atuação, porque a gente não tinha nada aqui, realmente eles ficaram um ano, vinham aqui, conversava, construíram proposta, depois também não sei, eu saí, não sei quem mais ficou (E07, GIOVANNA, 2019).

A presença da APASSP ajudou a construir a APAS/LDA. Ao tornar-se articuladora no Sul do país, a APAS/LDA aproximou-se das associações das assistentes sociais da região. Giovanna (E07, 2019) lembrou que foi um ano de coordenação, período no qual elas “[...] se esforçando ao máximo para ter contato com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Curitiba e a gente foi para lá na semana do serviço social”.

A organização da diretoria da APAS/LDA foi mencionada pelas profissionais entrevistadas: “[...] já era coordenação colegiada, que a gente hoje não consegue implantar, na época fazíamos” (E10, FERNANDA, 2019). De acordo com Cacilda,

[...] a gente tinha a diretoria formal, mas a gente se dividia muito por tarefas, por habilidades, não é verdade, a gente era muito horizontal, quando eu cheguei já era [...] mas de verdade, era muito assim mesmo, o meu papel era mais, gente era tudo muito difícil, você tinha que telefonar, telegrama, as coisas eram muito difíceis (E09, CACILDA, 2019).

Quanto à manutenção da APAS/LDA, Cacilda (E09, 2019) mencionou: “[...] eu lembro que o pessoal contribuía pouquíssimo, a gente até recebeu ajuda do sindicato [...]”. Bruna (E08, 2019) afirmou que “[...] tinha um valor, eu lembro que tinha um carnê [...]”. Dionete (E12, 2019) asseverou: “[...] pagávamos, o CRAS, a APAS e as inscrições dos eventos, hoje a nossa condição salarial é desvalorizada”. Giovanna assinalou uma fonte de arrecadação importante:

[...] a APAS vivia de cursos que ela dava, de inscrição para cursos, sobrava uma graninha. Era isso que a gente vivia para fazer o restante das coisas. Os cursos eram pagos, nada absurdo, mais era coisa que dava para pagar os palestrantes; alguns, a gente conseguia gratuitamente [...] (E07, GIOVANNA, 2019).

A comunicação é um ponto que chama a atenção. Utilizava-se carta, telégrafo, telefone, fax. Bruna (E08, 2019) relatou que havia uma divisão das tarefas e cada membro da APAS/LDA ficava responsável pelo contato com as assistentes sociais: “[...] a gente comprava aquele pacote de ficha telefônica, sentava lá na cabine da Sercomtel e ligava para a lista de assistentes sociais que era associada à

APAS/LDA”. Outra forma de comunicação eram os eventos⁷⁵, promovidos com diversas parcerias de referência para as assistentes sociais de Londrina e região.

Sobre a organização dos eventos, Fernanda (E10, 2019) lembrou: “[...] fazíamos o café, se preocupava com tudo”. Já Cacilda assinalou:

[...] exatamente a mesma pessoa que fazia o café, limpava o banheiro e coordenava a mesa; e às vezes, até fazia a palestra, dependendo do assunto. Então, existia uma preocupação da categoria muito grande em se qualificar e pautar as discussões, muito da conjuntura nossa, como fazíamos análise de conjuntura (E09, CACILDA, 2019).

A coordenação da APAS/LDA também contou com as parcerias do CASS e do SESI. No início da década de 1980, as atividades ampliaram-se, bem como as instituições parceiras. Segundo Bruna,

[...] teve um momento muito rico, quando eu entrei já vinha acontecendo, já era bem volumoso, acho que a gente só acrescentou, eram esses nossos encontros, a gente tinha muitos eventos, eu me lembro assim, que eu tinha um fusca vermelho, a gente carregava, a toalha, a flor, não existia o copo descartável, os copos, a faixa (E08, BRUNA, 2019).

As dificuldades para manter a APAS/LDA eram consideráveis, mas havia questionamento e faltava participação:

[...] eu me lembro assim que a gente questionava muito; como sempre, é um grupo reduzido que fica nessas tarefas [organização] e eu não conseguia entender como uma assistente social formada na Universidade, com uma perspectiva do serviço social, com aquela discussão enorme da Reconceituação, que já tinha passado, e as pessoas ainda ficavam muito paradas no seu lugar e fechadinhas no seu local de trabalho [...] (E10, FERNANDA, 2019).

Ramos e Santos (2016) consideraram que a participação política está vinculada a um desejo individual, e não necessariamente à formação acadêmica. A participação constitui uma ação que se constrói na vivência do coletivo. Quem se dispõe a fazer, destaca-se diante da categoria. Fernanda assinalou bem a questão, “[...] na época eu me preocupava muito com a imagem que a gente criava, logo nós ficamos famosas perante a categoria, porque a gente estava em tudo, a gente estava no movimento sindical, na APAS [...]” (E10, FERNANDA, 2019).

No geral, as profissionais entrevistadas, que tiveram ligação com a APAS/LDA, também assinalaram a participação em outras instituições:

[...] o pessoal da Central Única dos Trabalhadores (CUT) estava com a gente, até que era o Cheida que era presidente da CUT de Londrina. A gente vivia junto, nossa, eu achava assim o máximo, quando a gente ia na

⁷⁵ Uma tabela com os eventos promovidos pela APAS/LDA está nos documentos anexos.

reunião em conjunto com ele, pois a gente crescia na compreensão das coisas que essa discussão [trazia]; a gente não conseguia fazer só com a categoria. Quando você junta com profissionais de outras áreas, a riqueza que vinha de discussão, principalmente na questão da formação sindical (E10, FERNANDA, 2019).

As ações não se concentravam apenas na defesa da profissão. As lutas coletivas da sociedade e a aproximação com os movimentos sociais eram também objeto de preocupação:

[...] fim do regime militar, e ninguém discutia nada, e eu me lembro da Cristina Coelho, que era a profissional lá na área pastoral do Cinco Conjuntos; os movimentos sociais começaram a aparecer fortemente, lembra né, tinha muito movimento social, por ônibus, pela moradia, pelo trabalho [...] pela saúde, creche, contra a carestia; tinha muita fome (E10, FERNANDA, 2019).

As profissionais envolvidas com a organização política da categoria estenderam sua ação para a construção das lutas da classe trabalhadora, junto à população atendida. Fernanda (E10, 2019) lembrou a ocupação do União da Vitória: “[...] a assistente social Cristina Coelho era uma das lideranças, acho que a gente pode falar isso, de quem ajudava a pensar o movimento [...]”. As pautas das reuniões da APAS/LDA estavam alinhadas com as discussões nacionais da categoria:

[...] em nível nacional, tinha uma discussão muito séria da categoria, que o assistente social não deveria ter sua entidade própria da categoria, por entender que nós trabalhamos com um público excluído da sociedade e que nós deveríamos compor com os demais trabalhadores, nos devidos sindicatos. Isso foi depois de um bom tempo (E10, FERNANDA, 2019).

Para outra profissional entrevistada, “Essa luta mais ampliada não era em benefício da categoria profissional, mas pensar na questão de cidadania, na garantia do direito da classe trabalhadora” (E08, BRUNA, 2019). As organizações da categoria, seguindo uma linha crítica, trouxeram para a profissão a construção de novos conceitos, além da aproximação com a classe trabalhadora.

Em uma das ações voltadas para a categoria, a APAS/LDA convocou uma reunião geral de sua base territorial, com dois pontos de pauta: a possibilidade de transformação da associação em sindicato e a implantação de uma Delegacia Seccional do CRAS em Londrina. Em 06/04/1983, uma entrevista com as diretoras das APAS/LDA, Ednéia Machado e Fátima Pimentel, foi publicada no jornal Folha de Londrina. As duas profissionais abordaram a questão das pautas apresentadas acima. Sobre o primeiro ponto, assinalaram a:

[...] possibilidade de se requerer junto ao Ministério do Trabalho, a transformação desta associação em sindicato, já que a entidade reúne os dois principais requisitos para isso, ou seja: mais de dois anos de fundação [atualmente com cinco], um quadro associativo composto com mais de 1/3 dos integrantes em sua base territorial [hoje com mais de 100 associados] (FOLHA DE LONDRINA, 1983).

O segundo ponto tratou da proposta do CRAS 11ª Região para a implantação de uma Delegacia Seccional em Londrina, com o objetivo de “[...] racionalizar os serviços e dar um melhor atendimento à categoria nesta região” (FOLHA DE LONDRINA, 1983). Lembramos que, conforme já mencionado, o CRAS/PR decidiu pela implantação das Delegacias Seccionais no interior. Em Londrina, a APAS/LDA foi a articuladora no processo de estabelecimento da Seccional de Londrina. Não localizamos as atas da APAS/LDA e nenhuma pesquisa acadêmica pertinente. Destarte, mais uma vez, verificamos que a história da organização política das assistentes sociais de Londrina ficou confinada à memória das participantes.

O estabelecimento da Seccional de Londrina também participou da história da organização política da categoria local. Conforme já vimos no segundo capítulo, na década de 1980, inaugurou-se o CRAS 11ª Região. Nos primeiros anos, a diretoria do CRAS/PR considerou a importância de se aproximar das assistentes sociais do interior do estado. Como estratégia, optou-se pela implantação de três Delegacias Seccionais, nas cidades de Londrina, Cascavel e Ponta Grossa. Tendo em vista que, das cidades do interior, Londrina contava com o maior grupo de assistentes sociais e com uma organização da categoria já estabelecida, deliberou-se que a cidade receberia a primeira das Delegacias Seccionais.

Para Dionete (E12, 2019), tal deliberação atendeu à “[...] demanda da região que vai negociar com um grupo do CRAS que está aberto ao processo”. Jéssica (E06, 2019) entendeu que o processo era “[...] como se fosse um desmembramento, uma extensão da APAS/LDA [...]”, uma vez que quem integraria a diretoria provisória da Seccional seriam os membros da APAS/LDA. A discussão sobre a implantação da Seccional representou mais um desafio para a organização política da categoria local:

[...] processo de criação da Seccional de Londrina foi muito interessante. Sempre tem resistência, eu lembro que em Londrina tinha alguns profissionais que questionaram se era a hora. Porque ia enfraquecer o grupo, já que era pequeno para lutar pela categoria e mais a Seccional, pois tinha que ter estrutura, mas a posição foi crescendo, a nível de discussão, de necessidade, mostrando a necessidade que era (E12, DIONETE, 2019).

Outra profissional entrevistada destacou:

[...] a gente só paga e [o CRAS] não faz nada para nós [...] [até aquele momento] nunca teve nenhum evento realizado pelo CRAS em Londrina, ou [mesmo no] Paraná, que o convite [chegasse] para os assistentes sociais de Londrina [...] (E07, GIOVANNA, 2019).

Podemos observar aqui o distanciamento entre as duas regiões. A primeira gestão do CRAS/PR (1981-1984) no editorial do informativo de 1983, destacou as dificuldades enfrentadas para a implantação do CRAS/PR: a) a dificuldade da gestão, devido ao afastamento de seus membros (sem detalhar melhor a questão); b) os problemas administrativos, como a “[...] organização e reorganização de fichários e arquivos de documentação até a compreensão e manipulação da complexa legislação, bem como da administração em si” (ACERVO CRESS/PR, 05).

Giovanna, apesar do descaso do CRAS/PR com relação a Londrina, considerou a importância da Delegacia Seccional na confecção do “[...] registro e a obtenção da carteira para os formandos; e o segundo [ponto] era melhorar mesmo a atuação dos profissionais e fiscalização” (E07, GIOVANNA, 2019).

A distância física entre o norte do estado e a capital paranaense também era apresentada como um empecilho que dificultava a articulação entre as duas regiões do estado. A Delegacia Seccional de Londrina abriria, assim, um canal para uma aproximação, do ponto de vista político e administrativo.

Após as primeiras articulações entre os dois polos regionais e a aprovação nas respectivas instâncias, o CRAS/PR indicou, como articuladoras, a assistente social Elza Maria Campos e a APAS/LDA, representada pela assistente social Maria de Fátima G. Pimentel (ACERVO CRESS/PR, 05). Os nomes indicados foram uma estratégia política, já que Maria de Fátima era reconhecida na região por sua luta na defesa da profissão, desde a graduação (no DCE), passando pela participação na fundação da APAS/LDA. Elza Maria Campos⁷⁶, da mesma forma, apresentava um histórico de luta pela defesa da profissão na APASP, no Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná (SINDASP) e no CRAS/PR.

Elza Maria Campos ficou responsável pela elaboração do estudo de viabilidade para a implantação da Delegacia Seccional de Londrina, apresentado durante a reunião do conselho pleno, em 26/04/1983 (documento não localizado

⁷⁶ Filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), à União Brasileira de Mulheres (UBM), participante efetiva da implantação das Delegacias Seccionais de Londrina e Cascavel (em 2019).

pela pesquisa, o que torna impossível a indicação de outras profissionais participantes do processo). Após o estudo de viabilidade e as articulações subsequentes, a primeira Delegacia Seccional do CRAS 11ª Região foi inaugurada no dia 12/12/1984, com a eleição da primeira diretoria provisória, composta pelas representantes da APAS/LDA, UEL e CRAS/PR. Os membros eram: Eleonora Gomes Colli, Rosa Yoko Okabayashi, Maria Ângela Paulilo, Mara Rejane Alves Nunes Ribeiro e Sandra Maria A. Oliveira. A primeira sede da Delegacia Seccional e da APAS/LDA (que dividiam o mesmo espaço) situava-se à rua Sergipe, 984, 2º andar, sala 211, centro. Rosária (E11, 2019) lembrou que a professora Lídia Maria Rodrigues e esposo foram fiadores para alugar a sala.

A ata de inauguração assinalou que o “[...] objetivo da criação desta Delegacia é descentralizar a fiscalização [...]”. A diretoria provisória teria um mandato de 90 dias “[...] até Março/1985, quando será realizada então eleição direta, com apresentação de diferentes chapas do norte novo e norte pioneiro”. Orientou também que as futuras chapas deveriam estar em consonância com a proposta da diretoria do CRAS/PR. A ação da Delegacia Seccional de Londrina abrangeria a região, e não somente a cidade (ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 05).

No tocante ao investimento financeiro para a implantação da Delegacia, na ata da reunião do conselho pleno, realizada no dia 05/12/1984, constou que, para inauguração da Seccional de Londrina, o CRAS/PR comprometeu-se enviar o valor de CR\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros). Na reunião, estiveram presentes as representantes do CRAS/PR: Sandra, Natália, Nazaré. A APASP foi representada por Elza Maria Campos.

A manutenção financeira foi descrita na primeira ata da Seccional, a qual “[...] será mantida pelo CRAS, financeira e administrativamente, desde que a arrecadação seja significativa [...]”. A manutenção da instituição estava intrinsecamente ligada ao número das assistentes sociais pagantes da anuidade. A tesoureira do CRAS/PR orientou que o aluguel da Seccional seria pago pela sede de Curitiba todo o dia 16 de cada mês. Já as contas de água, luz e condomínio ficariam a cargo da Seccional e da APAS/LDA (ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 05).

O valor da anuidade, as formas de pagamento e a entrega dos carnês⁷⁷ na Delegacia Seccional de Londrina foram pontuados. A prestação de conta seria

⁷⁷ O valor da anuidade definido para o ano de 1985 foi R\$ 70.398,00 (setenta mil, trezentos e noventa e oito cruzeiros) (ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 05).

realizada até o dia 26 de cada mês, e “[...] O retorno da arrecadação realizada pela Delegacia Seccional será até de 20%, para a manutenção da mesma. As notas fiscais deverão ser feitas em nome da Delegacia” (ATA, 12/12/1984). Foi entregue à diretoria provisória a “[...] relação dos municípios que fazem parte do Norte Pioneiro e Norte Novo, os quais constituirão âmbito de ação da Delegacia Seccional de Londrina.”, além da listagem das assistentes sociais em débito com o CRAS/PR, naquele momento (ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 05).

Uma relação de documentos administrativos foi entregue, para o uso do cotidiano da Seccional: ficha de inscrição; declaração; traslado; blocos de recibos para inscrição; outros. A fiscalização de profissional foi orientada, sobretudo para as pessoas que se intitulavam assistentes sociais sem ter a habilitação.

Ainda durante o evento de inauguração, foi registrado o repasse das informações do “XII Encontro Nacional CFAS/CRAS”, que contou com a presença da ANAS e da ABESS, no qual se discutiu o Anteprojeto de Lei da regulamentação da profissão.

A diretoria provisória ficou mais de 90 dias, pois a eleição da primeira diretoria ocorreu em maio de 1985, com apenas uma chapa (“Norte Ativo”), que tinha na sua composição assistentes sociais de Cornélio Procópio e Maringá.

As profissionais entrevistadas destacaram que as atividades administrativas da Delegacia Seccional de Londrina eram realizadas pela diretoria. Giovanna (E07, 2019) assinalou que a “[...] gente tinha uma sala e a vontade de trabalhar, só isso”. Para Jéssica,

[...] todas nós trabalhávamos e nos revezávamos para atender as demandas administrativas organizacionais [...] Todas as dificuldades eram tidas como naturais, pelo processo de implantação. E tinha o outro lado, em que os profissionais adoravam, vinham aqui em Londrina, fazia o registro por aqui, e esperava receber por aqui [...] (E06, JÉSSICA, 2019).

As dificuldades para atender as “demandas administrativas organizacionais” devem ter representado um enorme desafio, uma vez que, naquele período, as assistentes sociais trabalhavam com uma carga horária de 40 horas semanais.

A fiscalização, para as profissionais entrevistadas, não apresentou, naquele momento, demandas consideráveis:

[...] nas primeiras gestões, não me lembro de ter recebido denúncias [...] antes, as ações, nesse sentido, eram incipientes, pontuais, orientações, consultas à regional, etc. Não havia um plano efetivo, mesmo porque ninguém tinha disponibilidade (E06, JÉSSICA, 2019).

[...] A gente questionava isso, a gente não tinha estrutura para isso; eu lembro que a gente questionava: por que não tínhamos estrutura nem para isso? Se houvesse alguma denúncia, como vamos fazer isso? A parte de fiscalização veio com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) (E07, GIOVANNA, 2019).

A implantação da fiscalização apresentou-se como um grande desafio para o CRAS/PR. Em 1982, criou-se uma comissão composta por voluntários⁷⁸, com o objetivo de estudar a viabilização de uma comissão de fiscalização profissional. Em 1983, foi realizado o primeiro concurso⁷⁹ para contratar duas inspetoras de fiscalização profissional, do qual foram chamadas as duas primeiras colocadas, as assistentes sociais Carmem Lúcia Fornari Diez e Marilda Lili Corbelini. Em 1985, a diretoria do CRAS/PR demitiu as inspetoras, sob o argumento de dificuldades financeiras. Contudo, no mesmo ano, foram contratadas mais duas assistentes sociais para exercer a função de inspetoria fiscal (Juraci Margareti e Ana Maria). Ambas, inclusive, estiveram presentes na primeira eleição da Delegacia Seccional de Londrina (ACERVO CRAS/PR, 10).

A preocupação do CRAS/PR, com a implantação das Delegacias Seccionais, conforme vimos, consistiu na aproximação com a categoria no interior do estado. No entanto, observamos que, no caso da Seccional de Londrina, a preocupação foi com a arrecadação financeira, uma vez que se organizou o mapeamento das profissionais. Podemos inferir também que a fiscalização foi deixada em segundo ou terceiro plano.

Identificamos que a atual Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) teve a sua gênese a partir de 1983, mesmo período em que o CRAS/PR passou a fazer os estudos de viabilidade para a implantação da Delegacia Seccional de Londrina. A fiscalização, no início da Seccional, era efetuada pela delegada.

Cabe citar que, em meados da década de 1980, surgiram dois grupos de estudo: um vinculado ao espaço sócio-ocupacional na área da saúde, denominado Grupo de Assistentes Sociais da Área da Saúde de Londrina (GRASS); e o outro, da

⁷⁸ Conforme ata da reunião do conselho pleno, do dia 31/05/1983, compôs a comissão de fiscalização profissional as assistentes sociais: Cleonice Cleto Correia, Ingrid Fabian Godoi Cadore e Nancy Pinheiro Lima de Abreu (ACERVO CRESS/PR, 18).

⁷⁹ Foi criada uma comissão do concurso, composta por: presidenta do CRAS: Lizete Iracema Klever; diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba: Lúcia Maria Veiga Segall; diretora do curso de serviço social da Universidade Católica do Paraná: Maria Aparecida Scaramuzza; comissão de fiscalização profissional: Cleonice Cleto Correia, Ingrid Fabian Godoi Cadore e Nancy Pinheiro de Abreu.

área organizacional, o Grupo de Estudo de Serviço Social Organizacional de Londrina (GESOL). O GRASS ainda está em funcionamento⁸⁰.

Com o tempo, esses espaços de organização política promoveram diversos cursos, palestras e seminários de formação técnica, possibilitando que a informação chegasse a um maior número de profissionais. Analisando o histórico da organização política das assistentes sociais em Londrina, podemos observar que ela foi se transformando, acompanhando os posicionamentos políticos construídos pela categoria, entre as décadas de 1960-1980. O serviço social, a nível nacional, organizou-se politicamente, através de movimentos, articulações, encontros, grupos, entidades e instituições. Trataremos como esse processo de construção política nacional da categoria foi significado e sentido pelas profissionais de Londrina.

3.3 Do GEASL à Delegacia Seccional de Londrina: os vínculos com as discussões nacionais.

Buscamos aqui estabelecer as relações entre a organização política da categoria, em nível nacional, com as atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais em Londrina.

O serviço social iniciou sua trajetória de organização política a partir da segunda metade da década de 1940, na qual foram criadas duas entidades, a ABAS e a ABESS. O discurso da primeira parainfa da profissão orientava sobre o risco do tecnicismo e a rotina burocratizante. Na década de 1950, as duas instituições designadas foram importantes, no processo de luta pelo reconhecimento da profissão. Tal luta materializou-se, com a aprovação da lei que definiu a profissão como liberal, além da lei de regulamentação (conforme já mencionado). Diante da perseguição do empregador, um grupo de assistentes sociais, na defesa das trabalhadoras e da profissão, criou a APASSP.

Nos anos 1960, aprovou-se o decreto que regulamentava a profissão, surgindo o Conjunto CFAS/CRAS. Década que também verá a aproximação do serviço social brasileiro com a América Latina, desenvolvendo uma perspectiva crítica da profissão, abortada pela onda de autoritarismo e ditadura militar que

⁸⁰ Nos anos 2000, foram criados em Londrina: o Fórum das Assistentes Sociais que Trabalham nas Instituições que Atende na Modalidade de Defesa e Garantia de Direitos a Pessoas com Deficiência e o Fórum Municipal de Trabalhadoras(es) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Londrina.

assolou a região. Processo que contribuiu para a formação de dois grupos, com direções políticas diversas. O primeiro grupo, a Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (ESS/BH), o qual propôs uma aproximação com a teoria crítica, da defesa da classe que vive do trabalho e dos movimentos sociais, (consideramos, segundo Batistoni (2019), que a ESS/BH formou-se no período de 1960-1975). O segundo grupo, com os Seminários de Teorização, buscou discutir o objetivo e o sentido da profissão.

É aqui que identificamos a “primeira geração” das assistentes sociais em Londrina e região, as quais instituíram diversas formas de organização política, objetivando a defesa da profissão.

A primeira organização, nesse sentido, foi o GEASL. Beatriz (E04, 2019) considerou que o objetivo do grupo era o estudo da profissão e suas abordagens, em sintonia com os Seminários de Teorização. Buscava uma “[...] síntese de um dado modo de conceber o serviço social brasileiro [...]”, e ainda contava com uma representatividade (NETTO, 2015, p. 214).

Diante da realidade da região, o grupo entendeu que era necessário ampliar o seu papel e a lutar para que o GEASL fosse reconhecido. Para tanto, solicitou, junto ao CRAS 10ª Região, que Londrina tivesse o direito a uma representação local, o que foi obtido, constituindo o marco da organização política da profissão em Londrina e região (SILVA; BATTINI, 2008).

Outra conquista dessa “primeira geração” de assistentes sociais, através do GEASL, foi a implantação do curso de serviço social da UEL, que também marcou o término do grupo. A UEL foi a articuladora da profissão na região e proporcionou uma aproximação com a ABESS. Além disso, a pós-graduação na PUC/SP, cursada por professoras da UEL, aproximou o serviço social de Londrina e região das discussões e produções nacionais. Beatriz afirmou que o curso de serviço social da UEL participava do

[...] debate nacional e as instituições representativas da categoria, que outros cursos de serviço social não faziam, Londrina fazia, eles não faziam, [outros cursos] foram fazer mais tarde. PUC/PR, por exemplo, era super reconhecida, mas eles não tinham esse desprendimento que a gente tinha aqui. Então, a gente ia, participava, participava da diretoria, tanto do CELATS, ALAETS, serviço social e o Mercosul. A gente fez encontros maravilhosos: no Uruguai, no Chile, nos congressos, a gente ia participar das coisas, porque era o processo de [Movimento de] Reconceitualização, e a gente discutia a questão da latinidade do serviço social, porque era tudo da Europa, dos Estados Unidos da América, e a gente queria coisa nossa. Então, começamos a discutir nossa dissertação de mestrado e a tese de

doutorado, a gente tinha essa intenção, o que a gente queria era construir juntos (E04, BEATRIZ, 2019).

A UEL e o colegiado do curso de serviço social entendiam a importância de se participar das discussões nacionais da profissão, entendimento que auxiliou na aproximação dos debates nacionais e internacionais (América Latina). As assistentes sociais formadoras aproximaram-se com a ala crítica da profissão, o que refletiu na produção acadêmica. Ao questionamento sobre a devolução das experiências teóricas vivenciadas, Beatriz afirmou que sempre houve uma devolutiva para a categoria, de diversas formas e de acordo com cada momento. No segundo ano de implantação do curso de serviço social na UEL, o colegiado solicitou, junto à universidade, um curso de especialização, denominado “A Supervisão no Serviço Social”:

A gente dava curso de especialização, logo no segundo ano de implantação do curso de serviço social [da UEL], com a Balbina Ottoni Vieira; nós levamos dois anos para fazer o curso, com todos os professores contratados na época, porque nós íamos começar o processo de estágio e supervisão de aluno, e a gente não sabia o que era aquilo. [...] a UEL pagou o curso de especialização de supervisão de estágio [...] (E04, BEATRIZ, 2019).

Inferimos que, conforme as assistentes sociais formadoras e o próprio curso de serviço social desenvolviam-se, as atividades eram estendidas à categoria profissional de Londrina e região. Beatriz (E04, 2019) recordou que, no período, “[...] a gente lia, estudava, fazia mestrado/doutorado, discutia com os profissionais, fazíamos muitos cursos, muitos encontros [...]”. Uma das formas para divulgação dos novos saberes foi através da supervisão de campo, na qual

[...] a gente ia no campo conversar com os profissionais, a gente chamava os profissionais que se colocavam à disposição para fazer a supervisão, chamávamos eles aqui na UEL, apresentava as coisas, os conteúdos, enfim. E a gente acompanhava, a gente tinha disponibilidade, porque tínhamos carga horária [...] (E04, BEATRIZ, 2019).

Destacamos a importância do estágio supervisionado, composto pela interação discente/supervisão de campo e acadêmica, propiciando trocas de saberes, dúvidas e teorias, formando um conhecimento coletivo.

A profissional entrevistada apontou o oferecimento de cursos, como forma de divulgação de saberes: “[...] a gente chamava todo mundo que a gente achava importante [...]”. Visando contribuir com a formação das profissionais em toda a região, os cursos oferecidos, segundo Beatriz, foram os seguintes:

[...] Dinâmica de Grupo, com a Edith Motta; Planejamento, com a Miryan Veras Baptista; Pesquisa Participante, com a Maria Ozanira Silva e Silva; Questão da Teoria e da Metodologia do Serviço Social, com Vicente de Paula Faleiros e a Nobuco Kamayna (E04, BEATRIZ, 2019).

Beatriz (E04, 2019) informou que as atividades eram realizadas no auditório da Casa da Cultura. Compareciam profissionais de Londrina e região, inclusive dos estados de Santa Catarina e de São Paulo. Atividades e cursos que qualificaram o serviço social da região:

[...] nós fomos qualificando a profissão, não só o docente, o aluno e o supervisor de estágio, mas a profissão. E os assistentes sociais participavam dos eventos. Nossa, a gente enchia a sala, a gente fazia lá no Edifício Júlio Fuganti, o último andar era um auditório da Casa da Cultura. A gente enchia de profissionais da região inteira, vinha do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo, todo mundo de serviço social vinha aqui, e era a gente que fazia isso (E04, BEATRIZ, 2019).

Londrina foi se tornando referência para a região, ao mesmo tempo em que a organização política em torno da defesa da profissão também foi se construindo, estreitando os laços com outros estados, em especial com São Paulo e o núcleo da PUC/SP. Na perspectiva de aproximação e troca de conhecimentos, ocorreu, em 1977, a reabertura da APASSP. Abramides e Cabral (2009) consideraram que um “[...] espectro político da categoria profissional, o setor conservador e modernizador, se agrupava no Conjunto CFAS/CRAS [...]”. A ABESS seguia o mesmo alinhamento, em sintonia com a ditadura do período.

Com relação à reabertura da APASSP, Souza (2009) destacou a atuação das recém graduadas Celinha e Chana, que buscaram mobilizar as assistentes sociais de São Paulo, como também as associações e sindicatos já existentes. Os reflexos fizeram-se sentir no Norte do Paraná, região ligada historicamente ao estado de São Paulo. Nesse período, um coletivo de assistentes sociais propôs a criação da Associação dos Assistentes Sociais do Norte do Paraná (AASNP), conforme vimos. Beatriz (E04, 2019) e Rosária (E11, 2019) afirmaram que a ABESS desempenhou um papel fundamental no processo de politização da categoria, algo que questionamos. Consideramos a contribuição da ABESS, mas destacamos outros movimentos, entidades, grupos e ações que fomentaram a organização da categoria, em uma soma de fatores contribuintes. A proposta de criação da AASNP estava, sem dúvida, relacionada com a discussão nacional sobre as novas perspectivas de organização da categoria. Tal processo explicitou que as profissionais, em Londrina, possuíam grupos distintos. Para Rosária (E11, 2019),

“[...] nós tínhamos uma profissão pulverizada [...]”, o que facilitou para que o coletivo de Curitiba prevalecesse, fundando-se assim a APASP.

Em 1978, destacamos uma atividade importante em Londrina, orquestrada pela organização estudantil do serviço social: o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS).

A “segunda geração” das assistentes sociais de Londrina e região foram constituídas pelas discentes do curso de serviço social da UEL. Parte delas participaram ativamente do DCE, da criação do CASS, da aproximação das lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, junto a outras profissionais da linha crítica. Esse grupo vai fundar a APAS/LDA, uma vez que não se sentia representado pela APASP. A criação da APAS/LDA proporcionou a ligação com a organização política da categoria em nível nacional. Ao participar de um evento nacional e expressar as dificuldades do grupo das assistentes sociais de Londrina, a APAS/LDA conseguiu a articulação da categoria na região Sul do país, com o apoio da APASSP. A APAS/LDA forjou-se na luta da classe trabalhadora, nos movimentos sociais e, principalmente, nos movimentos da categoria, através da CENEAS e ANAS.

A profissional Cacilda fez questão de destacar a importância da ANAS:

Eu acho muito importante colocar o que era o papel da Associação Nacional dos Assistentes Sociais na luta pela Constituição Federal de 1988. Na constituinte, nós fomos uma das categorias, assim aparece a Associação Brasileira de imprensa, aparece a OAB, aparece a igreja e a ANAS. Ela foi fundamental na época; nós já tínhamos o conhecimento de legislação. Como não tinha uma Constituição, não tinha uma política nacional. As nossas legislações eram muito dispersas; então assim, estudar, fazer grupo de estudo, se encontrar, se entender como classe trabalhadora [...] (E09, CACILDA, 2019).

A partir desse relato, podemos analisar a importância da entidade na luta pela democracia nacional. Ela contribuiu para o entendimento da profissão, enquanto classe que vive do trabalho, e valorizou a importância das lutas societárias. Segundo a profissional entrevistada, “[...] toda essa discussão era alimentada pela ANAS com todo esse sacrifício que era essa luta” (E09, CACILDA, 2019).

Bruna (E08, 2019) também destacou que, através da ANAS, as assistentes sociais discutiam “[...] as lutas ampliadas, pensar na questão de cidadania, na garantia do direito da classe trabalhadora [...]”, lembrando que tais discussões eram feitas em “[...] uma época que não se falava em cidadania, direito, garantias [...]”.

De acordo com as profissionais entrevistadas, a ANAS e a APAS/LDA foram de fundamental importância para introduzir o debate das lutas societárias, no entendimento de que somos classe trabalhadora. Na década de 1990, como continuidade do processo, a direção política crítica da profissão foi definida, além do nosso Projeto Ético Político e da Lei que regulamenta a profissão.

Dionete (E12, 2019) lembrou que, além da discussão progressista, a APAS/LDA iniciou a aproximação com a categoria de Curitiba:

[...] a gente começou a evoluir, montamos nossa associação; era muito atuante e levamos assistente social de Curitiba para Londrina, para participar de evento; e queríamos transformar em sindicato. Só que nessa evolução, de construção em conjunto com a APAS/LDA e APASP, nós aprofundamos uma discussão, inclusive com a Elza Campos, a Wanderly, a Mirian, a Fátima; aí, começamos a aprofundar a discussão e identificou-se que precisávamos muito fortalecer a categoria, porque precisamos muito se posicionar, enquanto profissionais, senão, a gente ia ser engolidos [...] (E12, DIONETE, 2019).

Como já vimos, o início da década de 1980 marcou, nacionalmente, a aproximação entre o CFAS, a ANAS e a ABESS para a elaboração do IV CBAS, o que refletiu no Paraná. As profissionais organizaram-se no conselho de profissão, que se interiorizou através das Delegacias Seccionais. A aproximação entre as APAS do estado foi utilizada para a articulação da construção da Delegacia Seccional de Londrina. Em meados da década, a ANAS passou a disputar espaços na direção do Conjunto CFAS/CRAS.

As entidades implantadas em Londrina, fruto da organização política das assistentes sociais em defesa da profissão, do GEASL à Delegacia Seccional, vincularam-se, de acordo com o período histórico da categoria, com o que vinha sendo discutido nacionalmente. O período histórico da pesquisa permitiu perceber que a parte engajada da categoria passou a considerar posições mais críticas, questionando as mazelas sociais do país.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu-nos compreender que a organização política das assistentes sociais sempre esteve presente na construção da profissão. A ousadia de mulheres, que enfrentaram o machismo e a misoginia da sociedade brasileira, possibilitou a criação de uma profissão de nível superior. Ousadia que sempre acompanhou a categoria, seja na busca de uma fundamentação teórica para a profissão, seja ao planejar e criar duas instituições (ABAS e a ABESS), que foram o paradigma de construção da organização política das assistentes sociais a nível nacional. Ao vivenciar as dificuldades do campo de trabalho, a categoria criou a APAS, organização pré-sindical, que objetivou a defesa das trabalhadoras.

A categoria profissional, desde o início, preocupou-se com a formação e com a técnica profissional. Odila Ferreira (1941), conforme apontamos, deixou claro às primeiras profissionais graduadas em serviço social a necessidade de evitar o tecnicismo. A assistente social, para ela, não poderia ser um “autômato”, mas uma profissional imbuída do humano, o que nos permite afirmar que a profissão teve, na sua gênese, uma dimensão e um direcionamento político. Podemos identificar as primeiras manifestações da organização política da categoria na realização do I Congresso de Assistente Social e na aprovação do primeiro Código de Ética profissional.

A luta pelo reconhecimento do serviço social, enquanto profissão de nível superior, além do processo da regulamentação, foram também momentos na organização política da categoria. Conquistas que resultaram das articulações políticas das profissionais. A implantação do Conjunto CFAS/CRAS (hoje, CFESS/CRESS), foi o momento final da fase de institucionalização da profissão, conforme apresentamos.

A aproximação teórica com a América Latina, na década de 1960, trouxe novas abordagens e entendimentos para a profissão, processo denominado como “Movimento de Reconceituação”, interrompido pela onda ditatorial que assolou a Ibero-América (NETTO, 2005). Mesmo diante das adversidades conjunturais daquele momento, o Movimento de Reconceituação influenciou uma parcela das assistentes sociais, que passaram a se identificar como classe trabalhadora e a buscar a integração com os movimentos sociais.

A Reconceituação possibilitou a disputa de uma direção política da categoria. A ESS/BH, mesmo durante a ditadura civil/militar, aproximou-se de uma teoria crítica e desenvolveu uma metodologia de trabalho, que ficou conhecida como o “Método BH”. Além desse grupo, o “Seminário de Teorização”, financiado pelo CBCISS, discutiu o trabalho da assistente social, enquanto técnica e método, sem aprofundar as causas da questão social. Os Seminários de Teorização foram planejados, contando com a participação de representantes de diversas regiões do país. Concomitantemente, o Conjunto CFAS/CRAS, alinhado ao governo ditatorial, desenvolveu suas atividades, de forma burocrática, com uma fiscalização de cunho policialesco e punitivo (LEMOS, 2013), ficando ainda responsável pela organização dos CBAS.

Os movimentos sociais e a retomada da organização sindical constituíram focos de oposição à ditadura brasileira. As entidades sindicais da categoria foram retomadas, em uma organização política que questionou a direção do III CBAS. Criou-se a CENEAS e uma estratégia de intervenção, mobilizando outras profissionais e possibilitando a “Virada”. O CENEAS conseguiu obter, graças às articulações políticas das profissionais, a coordenação do IV CBAS.

O III CBAS foi um marco para profissão. A partir dele, o grupo crítico, que já fazia a defesa da profissão nos espaços sindicais e movimentos sociais, passou a coordenar uma atividade da categoria. Segundo Silva (2011), a partir do IV CBAS, houve a criação da ANAS e sua articulação com o CFAS e a ABESS, visando a elaboração do V CBAS.

Entendemos a importância do III CBAS, o qual contou com muitas produções acadêmicas. Contudo, ao estudar a história do serviço social no Paraná, identificamos que o IV CBAS foi extremamente relevante para a organização política da profissão, provocando o surgimento de vários grupos de estudo no interior do estado. Destarte, consideramos a necessidade de estudos que aprofundem o IV CBAS e seus impactos no campo da organização política da categoria no Paraná.

Encontramos poucas produções sobre o surgimento do serviço social no Paraná, a criação do CRAS 11ª Região, a APASP, a APAS/LDA e sobre a organização política da categoria. Observamos, durante a pesquisa, que os relatos registrados nas atas revelaram a confecção de diversos documentos, cuja localização não foi possível. O que nos leva a inferir que a preservação de parte da memória da profissão, no Paraná, não foi considerada. O historiador Antonio Paulo

Benatti (1999, p. 5) destacou que a falta de fontes (no nosso caso, a falta de documentos) indica problemas vivenciados pelas personagens (lembrando que ele trabalhou com a temática da prostituição, da vida boêmia e dos marginais na cidade de Londrina). Para o autor, o sequestro da palavra e da memória efetivam o silêncio da própria história. Silêncio que insiste em se manter e prevalecer. Nesse sentido, a falta de documentos relativos à profissão nos obrigou a buscar nas entrelinhas algumas respostas ou, na expressão de Benatti (1999, p. 05), “ultrapassar a intencionalidade imediata do registro”. Ou ainda, seguindo Walter Benjamin (1993, p. 225), “escovar a história a contrapelo”.

Em Londrina, as entrevistas nos revelaram que o surgimento da profissão esteve vinculado às diversas formas de expressões da questão social na cidade. Além disso, as primeiras organizações políticas da categoria foram vitais para a manutenção da própria profissão, diante de um quadro de assistencialismo reinante. A falta de documentação bibliográfica fez com que as entrevistas fossem a principal fonte para a realização do trabalho. No entanto, as entrevistas, enquanto fontes orais, situam-se no cediço campo da memória. Percebemos uma “seletividade” na memória das profissionais entrevistadas, além de uma edulcoração do passado e exaltação de alguns personagens. No entanto, o uso dessas fontes não pode ser descartado. Novamente Benatti (1999, p. 7) veio em nosso socorro. Procuramos utilizar, a exemplo do autor, essas fontes orais para o preenchimento das lacunas que os poucos documentos deixaram, buscando iluminar pontos nebulosos e resgatar aspectos não mencionados na história da organização política da categoria.

Destacamos que o problema não é a memória das que participaram da organização política da categoria. A questão é que só temos a memória delas. É importante considerar que os relatos das profissionais entrevistadas esclareceram e recuperaram parte da memória e da história da organização política da categoria em Londrina. Contudo, muitos aspectos ainda ficaram nas sombras e no esquecimento. Faltou ao trabalho depoimentos de profissionais que relatassem outras visões, que apresentassem novos aspectos e que elencassem outros grupos/entidades, o que enriqueceria o entendimento do campo da organização política local e do histórico da categoria.

Consideramos também a necessidade de sistematização das fontes documentais relativas à história do serviço social e da organização política da categoria no estado do Paraná. O CRESS/PR, Seccional de Londrina e a UEL foram

as instituições apontadas pela nossa pesquisa, nas quais documentos aguardam um adequado e profissional tratamento arquivístico. No tocante à UEL, julgamos de vital importância o levantamento do material histórico do curso de serviço social, como por exemplo, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) das primeiras turmas, além da verificação e sistematização de documentos que se encontram em uma das salas do departamento do curso de serviço social. O presente trabalho propõe que as instituições (CRESS/PR, as universidades, ABEPSS e os CASSs) possam rever seus arquivos, sistematizá-los e promover projetos de pesquisa e documentários com as profissionais que fizeram parte da história da profissão no Paraná.

Memória e história constituíram elementos norteadores do nosso trabalho. O problema da exiguidade dos documentos e da falta de cuidado com a memória da profissão no Paraná, conforme procuramos demonstrar, suscita sombrias reflexões. O lema orwelliano é sinistramente válido para o serviço social: “[...] quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado [...]” (ORWELL, 2012, p. 47). É imperioso que a história das lutas das profissionais e a organização política da categoria sejam valorizadas, sob pena de grupos, pessoas ou ideologias perniciosas “reescreverem” a memória do serviço social ao sabor dos mais escusos interesses. Nesse sentido, Jacques Le Goff considera que

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426).

Nossa proposta de pesquisa procurou o entendimento de como a profissão, em Londrina, organizou-se politicamente para a defesa da categoria. Não deixamos aqui um ponto final. Novas pesquisas e novos olhares são possíveis e necessários. Ou, para dizer como o Trabalhador leitor de Brecht: “Tantas histórias. Tantas questões”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBUD, Juliana Falavigna; MACHADO, Nara Helena Naumann. Cidades-Jardins e suas ressonâncias na habitação Social. *In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 10., 2011, Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos** [...] Rio Grande do Sul: PUC, 2011 p. 01-03. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/SIC/XII/7>. Acesso em: 14 out de 2018.

ABEPSS – 70 anos. Direção: Leile Teixeira, Marcos Limonti e Rodrigo Teixeira. Entrevistados: Ana Elizabete Mota, Claudia Mônica dos Santos, Elaine Behring, Esther Luíza Lemos, Eugênia Célia Raizer, Ivanete Boscheti, Josefa Batista Lopes, Jussara Maria Rosa Mendes, Maria Beatriz Abramides, Maria Carmelita Yazbek, Maria Helena Eupídio, Maria Inêz Bravo, Maria Liduína de Oliveira e Silva, Maria Lúcia Martinelli, Maria Marieta Koike, Marilda Vilella Iamamoto, Marina Maciel Abreu, Maurilio Castro de Matos, Nilza Burgos, Raquel Santos Sant'Ana, Rosangela Batistoni, Yolanda Guerra. Brasil, TV ABEPSS, 14 maio 2017. 1 documentário (93 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j1f9a_9NLIw. Acesso em: 13 ago. 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 Anos do “Congresso da Virada”. *In: SILVA, Maria Luduína de Oliveira e. (org.). O congresso da virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019

ABRAMIDES, Maria Beatriz. A chama do meu peito ainda queima. Sabia! Nada foi em vão... *In: SEMINÁRIO NACIONAL: 30 ANOS DO CONGRESSO DA VIRADA. 1979-2009*, São Paulo. **Palestras** [mesa dos depoimentos históricos]. São Paulo: CFESS (org.), 2012. Tema: Começaria tudo outra vez se preciso fosse, p.51-60. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf> Acesso em: 30 out. 2019

ABRAMIDES, Maria Beatriz, CABRAL, Maria do Socorro. A Organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social Brasileiro *In: 30 ANOS CONGRESSO DA VIRADA 1979-2009*. Brasília. **Palestras** [...] Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (org.), 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf> Acesso em: 30 out. 2019

ABREU, Ana Cristina Muricy de. A política nacional de fiscalização do conjunto CFESS-CRESS: avanços e particularidades. **Revista Inscrita**. v. 09, n. 13, p. 58-65, nov. 2012

ALVES, Jolinda de Moraes. **Assistência aos pobres em Londrina: 1940/1980**. Londrina: Eduel, 2013.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. 2 ed. Londrina: Eduel, 2008. 254 p.

ARRIAS, Matheus Eurich. **A Marcha para o Oeste e o Estado Novo**: a conquista dos sertões. 17 f. Monografia (Bacharelado em História) - UNB, Brasília, 2016. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/15448?mode=full>. Acesso em: 03 fev. 2016.

BAPTISTA, Myrian Veras. Relembrando História. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 9, n. 1, jul./dez. 2006. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v9n1_myrian.htm. Acesso em: 01 dez. 2018.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BATISTONI, Maria Rosângela. O projeto da escola de Serviço Social de Belo Horizonte 1960- 1975: uma reconstrução histórica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.

BATTINI, Odária (org.). **As determinações sócio-históricas do Serviço Social no Paraná**: gênese e institucionalização (1940/1959). Londrina: Eduel, 2009.

BATTINI, Odária. A História do Serviço Social na História Paraná: gênese e institucionalização 1940/1959. In: CONGRESSO PARANAENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2012, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...] Curitiba: CRESS., 2012. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/site/a-historia-do-servico-social-na-historia-do-parana/>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens**: prostituição e vida boemia em Londrina (1930-1960). 2.ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PRADO JR., Caio. O Estatuto do Trabalhador Rural. In: SANTOS, R. **Agraristas políticos brasileiros**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 87-97. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/59grm/pdf/santos9788599662816-05.pdf>. Acesso em 12 jun. 2019.

CAMPOS, Névio de. Ensino Superior do Paraná (1949-2013). In: ROIZ, Diogo da Silva (org.). **A Educação em perspectiva histórica**: temas e problemas. Serra: Editora Milfontes, 2018. p. 67-97.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 216p.

COLITO, Maria Clementina Espiler. **As duas realidades presentes em um movimento social popular**. 218 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1987.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE PROFISSIONAIS LIBERAIS. **O profissional liberal**. Disponível em: <https://www.cnpl.org.br/o-profissional-liberal/>. Acesso em: 21 nov. 2019

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. **CRESS 10ª região**: histórico. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/conselho/cress-10-regiao>. Acesso em: 06 fev. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DO MARANHÃO 16ª Região (CREFITO-16). **Veja a diferença entre conselho, associação e sindicato**, 02 fev. 2006. Disponível em: <http://crefito16.gov.br/site/index.php/2016/02/02/veja-a-diferenca-entre-conselho-associacao-e-sindicato/> Acesso em: 22 nov. 2016

CUNHA, Fábio César Alves da. A letargia das regiões metropolitanas do interior do Paraná. *In*: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 2013. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 01-17. Disponível em: http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT02_fabio.pdf. Acesso em: 30 set. 2015

DELGADO, Maria Berenice. A organização política dos assistentes sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 05, p. 39-43, mar. 1981.

HISTÓRIA da ENESSO. Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). 12 set. 2014. 6p. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020

ESTATUTO do trabalhador rural. **Base de dados/dicionário**. FGVCPDOC, 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>. Acesso em 05 mar. 2020

FALEIROS. Vicente de Paula. A chama em meu peito ainda queima. Sabia! Nada foi em vão...*In*. SEMINÁRIO NACIONAL: 30 ANOS DO CONGRESSO DA VIRADA. 1979-2009, São Paulo. **Palestras** [mesa dos depoimentos históricos] São Paulo: CFESS (org.), 2012. p. 47-50. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf> Acesso em: 30 out. 2019

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. O processo legislativo e a regulamentação do serviço social no Brasil: uma análise documental. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 29-50, abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.129>. Acesso em: 12 de jun. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário de língua portuguesa dicionário. 7. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. **Historiografias**. Acesso em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream>. Acesso em: 17 nov. 2019

FERREIRA, Jorge. Dossier 1946-1964: a experiência democrática no Brasil. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-770420100001&lng=en&nrm=iso Acesso em: 15 de out. 2019

FERREIRA, Francisco de Paula. O Serviço Social e a Organização Profissional, **Rev. de Serviço Social**. São Paulo, ano VIII, v. 3, n. 48, mar./jun., p. 26-29, 1948.

FERREIRA, Odila Cintra, et al. As Conclusões do Congresso, **Rev. de Serviço Social**, São Paulo, ano VIII, v. 3, n. 48, mar./jun., p. 26-29, 1948

FERREIRA, Odila Cintra. Discurso de Parainfo. **Rev. de Serviço Social**, São Paulo, v. 3, n. 25-26, jan./fev., p. 26-29, 1941.

FILHO, Marinósio. **Dos porões da delegacia de polícia**. Londrina: Canadá, 1979.

FINATTI, Betty Elmer. **Assistência estudantil na Universidade Estadual de Londrina/UEL. 2007**. 261 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2007.

FELISMINO, Tadeu. **O tempo do Poeira**: história e memória do jornal e do movimento estudantil da UEL nos anos 1970. Londrina: EDUEL, 2018

FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da morte**: o contestado visto e sentido “entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”. 2.ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2015.

GALLO, Bruna; MACEDO, Oigres. A obra de Vilanova Artigas em Londrina-PR: documentação de uma paisagem urbana. *In*: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO BELO HORIZONTE, 5., de 24 a 26 de Outubro de 2017. Londrina. **Anais eletrônicos [...]**. Londrina, 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71662-a-obra-de-vilanova-artigas-emplondrina-pr--documentacao-de-uma-paisagem-urbana>. Acesso em: 29 de maio de 2019

GIL, Antônio Carlos. *et al.* Por que fazer pesquisa quantitativa em saúde? **Caderno de Pesquisa em Ciência da Saúde da Universidade de IMES**, São Caetano do Sul, v. 1, n. 2, p. 5-19, 2006.

GONÇALVES, Rachel Mäeder. Histórico do Serviço Social no Paraná. **Informativo CRASS 04**, Curitiba, ano II, n. 06, out./dez., 1982.

GUEDES, Olegna de Souza. Interpretações do Humanismo no Serviço Social Brasileiro. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social), 360 p. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O Coronelismo**: uma política de compromissos. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História, 13).

JESUS, Camila Vian; MENDONÇA, Eduarda Lustosa de; KIRSTEN, Martin Branco. Estado Novo (1937-1945): a concepção de desenvolvimento, o funcionamento estatal, as políticas econômicas e o seu legado para o desenvolvimento no Brasil. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 10., 2017. **Artigos [...]** ANPEC, 2017. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_l/i1-ee2299c1c9832241a019300ac380088a.pdf. Acesso em: 07 nov. 2019.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAZZARONI, Lia Brun; COSTA, Suely Gomes. A trajetória da fiscalização do exercício profissional do assistente social. *In*. A história da fiscalização da criação dos conselhos aos dias atuais. *In*: **CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS, A Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social**. Brasília. 1990. p. 11-15.

LEME, Edson Holtz. **Noites Ilícitas**: histórias e memórias da prostituição. Londrina: EDUEL, 2005.

LEMOS, Esther Luiza de Souza; CAZELA, Mabile Caetano. As configurações da exploração do trabalhador no capitalismo contemporâneo. *In*: SIMPÓSIO REGIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, 21; SEMANA ACADÊMICA DE SERVIÇO SOCIAL, 5., 2013. **Anais eletrônicos [...]** Unioeste. Conselho Profissional de Serviço Social: contextualização histórica e projeto profissional. ago. 2013. Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/eventos/servicosocialunioeste/anais/upload/CazelaLemos_php. Acesso em: 04 fev. 2018.

LIMA, Isabelle Cristina Custódio de. 40 anos do Movimento Estudantil de Serviço Social: desafios e perspectivas na atualidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 37-51, jul./dez. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/ROSANG~1/AppData/Local/Temp/24093-Texto%20do%20artigo-83026-1-10-20191219.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

MASCHIO, Edison. **Escândalos da Província**. 2. ed. Londrina: Kan, 2011.

MONTEIRO, Thiago Nunes. **Como pode um povo vivo viver nesta carestia**: o movimento do custo de vida em São Paulo (1973-1982). Dissertação (Mestrado em História Social). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2015. 247 f. Disponível em: https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/2015_thiagowilliamnunesgusmaomonteiro_vcorr.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, v.2, n. 3, p. 41-50, 2001.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 05-19, nov. 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PACHECO, Jairo Queiroz (org.). **Inventário sumário do “Fundo DCE” do CDPH**. EDUEL, Londrina, 1997. 59 p. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/publicacoes_poeira.pdf. Acesso em: 15 dez.2019

PRADO JR., Caio. O Estatuto do Trabalhador Rural. *In*: SANTOS, Raimundo. **Agraristas políticos brasileiros**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 87-97. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/59grm/pdf/santos-9788599662816.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PRIORI, Angelo. *et al.* História do Paraná: séculos XIX e XX. *In*: **A história do oeste paranaense**. Maringá: EDUEM, 2012. p. 75-89. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-07.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Projeto Profissional e organização política do Serviço Social Brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. *In*. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 209-234

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional**: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social. 2005. 332f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9640>. Acesso em: 03 mar. 2018

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade de 1964-1984. Londrina: EDUEL, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/ditadura%20militar.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1982.

SANTOS, Marta Alves. Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos desafios contemporâneos. **R. Katál**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 233-240, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/09.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SANTOS, Josiane Soares. As condições de trabalho e autonomia profissional na seguridade social: questões para o Serviço Social. *In*: SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 5., 2018, CFESS. Brasília. **Palestra** [...]. Brasília: CFESS, 2018, p. 522 -536. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018CFESS-5EncontroSeguridade.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2019.

SCHÜTZ, César. **Conselhos Profissionais e Sindicato**. SISMUC. [201-?]. Disponível em: <http://files.sismuc.org.br/arquivos/doc.-outros/conselhos-profissionais-e-sindicatos.pdf> Acesso em 20 nov. 2019.

SCHWARZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. Assistência e materialismo em Londrina: a "Casa da Criança" (1955 – 1969). *In*: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA SIMPÓSIO TEMÁTICO, 18..., 2015, Florianópolis. **Anais** [...] Tema: Assistência e pobreza: novos desafios historiográficos. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434294882_ARQUIVO_texto_anpuh2015.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Elza Nice Souza. **Cotidiano e consumo na cidade de Londrina (1960-2000)**, Londrina, 2008. 23p. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1833-6.pdf> Acesso em: 02 fev. 2010

SILVA, Lídia Maria M. Rodrigues da; BATTINI, Odária. Notas para a reconstrução da história do Serviço Social na Região Sul I. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 95, p. 109-138, mar. 2008.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 326-351, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a12v8n15.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019

SILVA, Cláudia Neves. A presença de postulados tomistas na gênese do Serviço Social. **Semina, Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 24, n.1, p. 87-100, set. 2003.

SILVA, Claudia Neves da. **Poder Público Municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo**: dois modelos de atuação na área de assistência social em Londrina (1964-1988). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Terra roxa de sangue**: a guerra de Porecatu. Londrina: EDUEL, 1996.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Estado, burocracia e patrimonialismo no desenvolvimento da administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp019574.pdf> Acesso em: 25 ago. 2018.

SOUZA, Luiza Erundina. A chama em meu peito ainda queima. Sabia! Nada foi em vão...*In*. SEMINÁRIO NACIONAL: 30 ANOS DO CONGRESSO DA VIRADA. 1979-2009, São Paulo. **Depoimento** [mesa dos depoimentos históricos]. São Paulo: CFESS (org), 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf> Acesso em: 30 out. 2019.

SOUZA, Luiza Erundina. Os 25 da Associação Profissional dos assistentes Sociais de São Paulo – APASSP. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 5, p. 77-88, mar. 1981.

TAUNAY, Visconde de. **O Encilhamento**: Scenas contemporaneas da Bolsa em 1890, 1891 e 1892. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História, v. 70).

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina: v. 21, n.1, p. 183-194, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215>. Acesso em: 12 jan. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos teóricos-metodológicos do Serviço Social. *In*: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>. Acesso em: 11 nov. 2018.

ZORTÉA, Alberto João. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida**. São Paulo: Juriscred, 1975.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ACERVO CRESS/PR, 01. Resolução CFAS. n. 137/80, 18 out.1980.

ACERVO CRESS/PR, 02. Informativo CRAS. Ano I, n. 04, 1982. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 03. Informativo CRAS. Ano II, n. 05, 1982. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 04. CRAS Paraná Informa. Ano III, n. 12. abr./jun., 1984. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 05. Informativo CRAS. Ano II, n. 08. abr./jun., 1983. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 06. Informativo CRAS. Ano III, n. 10. out./dez., 1983. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 07. Informativo CRAS. Ano III, n. 11. Jan./mar., 1984. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 08. Informativo CRAS. Ano III, abr./jun., 1984 Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 09. Boletim Informativo CRAS. Boletim Extra, out., 1986. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 10. Boletim Informativo CRAS. 1985. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 11. Boletim Informativo CRAS. maio, 1987. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 12. ATA - Conselho Pleno, 26 abr. 1983. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 13. Jornal da Classe CRAS 11^a. Região, 1985. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 14. Boletim Informativo CRAS. Boletim Extra. ago., 1986. Curitiba.

ACERVO CRESS/PR, 15. Boletim Informativo CRAS. 1987. Curitiba

ACERVO CRESS/PR, 16. Informativo CRAS. 1989. Curitiba

ACERVO CRESS/PR, 17. Boletim Informativo CRAS. Boletim jan., 1987. Curitiba

ACERVO CRESS/PR, 18. ATA, Conselho Pleno, 31 maio 1983. Curitiba

ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 01. I Semana de estudo de Serviço Social. Londrina

ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 02. Paineis da Previdência e Assistência Social. Londrina

ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 03. I Congresso Norte Paranaense de Serviço Social de Empresa. Londrina

ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 04. Encontro Regional. Londrina

ACERVO SECCIONAL DE LONDRINA, 05. ATA, Implantação da Delegacia Seccional de Londrina, 12 de dezembro de 1984. Londrina

ACERVO PGSSPS, 01. Relatório das Atividades Preliminares da Comissão Organizadora da Formação do Órgão de representação de Classe dos Assistentes Sociais. UEL/Londrina

ACERVO PGSSPS, 02. Cartas Resposta. UEL/Londrina

ACERVO PGSSPS, 03. Comissão Organizadora. ATA 04 jun. 1977. UEL/Londrina

ACERVO PGSSPS, 04. Primeira reunião da ASSNP, ATA 20 jul. 1977. UEL/Londrina

ACERVO PGSSPS, 05. Segunda reunião da ASSNP, ATA 15 ago. 1977. UEL/Londrina

REFERÊNCIAS ORAIS

E01.JULIANA. 2019

E02. LUCIANA. 219

E03. SIMONE. 2019

E04. BEATRIZ.2019

E05. ROSANA. 2019

E06. JÉSSICA.2019

E07. GIOVANNA.2019

E08.BRUNA.2019

E09.CACILDA.2019

E10. FERNANDA.2019

E11.ROSÁRIA.2019

E12.DIONETE.2019

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Identificação do sujeito

Nome _____

Ano de formação _____

Local de formação _____

Local de trabalho _____

N. DO CRESS _____

1. Como chegou a Londrina?

R

2. Havia algum movimento social em Londrina? Participou de algum movimento social na região? Em que período?

R:

3. Participou de algum movimento de assistente social? Qual? Em que período? Por quê?

R

4. Você acha importante o SS ser uma profissão regulamentada? Por quê?

R

5. Myrian Veras, palestra em Londrina em 2006, citando tese da Lídia Maria Monteiro Rodrigues diz que o Serviço Social é “doutrinarismo” “sai dos braços de Jesus, e cai nos braços de Marx”, você concorda ou discorda? Por quê? (essa pergunta foi destacada da análise)

R

6. A profissão tem uma direção política? Se sim, como a interpreta?

R:

APÊNDICE B:

Nome das assistentes sociais de Londrina e região que participaram da organização política, identificadas durante a pesquisa

Grupo de Estudo de Assistentes Sociais de Londrina (GEASL)	
Sonia Maria de Carvalho Fraga	Darci Oliveira Ferreira
Elani Dália Matisqueira Luz	Gabi Pompeu Hipólito Cacuri
Ingrid Hoestl	Luiza Chizui Tomita
Maria Alexandrina Vargas Scalassara	Maria Dora Rui Evangelista
Maria Izabel Silveira	Marisa Storani de Caiado Castro Ribeiro
Odária Battini	Rose Mary Souza Serra
Lúcia Maria Pereira	

Associação de Assistentes Sociais do Norte do Paraná (AASNP)	
Mara Rejane Alves Nunes Ribeiro	Maria Dora Ruy Evangelista
Nilsa Maria Demétrio	Odária Battini
Shirley S. Kayamori	Silvia Elena Arias Cohl de Martinez
Vera Lucia Tieko Suguihiro	Marisa Storani de Caiado Castro Ribeiro
Sonia Maria Fraga	Silvia Elena Arias de Martines
Vitoria Arabela Sahão	Ignez Vidotti
Cleide Torres	Maria Ângela Paulilo Shiki
Nilce Maria de Oliveira	Elisabete M. Souza
Claudete Galhardo	Celia [ilegível na ata]
Eliane V. [ilegível na ata]	Maria Salete M. [ilegível na ata]
Vera [ilegível na ata]	Lídia Maria Monteiro da Silva
Rose Mary Souza Serra	

Associação Profissional de Assistentes Social de Londrina (APAS/LDA)	
Adelia Akiko Sato;	Denise C. Deliberador
<i>Cristina da Silva Souza Coelho</i>	Cirlene Maria Ferreira Fonseca
Dione Lolis	Diva Rosa Marvule
Helena B. Catussi	Kiyoe Okamura
Lucimara Resende	Marcia Helena Carvalho Lopes
Maria Ângela Araújo	Maria Salete Neves Brito
Maria Ângela Paulilo	Maria Celeste B. Vargas
Maria Clementina Espiler Collito - CLEM	Marilys Garani
Maria de Fátima Godinho Pimentel	Ednéia Maria Machado
Neide Ferraz do Nascimento	Rosiane Vigiano de Araújo Pinto
Sandra R. Nishimura	Silvia Maria Solci
Sirlene Fonseca	Tereza Casali

APÊNDICE C

Trabalhadoras e Coordenadoras do CRESS Seccional de Londrina

Trabalhadores do CRESS Seccional de Londrina	
Trabalhadores administrativos	Renata Godoy Leme Botelho; Euza Casanova; Caio Alencar de Toledo; Rafael Ramos Nogueira;
Década de 1990 institui-se a fiscalização no CRESS Seccional de Londrina	Susi Meire Garcia; Maria Luisa Curotto; Denise Maria Fank de Almeida; Rafaela Margonar Moreira;
As Assistentes Sociais Agentes Fiscais	Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho; Patrícia de Oliveira dos Santos; Bruna Viviani Viana; Jaqueline Zuins dos Santos;
Coordenação provisória - Dezembro 1984 - 1985	Eleonora Gomes Colli; Rosa Yoko Okabayshi; Maria Ângela Paulilo Shiki; Mara Rejane Alves Nunes Ribeiro
Coordenação - 1985 Norte Ativo	Eleonora Gomes Colli; Mara Rejane Alves Nunes Ribeiro; Ivanir Bertochi; Rosa Yoko Okabayshi; Sandra Perdigão; Rosalina Bergamo; Regina Mitiko
Coordenação 1987	Cristina Noronha Freire; Edna Ricci; Marisa Kiota; Helena Benedita Catussi; Regina Amélia Carvalho; Ana Silva Chagas Pires
Coordenação 1989-1991	Mirian Jorge; Edna Fagundes; Vitória Arabela Sahão; Virgínea Landi Simões; Nilza Maria Godoy Leme; Maria Luiza Amaral
Coordenação 1993-1996	Beatriz Regina Ribeiro Silva; Sandra Regina Abreu Pires; Denise Galhardi; Celeste D'E Piro; Lucia Helena Machado do Carmo; Maria Terezinha Liberatti;
Coordenação 1996 - 1999	Elisa Yukie Shiki Ichikawa; Celia Fonseca Ladeia Furlan; Rosa Yoko Okabayashi; Maria Lucia Maximiano Medina; Maria Elizabete Rodrigues; Claudia Maria Ferreira
Coordenação 1999 - 2002	Elisa Yukie Shiki Ichikawa; Celia Fonseca Ladeia Furlan; Rosa Yoko Okabayashi; Maria Lucia Maximiano Medina; Maria Elizabete Rodrigues; Claudia Maria Ferreira
Coordenação 2002 - 2005	Silméri Patricia Rossi; Marcelle Diorio Souza; Ana Lucia Sales Dias Baptista; Diva Rosa Marvule ; Jandira de Campos Mendes Gerage; Fatima Regina Fernandes Araújo

Coordenação 2005 – 2008	Denise Maria Fank de Almeida; Fatima Regina Fernandes Araujo Loredó; Ana Lucia Sales Dias Baptista; Cristina Regina de Maria; Carlos Roberto de Oliveira; Marcio Antunes da Silva
Coordenação 2008 – 2011	Neuzeli Stoeberl Bertola; Sueli Aparecida Sampaio Valle; Valquíria Aparecida Dias Caprioli; Mariana Galvão da Silva; Ana Paula Galdin Ramos; Izabel Cristina Martins
Coordenação 2011 - 2014	Denise Maria Fank de Almeida; Luana Garcia Campos; Ana Lucia Sales Dias Baptista; Adriana Aparecida dos Santos; Cristina da Silva Souza Coelho; Ordália de Fatima Braganholi Ferreira
Coordenação 2014 - 2017	Marcelo Nascimento de Oliveira; Alexandra Aparecida de Jesus Moreira; Patricia Palmeira Gonçalves; Rosangela Aparecida de Souza Costa Andrean; Jaqueline Zuin dos Santos Roselaine das Dores Nogueira
Coordenação 2017 - 2020	Marcelo Nascimento de Oliveira; Daniel Soares da Silva; Rosangela Aparecida de Souza Costa Andrean; Luana Garcia Campos; Mileni Alves Secon; vacância

APÊNDICE D

Eventos Realizados em Londrina: identificado durante a pesquisa (1975-1989)
I Semana de Estudo de Serviço Social em 19-24 de maio de 1975 certificado pela UEL, realização do Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Estudo Social Aplicado da UEL
Painel de Previdência e Assistência Social promovido pelo Dept. de Serviço Social/CESA/UEL em conjunto com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) no dia 18 de setembro de 1978 carga horária 3h.
Semana do Assistente Social: Serviço Social e organização profissional, nos dias 13-18 de maio de 1980 certificado por Centro Acadêmico de Serviço Social de Londrina e a APAS/LDA
Encontro de Assistente Social , na Semana do Serviço Social do Comércio de Londrina nos dias 21-23 de maio de 1981 certificado por Centro Acadêmico de Serviço Social de Londrina e a APAS/LDA e Serviço Social do Comércio de Londrina
Seminário: Correntes filosóficas contemporâneas e suas implicações na ação do Serviço Social - promovido pelo Dept. de Serviço Social/CESA/UEL no período de 25 a 28 de junho de 1981 – 30h. Programação O humanismo de inspirações neo-tomista O positivismo e a visão sistêmica das organizações O Estruturalismo e a visão sistêmica das organizações O fenômeno existencial e suas repercussões do Serviço Social O humanismo marxista de Gramsci e o Movimento de Reconceituação do Serviço
Curso de Extensão: Política Social - promovido pelo Dept. de Serviço Social/CESA dias 05 a 04 de agosto de 1981 30h – (18 h teórica e 12 h práticas) Programação Condições Históricas Geradoras da concepção de política social A política social como componente da relação entre sociedade civil e estado Teoria política social História e política social no Brasil A política social no Brasil contemporânea: As condições de participação no Brasil: na educação, na saúde, na previdência, no trabalho, no lazer, na habitação e na assistência social Serviço Social e Política Social
Certificado de Participação do Censo da população Deficiente realizado em Londrina no período de 14 de set. a 14 nov. 1981 certificado pelo Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) (assinado pelas: Maria Ângela da Silva Lima Secretária Executiva – Assistente Social coordenação Municipal e Emília de Salles Belinati coordenadora Municipal)
I Congresso Norte Paranaense de Serviço Social de Empresa ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE ADMINISTRADORES DE PESSOAL (ANPAPE) 25/11/1982 - 19H Abertura; 20h 25/11/1982: Palestra magna: O sistema de recursos Humanos na Empresa por Maria José Barboza de Souza 26/11/1982 - 8h30 Diagnóstico Social da Empresa por Marisa S. de Caiado Castro Ribeiro (AS/UEL); 9h30 - A participação do Assistente Social nos processos de Recrutamentos e Seleção de Pessoal por Eliane Marngoni (AS/TCGL); 10h30 - O papel do Assistente Social no treinamento e acompanhamento por Neusa Geni Ramos (AS/ SESI LDA); 14H00 - Programas de Alimentação e transporte por Eliana

<p>Maria Nardi (AS/ Cacique de café Soluvel); 15h00 - Programas de Saúde por Elani Maria Czepack (AS/ Cooperativa Mourãoense de Campo Mourão); 16h00 - Serviço Social e Segurança no Trabalho por Maria Isabel Carbonieri (AS/Grupo Jabur); 17h00 - O Serviço Social e o Desenvolvimento da Empresa por Pedro Barbosa Lopes (Empresa Irmãos Lopes)</p> <p>27/11/1982 - 8h00 - Programa de Lazer por Rosa Yoko Okabayashi (AS/ Grupo Florença); 9h00 - a Atuação do Assistente Social em Programas Educacionais por Enidelci Merizio Jorge (AS/Usina Central do PR de Porecatu) 10h00 - Serviço Social e o Direito do Trabalho Wilson Sokolowski (UEL); 10h30 - Sessão de Temas Livres - desenvolvidos por acadêmicos do curso de Serviço Social que estagiam nas empresas; 12h00 Síntese informativa do IV CBAS por Maria de Fátima Gofinho Pimentel (AS/ Rede Ferroviária) 12h30 encerramento (certificado do evento)</p> <p>Coordenação GESSE: grupo de Estudo de Serviço Social de Empresa</p>
<p>Ciclo de Debates: Atuais tendências da profissão, A Universidade, A realidade Econômica Brasileira promovido pelo Departamento de Serviço Social/UEL e o CASS nos dias 18/08, 27/08, 20/10 de 1983 com 12H – (certificado simples sem assinatura ou símbolo institucional)</p>
<p>Semana de Serviço Social: Conjuntura Nacional e Movimentos Populares Promovido por CASS e APAS/LDA de 03 a 08 de outubro de 1983 20h</p> <p>Programação</p> <p>03/10 Conjuntura nacional</p> <p>04/10 Organização Populares</p> <p>05/10 Organização Popular</p> <p>06/10 O Serviço Social: a relação com os movimentos populares</p> <p>07/10 Movimentos Populares Londrina</p>
<p>Encontro de Educação Popular promovido pelo Dept de Serviço Social CESA/UEL realizado em 15 e 16 de junho, 31 de agosto e 01 de setembro – 45 h</p> <p>Programação</p> <p>Contexto Histórico e Origem da educação Popular, na América Latina</p> <p>Concepção de educação Popular</p> <p>Relação Educador X Educando (agentes externo e base)</p> <p>Prática educativa e prática política</p> <p>Proposição para etapa posterior por estudo</p> <p>Ministrante do Encontro: Prof. Luiz Eduardo W. Wanderley</p> <p>Coordenadoras</p> <p>Prof^{as}: Maria Clementina Espiler Colito, Sonia Maria Carvalho Fraga</p>
<p>Estudo sobre o Serviço Social e sua Prática promovido e certificado Dept. De Serviço Social CESA/UEL de 09 de maio a 02 de junho de 1985 com 45h</p> <p>Programação</p> <p>1ª. Etapa: 09 a 11 de maio Formação Profissional do Assistente Social sua inserção da dinâmica da Profissão por Prof. Maria Ozanira da Silva e Silva</p> <p>2ª. Etapa: 22 a 23 de maio Correntes Filosóficas Contemporâneas e suas implicações no agir profissional por Prof. Lourenço Zancanaro</p> <p>3ª. Etapa O Serviço Social e as práticas Alternativas por Prof. Berenice Delgado</p> <p>Coordenadores: Prof^{as}: Maria Clementina E. Colito; Ednéia Maria Machado</p>
<p>Encontro Paranaense de Serviço Social – Ministrado por : Dr. Mário da Costa Barbosa, DR. Carlos Alfredo de Souza Queiroz; Dr. Seno A. Cornely nos dias 15 -17 de maio de 1985, certificado por CRAS, APASP e Promovar na cidade de Curitiba</p>
<p>Aperfeiçoamento em Teoria e Metodologia do Serviço Social, ministrado por Dr. Vicente de Paula Faleiros em 05-09 de agosto de 1985, certificado por Seccional,</p>

<p>APAS/LDA e Promover na cidade de Londrina</p> <p>I Fórum de Debates do Curso de Serviço Social da UEL promovido pelo Dept. De Serviço Social do CESA/UEL 20 a 22 de maio de 1986 – 30h</p> <p>Sessão solene de abertura</p> <p>Leitura e aprovação do regimento Interno</p> <p>Retrospectiva Histórica do curso de S.Social da UEL</p> <p>Discussão em grupo, temas específicos</p> <p>Aprofundamento dos temas por grupos-Ensino, Pesquisa e Extensão</p> <p>Plenária</p> <p>Elaboração de um documento contendo as propostas da plenária</p> <p>Palestrista: Prof. Odária Battini</p> <p>Coordenadora do Fórum Prof. Marcia Helena Carvalho Lopes</p>
<p>Encontro Regional de Assistentes Sociais Des-encadeando/Londrina</p> <p>Realizado em 23/08/1986</p> <p>Certificado CRAS Seccional/APAS/LDA PROMOPAR</p>
<p>Encontro Regional da ABESS promovido por Dept. de Serviço Social, CESA (24 a 27 set 1986 - 40h)</p> <p>Programação</p> <p>24/09/1986</p> <p>Abertura:</p> <p>Apresentação dos representantes das Escolas: discussão da Dinâmica do encontro</p> <p>Relato e debate de experiências de 5 escolas participantes</p> <p>25/09/1986</p> <p>Relato e debate de experiência das 5 escolas participantes</p> <p>26/09/1986</p> <p>Relato e debate de experiências de 2 escolas * construção do quadro de realidade</p> <p>27/09/1986</p> <p>Discussão e aprovação de documento final * avaliação do Encontro</p> <p>Coordenadora: Prof. Odária Battini</p>
<p>Semana de Serviço Social promovido por Dept. de Serviço Social, CESA – 16 a 31 mar 1987- 20h</p> <p>Educação e Universidade por Rosemary Friedman</p> <p>Análise de Conjuntura por Miguel Arturo</p> <p>Projeto de Operacionalização do Currículo III por Iolanda Lourenço Leite; Silvia Maria Solsi Andrade e Lucia Helena do Carmo Machado</p> <p>O Papel do Intelectual nos Movimentos Populares por Luis Eduardo Cheida</p> <p>Relato de Experiência (menor-empresa) por Rosa Yoko Okabayashi</p> <p>Avaliação da Semana do serviço Social e proposta</p> <p>Coordenadora Prof. Marcia Helena de Carvalho Lopes</p>
<p>Atualização em Economia Brasileira promovido e certificado pelo Dept. de Serviço Social e CESA – 30h (10h práticas e 20h teóricas) – 03/04/87 a 24/07/1987</p> <p>Programação</p> <p>Evolução das Teorias e do Pensamento Econômico por Márcia Gabardo Câmara</p> <p>Problemas Macroeconômicos atuais por Miguel Arturo de Oliveira</p> <p>O Plano Cruzado por Miguel Arturo de Oliveira</p> <p>Coordenadora Prof. Sandra da Cruz Perdigão Domiciano</p>
<p>Seminário de Compreensão do ante-projeto de operacionalização do Currículo III, promovido e certificado pelo Dept. de Serviço Social e CESA – 36h – 16-30 jul de 1987 Programação:</p>

<p>Pluralidade</p> <p>Objetivos da formação profissional – perfil profissional estatuto das comissões</p> <p>Seminários, estágios, trabalho de conclusão de curso</p> <p>Coordenadora Prof. Sueli Martins Obici</p>
<p>Política Social e Política Sindical em 07-08 de agosto de 1987 promovido e certificado pela APAS/LDA</p>
<p>Seminário Latino-Americano sobre Legislação e Bem-Estar Social na PUC/RS de 18-22 de outubro de 1987 na cidade de Porto Alegre (participação de assistente social de Londrina)</p>
<p>Seminário sobre Metodologia do Serviço Social promovido pelo Departamento de Serviço Social e certificado CESA/UEL 16h</p> <p>Programação</p> <p>09/11/1987</p> <p>Considerações gerais sobre o projeto de pesquisa</p> <p>As posições teóricas postas hoje pelo Serviço Social com relação à metodologia</p> <p>Apresentação do relatório preliminar da pesquisa à nível regional</p> <p>10/11/1987</p> <p>Grupos para problematizar o tema com o objetivo de clarificar, levantar tendências, perspectivas de aprofundamento, através da construção do quadro de realidade</p> <p>Apresentação do quadro e debates</p> <p>Elaboração do relatório parcial estadual</p> <p>Comissão organizadora: Prof. Odaria Battini coordenadora; Prof. Maria Dora Ruy Evangelista; Acadêmica Sheslaine de Souza</p>
<p>Serviço Social e Política Social –Alternativas de Prática Profissional em 5,6 e 7 de maio de 1988 promovido e certificado por Delegacia Seccional/LDA e APAS/LDA – 20h</p>
<p>I Encontro Estadual de Assistentes Sociais da área do Trabalho em 08 e 09 julho de 1988, certificado por Seccional/LDA e APAS/LDA</p>
<p>Semana de Serviço Social promovido por Dept. de Serviço Social, CESA – 16 a 31 mar 1987</p>
<p>Seminário Regional Sul I sobre a avaliação da formação Profissional do Assistente Social promovido por Dept. de Serviço Social, CESA – 08 a 10 Dez/1988 20h (12h prática, 8h teóricas)</p> <p>08/12/1988</p> <p>O projeto de formação profissional do Assistente Social no Brasil - Balanço e perspectivas por Prof. Raquel Raichelis; debates; A questão Pedagógica na formação profissional do Assistente Social por Prof. Maria Raquel Tolosa Jorge e Prof. Rosa Maria Ferreira Pinto; debate.</p> <p>09/12/1988</p> <p>Quadro de realidade local de formação profissional do Assistente Social pelo Núcleo de pesquisadores; discussão em pequenos grupos sobre as questões indicadas pelas escolas</p> <p>10/12/1988</p> <p>Apresentação dos debates dos grupos em plenária; indicação de categorias teórico-metodológicas e Hipóteses de estudos; Proposta de continuidade da pesquisa – conclusões e recomendações; Encerramento. Coordenadora: Prof. Odária Battini</p>
<p>Semana do Serviço Social promovida pelo Departamento de Serviço Social, Centro Acadêmico de Serviço Social, CESA, CRAS/PR APAS/Lda e Serviço Social do Comércio (17 a 20 julho 32h certificado pela UEL)</p> <p>17/07/1989</p>

<p>O Serviço Social na Atualidade por Prof. Lídia Maria Monteiro R. da Silva 18/07/1989 Painel: Experiências Profissionais em Hospital, Prefeitura Municipal, Cooperativa, Empresa, Extensão Universitária. Curso: A Fenomenologia e o Serviço Social Prof. Anésia de Souza Carvalho 19/07/1989 Informe: sobre o Congresso Brasileiro de Serviço Social; O processo de avaliação do plano de formação profissional do Assistentes Social do Departamento de Serviço Social da UEL (currículo III). Curso: A Fenomenologia e o Serviço Social Prof. Anésia de Souza Carvalho 20/07/1989 Palestra: Conjuntura Econômica nacional e Mercado de Trabalho por Prof. Miguel Arturo Curoto de Oliveira e Curso: A Fenomenologia e o Serviço Social Prof. Anésia de Souza Carvalho</p>
<p>Espaço Institucional e Ação Profissional do Serviço Social na atual Conjuntura 29/09/1989 8h Aspectos centrais da realidade institucional e 14h Estratégias de ação profissional nas organizações professora: Nadir Antônio Sperandio 20/10/1989 8h Aspectos Teórico-Metodológico do Planejamento Social e 14h A prática da ação planejada pela Professora Vera Maria ribeiro Nogueira 10/11/1989 8h Gerenciamento de Programas Sociais e 14h A ação profissional no gerenciamento de programas institucionais pela Professora Vera Maria ribeiro Nogueira 01/12/1989 8h Debate livre e 14h Debate livre Regulamentação Profissional</p>
<p>VII Seminário de Extensão Universitária da Região Sul realizado na UEM através da Pro Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – FEM/PEA, FEL, FUEPG e UFPR (04 a 06 de outubro de 1989) Abertura: Manoel Jacó Garcia Gimenes; Maria José Maio Fernandes Naime; Luiza Mitsue Yamashita Deleiberador; Abdala Noel, Valmir de Pieri Conferência Universidade e Sociedade: O desafio da extensão nesse contexto por Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque da UnB/DF Apresentação de vídeo e painel: Questão Metodológica de Extensão Universitária Estágio Curricular através da Extensão Universitária Certificado pela UEM</p>
<p>Encontro das Comissões de Extensão da UEL promovido pela Coordenadoria de Extensão à Comunidade- Comissão Interdisciplinar de Apoio às Atividades de Extensão da UEL, realizado em 28/11/1989 4h de duração certificado pela UEL</p>

ANEXO A

Relatório das Atividades Preliminares da Comissão organizadora da Formação do Órgão de Representação de Classe dos Assistentes Sociais do Norte do Paraná

Data	Atividade
13/05/77	Semana do assistente social: explicitada a ideia de órgão de representação de classe mediante: - formação da comissão organizadora; - sondagem de opinião junto aos assistentes sociais, para fundação do órgão, mediante circular 001/77 - distribuição da circulação aos AS de Londrina
15/05/77	- almoço de confraternização no FLAG, onde colocou-se a ideia da criação do órgão;
20/05/77	Recebimento das respostas da circular 001/77, no Escritório de Aplicação, em número de quatro e outras manifestações verbais
04/06/77	Iª reunião da Comissão - sub-comissões para providencias iniciais (formação) 1. correspondência ao CRAS e CFAS: Comunicando a ideia da criação do órgão, solicitando parecer dos mesmos, assim como, regimentos internos de ambos os conselhos e da ABAS 2. elaboração do Estatuto 3. cadastro dos profissionais da região norte do Paraná 4. Plano, preliminar de trabalho 5. reunião no dia 20 de junho para análise dessas providencias
20/06/77	Envio de correspondência: CRAS e CFAS mediante circular 002/77 e 003/77
26/06/77	IIª Reunião da comissão - nomeada micro-comissão para elaboração do estatuto - contacto com assistentes sociais de Maringá para interpretação da ideia de criação do órgão de representação - determinação da data da reunião geral de assistente sociais da região norte paranaense: 20 de julho de 1977 - contacto com assistentes sociais de Londrina para interpretação da criação do órgão
28/06/77	. Reunião na Viação Urbana Londrinense: interpretação da criação do órgão para assistentes sociais de empresa . Reunião do Departamento de Serviço Social FUEL/E.A ⁸¹ .: esclarecimento dos trabalhos da comissão . Envio de telegrama ao CRAS solicitando pronunciamento sobre a correspondência 002/77 e 003/77 datada de 20/06/77
29/06/77	Reunião da micro-comissão para elaboração do estatuto no E.A.
01/07/77	IIIª Reunião da comissão - análise a aprovação de estatuto a nível de comissão - marcada reunião para 7/7 para preparação da reunião do dia 20/07, no E.A
07/07/77	. Contacto com Presidente do CRAS, em Porto Alegre solicitando

⁸¹ Escritório de Aplicação.

	<p>orientação para formação do órgão</p> <p>. Reunião no E.A. para:</p> <p>- envio ofício Associação Médica solicitando local para reunião do dia 20/07/77</p> <p>- encaminhamento de ofício aos colegas: 005/77 – constatando o convite para reunião do dia 20 07 e cópia do estatuto para apreciação</p> <p>- datilografia do estatuto</p> <p>Elaboração de edital de convocação para a Folha de Londrina</p> <p>. Entrega do edital na Folha de Londrina</p>
09/07/77	<p>. Contacto, no CESA, com o dr. Nelly Lopes Casali, dr. João Alberto Zorteza e dr. Godoy solicitando assessoria sobre montagem de órgão de representação de classe; assembleia e estatuto</p> <p>. Estudo bibliográfico do assunto</p> <p>. Montagem do material a ser entregue aos colegas</p>
10/07/77	<p>. Reunião de interpretação do trabalho, para alguns colegas, na residência da assistente social Silvia sendo entregue convite e cópia do estatuto aos presentes</p>
11/07/77	Entrega de material aos colegas mediante protocolo
13/07/77	<p>IVª Reunião da comissão:</p> <p>-preparo da reunião do dia 20/07</p> <p>. agenda</p> <p>.distribuição de funções para o preparo da mesma</p>
20/07/77	<p>. Últimas providencias da comissão organizadora para a realização da reunião:</p> <p>-preparo da sala</p> <p>-preparo do material a ser utilizado na reunião</p> <p>. Reunião geral da classe na Associação Médica de Londrina</p>
<p>A COMISSÃO ORGANIZADORA</p> <p>MARA REJANE ALVES NUNES RIBEIRO</p> <p>MARIA DORA RUY EVANGELISTA</p> <p>NILSA MARIA DEMETRIO</p> <p>ODARIA BATTINI</p> <p>SHIRLEY S. KAYAMORI</p> <p>SILVIA ELENA ARIAS COHL DE MARTINEZ VERA</p> <p>VERA LUCIA TIEKO SUGUIRIRO</p>	

* O documento original foi datilografado. Optamos por digitalizá-lo, *ipsis litteris*, uma vez que o escaneamento não foi satisfatório.

ANEXO B:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“O Processo de Organização dos Assistentes Sociais na Implantação do CRESS Seccional Londrina/PR”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa **O Processo de Organização dos Assistentes Sociais na Implantação do CRESS Seccional Londrina/PR**, a ser realizada em **Universidade Estadual de Londrina (UEL)**. O objetivo da pesquisa é **Analisar o processo de organização da categoria profissional do Assistente Social na formação e implantação do CRESS Seccional Londrina**. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: através de entrevista com um roteiro semiestruturado para que o entrevistado fica à vontade para relatar as informações. A entrevista será agendada previamente e gravadas.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. **Após a pesquisa o material produzido será apagado dos meios eletrônicos o quais foram gravados.**

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado (a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são (sistematizar a história do Serviço Social na cidade de Londrina e região, entender como a categoria profissional se organizou para a implantação do conselho de profissão neste território. Quanto aos riscos, **identificamos como o maior risco é o de haver alguma pergunta que possa gerar um desconforto ao participante.**

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar **Rosangela Aparecida de Souza Costa Andrean,** [REDACTED]

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue à você.

Londrina, ____ de _____ de 201_.

Pesquisador Responsável

Rosangela Ap. de S. Costa Andrean

[REDACTED]

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____